

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

UVANDERSON VITOR DA SILVA

**Velhos Caminhos, Novos Destinos:
Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**

São Paulo

2008



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VELHOS CAMINHOS, NOVOS DESTINOS:
MIGRANTE NORDESTINO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Uvanderon Vitor da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadya Araújo Guimarães

São Paulo
Novembro de 2008

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, a Nadya Araújo Guimarães pela orientação segura e paciente deste trabalho e por ter concedido que eu utilizasse o material empírico da pesquisa “Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão” que teve a sua coordenação.

Aos integrantes dos “Seminários Internos de Orientação”, onde tive oportunidade de apresentar produtos parciais da dissertação e de acompanhar o percurso de pesquisa de vários colegas.

À Mônica Pedro, cujo auxílio durante os primeiros passos ainda na iniciação científica não foi esquecido.

Agradeço também a Guilherme Xavier Sobrinho, Gisela Tartuce, Rose Rosendo e Maria Inês; com eles aprendi bastante em tardes de animadas discussões.

Priscila Viera e Jonas Bicev, amigos carinhosos de jornada, muito obrigado.

Aos amigos Marcio Macedo, Flavio Thales, San Assumpção, João Batista, Muryatan Barbosa. Noel Carvalho, Vânia Rodrigues, Cristiane Santana sou muito grato pelo apreço e pelas longas horas de conversas, discussões e descontração.

Por fim, agradeço aos meus familiares Suelma M. da Silva, Valdeni da Silva e Liliane C. da Silva, a eles dedico esse humilde exercício.

RESUMO

A dissertação analisa as condições de inserção e de permanência dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo no contexto de reestruturação econômica que teve lugar a partir dos anos 1990. Empreende-se uma revisão da literatura brasileira no campo dos estudos demográficos e sociológicos sobre migrações internas, para em seguida realizar um exercício empírico, de tipo qualitativo, baseado na recomposição de trajetórias migratórias e ocupacionais de migrantes nordestinos de distintas gerações, com diferentes inserções profissionais e de ambos os sexos.

Palavras-chave: Migrantes, Mercado de trabalho, Reestruturação Econômica, Região Metropolitana de São Paulo, Brasil.

ABSTRACT

This dissertation analyses Northeastern Brazilian migrants' insertion conditions and permanence at labor market of Sao Paulo metropolitan region in the context of the economic restructuring that took place since the 1990s. This research reviews Brazilian literature in the field of demographic and sociological studies on internal migration and perform a qualitative empirical exercise, based on the recomposition of occupational and migratory paths of Northeastern migrants of different generations and types of professional insertion from both sexes.

Keywords: Migration, Labor Market, Economic Restructuring, metropolitan region of Sao Paulo, Brazil.

VELHOS CAMINHOS, NOVOS DESTINOS: MIGRANTE NORDESTINO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Uvanderson Vitor da Silva

Sumário

Introdução	7
1. Migrações internas, migrantes nordestinos e a formação de um mercado de trabalho nacional	12
1.1. Movimentos e Momentos: migração como um processo histórico.....	13
1.1.1 De 1930 a 1950: a "crise de braços" e a solução nordestina.....	17
1.1.2 - De 1950-1964: A industrialização como projeto nacional	23
1.1.3 - 1964-1980: A distribuição "planejada" da população	29
1.1.4 - Pós 1980: A fragmentação da nação e os novos espaços migratórios	32
2. Mercado de trabalho em uma perspectiva sociológica.....	41
2.1 Abordagem Neoclássica	42
2.2 Teoria do Mercado Dual.....	45
2.3 Heterogeneidade Estrutural e o Mercado de Trabalho na América Latina	49
2.3.1 O debate sobre a crise e o mercado de trabalho	61
3. Migrantes Nacionais nos Mercados de Trabalho Urbano: uma revisão da literatura.....	65
3.1 Anos 1950 : Migração e a Formação da Sociedade Urbana e Industrial.....	65
3.2 Anos 1970: a Migração como um Problema Urbano	74
3.3 Anos 1980: os efeitos da crise	81
3.4 Anos 1990: um novo padrão migratório?	91
4. Trajetos e Destinos: um exercício de análise de trajetória ocupacional de migrantes nordestinos em São Paulo.....	100
4.1 Trajetos e Destinos: percursos migratórios e trajetórias ocupacionais	100
4.2 Contexto da Pesquisa e Os Casos Seleccionados	103
Ari: “A história do Lula lá em São Bernardo, também faço parte dela aqui em São Paulo”	106
Ramos: “São Paulo aqui hoje, pra quem quiser ouvir, podem até achar ruim, mas acabou São Paulo”	118
Luiz: “Tem hora que dá vontade até de morrer”	123
Irina: “Eu criei meu bom dinheiro, meus três filhos. Eu me sinto bem costurando” ..	126
Maria: “Eu sempre trabalhei em casa de família”	134
Joilson: “Poxa, quando eu crescer eu vou a São Paulo”	140
Neide: “Eu vim pra São Paulo enganada.”	143
5. Considerações Finais.....	150
5.1 Migração e Mobilidade Social: um paradigma em questão?.....	150

5.2 Olhares sobre a Migração e os Migrantes: modelo e movimento.....	156
5.3 Migrante Nordestino, Trabalhador Paulista, Operariado Brasileiro	162
5.4 Gerações Migratórias: “migrantes antigos” e “novos migrantes”	165
5.5. Reestruturação Econômica e Trajetórias Ocupacionais	168
Referências Bibliográficas	171

Introdução

Referindo-se às localidades mais pobres do Nordeste, o ministro José Graziano da Silva afirmou ontem, de manhã, em encontro com empresários paulistas na Fiesp: "Temos que criar emprego lá, temos que gerar oportunidade de educação lá, temos que gerar cidadania lá. Porque, se eles continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado."
(Folha de São Paulo, 08/02/2003)

A declaração do então ministro da Segurança Alimentar suscitou muitas polêmicas e sucessivos pedidos de desculpas. Entretanto, menos que endossar a justa contestação à infeliz declaração, que reforça preconceitos e estigmas secularmente dirigidos aos trabalhadores brasileiros, a remissão à referência acima objetiva discutir as representações sobre o Nordeste, os nordestinos, o Sudeste, os paulistas e, porque não, sobre o Brasil, que transparecem nas palavras de Graziano. Na condição de administrador público responsável pela implementação do Programa Fome Zero, Graziano, falando para os “seus” recorre à velha imagem de “Dois Brasis” para justificar, diante o empresariado paulista a viabilidade política do referido Programa. O seu discurso exala a distinção entre “nós” e “os outros”, facilmente reconversível na oposição entre um “Brasil que ajuda” e outro “Brasil que é ajudado”, um “Brasil que soluciona” e outro “Brasil que cria problema”. Mas, e sobretudo, a declaração é regionalmente informada: de um lado temos o Sudeste, na figura de seu principal representante São Paulo, e, de outro, o Nordeste, a “região problema”. Com isso, pode-se entrever que o migrante nordestino é representado como sendo o elemento destruidor da parte do país que dá certo, como se a pobreza e a criminalidade (associação igualmente recorrente) fossem uma contingência do Nordeste ou associada ao afluxo dos nordestinos.

Temos, assim, uma série de imagens e representações estereotipadas sobre o Nordeste e os nordestinos migrados para o Sudeste, que são reproduzidas em diversas situações e que distam, sobremaneira, da complexidade que constitui a problemática

regional e migratória no país. Parte considerável dessa distorção origina-se do fato de que a questão regional, e dentre ela a “questão do Nordeste”, é uma problemática imposta, no sentido de os questionamentos sobre as condições de construção do objeto de estudo é dada como pressuposto. Geralmente, assume-se o Nordeste como um espaço naturalizado e homogêneo; fala-se de Nordeste e dos nordestinos como se todo o espaço regional fosse igual e como se seus habitantes se situassem em condições idênticas, sem distinção econômica, social e cultural. Na contra-mão desse tipo de abordagem, cremos, com Bourdieu (2004), que as classificações que delimitam fronteiras, mesmo aquelas mais “naturais” (como o tamanho do território, por exemplo) apóiam-se em características que nada tem de naturais, mas que, ao contrário, são, nas palavras do autor, “produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”. (2004, p.115).

Ao tomarmos como objeto de análise o desempenho dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da metrópole paulista partilhamos de alguns pressupostos, que convêm explicitação com vistas ao entendimento adequado da análise que se segue. De início, sustentamos o pressuposto de que os migrantes têm um desempenho no mercado de trabalho que é diferenciado dos não-migrantes. Assumimos isso com base em variada soma de razões: seja porque eles não dominam as regras do mercado no local de destino e não têm acesso às redes sociais locais onde circulam informações sobre as oportunidades de emprego; seja por não terem a qualificação profissional necessária para concorrer às vagas disponíveis; seja por comporem um grupo social em idade ativa e predisposto a inserir-se no mercado de trabalho; seja porque hajam barreiras institucionais no mercado de trabalho que lhes impedem de inserir-se em determinados setores, restringindo-os a posições mal qualificadas e remuneradas.

Por outro lado, o fato de dirigirmos atenção especial aos migrantes nordestinos indica que os consideramos portadores (no passado e no presente) de uma experiência migratória *sui generis* no contexto das migrações internas no Brasil. Trata-se de um grupo que, por suas condições de deslocamento do Nordeste e de recepção nos centros industriais do país foi protagonista motivador de um intenso debate político, que se arrasta por décadas, e que é marcado por contradições que se confundem com as contradições que marcam o processo de modernização do país. Assim, se por um lado, aos migrantes

nordestinos foi imputada a responsabilidade por trazerem “heranças do atraso”, é também inegável a presença desses trabalhadores na constituição de um projeto de “Brasil moderno”.

Diante da performance econômica brasileira nas duas últimas décadas do século XX marcada por baixo crescimento econômico, internacionalização de parte considerável da estrutura produtiva, aumento do desemprego, redução do ritmo de expansão do emprego, aumento do setor informal, procuramos observar como se deu a relação, tão cara aos estudos migratórios, entre a deslocamento espacial e a inserção no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, em um contexto de tão intensa reestruturação econômica. Nesse período, como bem colocou Faria (1992), as possibilidades de mobilidade social estariam travadas, principalmente para aqueles trabalhadores com baixa escolaridade e reduzida qualificação profissional, caso de grande parte dos que migraram do Nordeste para São Paulo.

Nessas condições, quais alterações teria sofrido o histórico fluxo migratório de nordestinos para São Paulo? Estariam esses migrantes dirigindo-se ainda para Região Metropolitana de São Paulo mesmo em um contexto de retração das oportunidades econômicas na região? Se não, para onde teriam passado a se deslocar? Se sim, quais seriam as motivações que justificariam tais deslocamentos diante de uma conjuntura tão adversa?

Animados por tais indagações de partida, buscamos investigar, por um lado, as motivações e expectativas que levariam jovens trabalhadores nordestinos a se deslocarem em direção à Região Metropolitana de São Paulo em um momento em que se retraía aquela que fora a porta de entrada, por excelência, para a inserção e a ascensão no mercado paulistano de trabalho: o emprego formal. Por outro lado, interessa-nos investigar como esse período de transformações no mundo do trabalho afetou as condições de vida e de trabalho dos migrantes com maior tempo de residência na região. Esses indivíduos que vivenciaram os tempos gloriosos da “terra do trabalho”, que se deslocaram para São Paulo com a expectativa de realizar um projeto de vida que estaria associado à participação na sociedade de consumo, no mundo dos direitos sociais e trabalhistas, numa sociabilidade urbana, ver-se-iam agora imersos numa São Paulo marcada pelo desemprego, pelo

espraimento das favelas, pela formação de novas periferias, pelo aumento da já acentuada desigualdade social.

Nesse sentido, objetivamos investigar o modo de inserção dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo lançando mão da análise de suas trajetórias apresentadas a partir das representações sobre a experiência migratória, das condições de acomodação no local de destino e das expectativas de futuro, com frequência relacionadas com as possibilidades de retorno ao local de origem. Para explorar a diversidade de representações no contexto de expansão industrial dos anos 1950-1970 e no contexto mais recente de crise e reestruturação econômica (anos 80 em diante) procuramos selecionar e apresentar trajetórias de duas gerações de nordestinos migrados. O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, discute-se, numa perspectiva histórica, a relação entre a dinâmica econômica e o deslocamento populacional, no bojo do processo de constituição de uma sociedade urbano-industrial no Brasil. Destacaremos a presença do poder público na delimitação, no empreendimento e na restrição dos fluxos migratórios dentro do espaço nacional, com ênfase na migração de nordestinos para São Paulo. Em outras palavras, pretende-se inquirir como o fenômeno migratório configurou-se, em um dado momento, em um campo político estratégico, tanto para a intervenção política como para a investigação científica, na medida que, por meio da análise e da intervenção sobre os deslocamentos populacionais presumia-se ser possível dar conta dos percalços e das possibilidades de desenvolvimento econômico e social do país.

No segundo capítulo, retomaremos a discussão sobre a formação de um mercado de trabalho heterogêneo no Brasil, processo marcado por um excedente de força de trabalho, ocupada fora dos setores dinâmicos, e sujeitas a uma baixa remuneração. O objetivo é enfatizar que o mercado de trabalho mais do que um mecanismo de alocação de fatores de produção, em que imperaria a lei da oferta e da procura, se constitui numa estrutura social, onde a presença das relações sociais no processo de recrutamento e de mobilidade da força de trabalho são fatores constitutivos da sua dinâmica. O recurso à literatura acadêmica teórica e mais geral será a principal ferramenta para o desenvolvimento da argumentação neste segundo capítulo.

No capítulo terceiro capítulo, trataremos do desempenho dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, atentando para as diferentes problematizações formuladas pela literatura sócio-demográfica brasileira sobre a participação dessa força de trabalho no mercado de trabalho mais dinâmico do país.

No capítulo quatro, iniciaremos a discussão sobre os interesses em empreender-se um estudo qualitativo que utiliza, como ferramenta, a análise de trajetórias ocupacionais recompostas por meio de histórias de vida. Para ilustrá-los apresentaremos, em seguida, sete trajetórias de migrantes nordestinos com diferentes inserções profissionais, de distintas gerações e de ambos sexos. Em comum, esses migrantes têm o fato de terem realizado um deslocamento migratório do Nordeste em direção a São Paulo e o fato de que suas histórias de trabalho, mais longas ou mais curtas, foram afetadas pela reestruturação econômica que se intensificou nos anos 1990. Os casos analisados neste capítulo foram recolhidos no bojo de uma pesquisa mais ampla coordenada pela orientadora desta dissertação e a qual eu me integrei desde a graduação, como bolsista.

Não poderíamos concluir esta “Introdução” sem registrar os agradecimentos ao apoio do Centro de Estudo da Metrópole (um consórcio entre Cebrap, USP e Fundação Seade) que permitiu o acesso aos dados que utilizei. Bem assim, agradeço o suporte do CNPQ pela bolsa de estudo concedida durante a realização deste trabalho.

1. Migrações internas, migrantes nordestinos e a formação de um mercado de trabalho nacional

As migrações internas foram, durante um bom tempo um dos grandes temas das Ciências Sociais brasileiras. Além disso, foram alvo de sucessivas intervenções governamentais que objetivavam ora estimular, ora controlar os deslocamentos populacionais no interior do país. O amplo interesse pelo fenômeno migratório estava relacionado à vultuosidade dos deslocamentos e, por conseqüência, às mudanças sociais por eles engendrados. Nesse sentido, os movimentos migratórios estiveram, quase sempre, intimamente associados às transformações deflagradas pela inserção das relações capitalistas de produção em diversos setores e espaços da sociedade brasileira. Dessa maneira, a análise das migrações internas tornava-se um objeto de pesquisa estratégico para se compreender o processo de formação do mercado de trabalho em uma economia subdesenvolvida, posto que permitia melhor observar aspectos como as adaptações e/ou rupturas com as estruturas sociais anteriores, a reordenação de espaços econômicos e as conseqüentes desigualdades regionais. Em síntese, é possível dizer que as migrações internas funcionaram, principalmente no período intelectual em que dominou a perspectiva nacional-desenvolvimentista, como uma espécie de caixa-preta cujo estudo permitia melhor compreender os percalços e as potencialidades do processo de desenvolvimento econômico e social na periferia do capitalismo.

Durante a década de 1980, o debate em torno das migrações internas arrefeceu-se consideravelmente, tanto no âmbito da gestão pública quanto no das ciências sociais (Hasenbalg, 1992; Martine e Neupert, 1988). Curiosamente, esse é o período em que surgem novas tendências migratórias, respondendo, em grande medida, ao baixo desempenho econômico que caracterizou a denominada década perdida. A divulgação do Censo Demográfico de 1991 ratificou tais mudanças, ao mostrar, por exemplo, uma brusca alteração no padrão de crescimento das metrópoles, principalmente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, com o conseqüente crescimento das cidades de médio e pequeno porte. Outro dado novo foi a considerável redução do volume de emigrantes em regiões historicamente tidas como área de expulsão (especialmente Paraná e

Minas Gerais e, em menor medida, no Nordeste). Segundo Cano (1995), esse desempenho refletiu o amadurecimento dos investimentos das políticas de desconcentração econômica postos em prática durante a década de 1970, combinado com a forte migração de retorno por efeito da precarização dos principais mercados de trabalho metropolitanos durante as sucessivas crises que marcou a economia brasileira nos anos de 1980.

Desse modo, para melhor compreender a situação dos migrantes nordestinos no maior mercado de trabalho urbano do país, em um contexto marcado pela reestruturação econômica e pelas novas regras de funcionamento das relações de trabalho, faz-se necessário, antes, compreender tal deslocamento analítico da questão migratória no Brasil. Para tanto, analisaremos, em uma perspectiva histórica, a relação entre o desenvolvimento econômico e social e a migração interna, mais especificamente, o papel dos deslocamentos populacionais na formação de um mercado de trabalho urbano-industrial no Brasil. Em seguida, procuraremos traçar, em linhas gerais, os novos condicionantes que nos permitem entender a reordenação da questão migratória interna em um contexto de internacionalização da dinâmica econômica.

1.1. Movimentos e Momentos: migração como um processo histórico

Em um dos trabalhos mais influentes dos estudos migratórios em contextos latino-americanos, Singer (1973) afirma que as migrações internas, sendo um fenômeno social, eram sempre historicamente condicionadas. Sendo assim, o primeiro passo para o seu estudo seria encontrar os limites das configurações históricas que dão sentido a um determinado fluxo migratório.

Por isso, dado o objetivo de estudar a(s) experiência(s) migratória(s) de nordestinos(as) na Região Metropolitana de São Paulo no período pós 1990, seguirei a sugestão de Singer e, como primeiro passo, retornarei à literatura sobre migração interna no Brasil, com vistas a melhor dimensionar esse fluxo migratório dentro da história migratória brasileira para, desse modo, identificar mudanças e continuidades nesse processo social no período a ser analisado. Para tal, procurarei destacar, ainda que de maneira sintética, alguns aspectos significativos da dinâmica migratória brasileira, a saber:

- i. a relação entre as migrações internas e a formação de uma sociedade urbano-industrial;
- ii. a relação entre a organização das atividades produtivas e a distribuição populacional;
- iii. a relação entre as políticas migratórias e a constituição de tendências migratórias dominantes.

Para uma melhor exposição das tendências e configurações da dinâmica demográfica brasileira, seguiremos a periodização sugerida por Martine (1989) e Patarra (2003). Esses autores identificam dois grandes momentos na dinâmica migratória: o primeiro tem lugar nos anos compreendidos entre 1930 e 1980, tendo como referência a formação de uma sociedade urbano-industrial no Brasil; o segundo tem lugar a partir de 1980, quando a economia brasileira interrompe uma trajetória de crescimento continuado e aprofunda o processo de sua internacionalização. As novas tendências migratórias sobrepõem-se às antigas, ainda que, como bem salientou Patarra (2003), o significado dessas últimas seja totalmente distinto em função dos novos condicionantes macro-sociais, com destaque para a estruturação da sociedade em um cenário de economia internacionalizada.

Dentro desses dois grandes momentos, faremos algumas sub-divisões, com vistas a apreender as oscilações políticas e econômicas que, em alguma medida, influenciaram a trama de fluxos migratórios que cortaram o país. Sendo assim, o primeiro momento será subdividido em três períodos: 1930-1950; 1950-1964 e 1964-1980. No segundo momento analisaremos as décadas de 1980 e 1990.

A relação entre deslocamento populacional e dinâmica econômica é bastante evidente no processo de formação da sociedade brasileira. A dimensão continental do território nacional, associada à diversidade produtiva e à concentração espacial da sua base produtiva, marca indelével do processo de inserção do país ao sistema capitalista, fizeram com que a disponibilidade de mão-de-obra fosse um dos grandes desafios para o desenvolvimento econômico. Durante boa parte da história econômica brasileira – considerando aqui os períodos do ciclo da cana-de-açúcar, do ciclo do ouro e o início do ciclo do café – esse problema foi resolvido por meio do tráfico de trabalhadores africanos

escravizados. Até meados do século XIX, a principal porta de entrada de trabalhadores e mercadorias no país foi o Atlântico. O intenso intercâmbio comercial entre as costas brasileiras e africanas contrastava, sobremaneira, com o escasso e custoso deslocamento de mercadorias e força de trabalho dentro do território nacional.

No entanto, a partir de 1850 o problema da mão de obra tornou-se uma questão social de primeira importância, posto que o fim do tráfico de trabalhadores escravizados coincidiu com a transformação do café no grande produto de exportação do país. Nesse período, o Brasil era o principal produtor mundial de café, cuja demanda crescia com a expansão da revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos, refletindo-se em preços altos, exceto em ocasionais anos de crise. Essa situação estimulou a transferência de escravos das regiões onde as economias estavam estagnadas, Nordeste e principalmente Minas Gerais, para a região do Vale do Paraíba. No entanto, dado o ritmo de expansão da economia cafeeira e o baixo crescimento vegetativo da população escravizada, o aumento excessivo do preço dos escravos, associado ao clima político pró-abolicionista, fez com que essa transferência resolvesse apenas de maneira transitória a falta de mão-de-obra na economia cafeeira. (Furtado, 2000; Merrick e Graham, 1981).

Assim, a concentração de imigrantes em São Paulo, em fins da década de 1880 e durante as décadas seguintes, foi consequência direta da expansão cafeeira naquele estado e da promoção da imigração européia subsidiada fortemente pelo governo estadual. Com a decadência do café no Vale do Paraíba abriram-se novas terras mais ao sul e ao oeste, em território paulista. Nas novas fazendas o trabalho livre, principalmente europeu, começou a substituir o trabalho escravo, mesmo antes da Abolição. A escassez crescente do escravo, as perspectivas mais ou menos certas da Abolição, a renovação técnica e a mecanização da produção influíram na adoção da mão-de-obra livre em substituição à escrava. A expansão da área cultivada era vital e só se fez possível graças ao aumento drástico e rápido do fluxo de mão-de-obra. A firme iniciativa do governo estadual antes da Proclamação da República, reforçada pela Constituição de 1891, que delegava a política imigratória aos estados, refletiu as necessidades dos fazendeiros paulistas. Sem uma campanha organizada e sem subvenções, a entrada maciça de imigrantes não teria atingido tal magnitude.

Seja na economia agrícola de exportação, o café, seja na incipiente economia urbana, poder-se-ia dizer que, durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a massa de imigrantes estrangeiros relegou a segundo plano a mão-de-obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano a população ex-escravizada. Essa afirmação recoloca uma intrigante pergunta da historiografia brasileira, qual seja, porque, no processo de expansão da economia cafeeira, houve uma participação restrita da mão-de-obra nacional disponível?

As respostas a esse questionamento são bastantes controversas. Balán (1973), por exemplo, argumenta que dada a dispersão da mão-de-obra nacional, a disponibilidade de terras (que possibilitava a economia de subsistência como alternativa ao mercado) e o forte preconceito por parte dos fazendeiros contra a força de trabalho nacional (comumente taxada de indisciplinada, ociosa e violenta) fizeram dos trabalhadores europeus a opção mais desejável para se construir um mercado de trabalho livre.

Merrick e Graham (1981), por sua vez, mitigaram essa interpretação ao destacarem que a reação ao problema da mão-de-obra às vésperas da Abolição da escravatura variou consideravelmente dependendo da região de origem dos proprietários. No Nordeste, a região mais populosa à época, o fraco desempenho da economia açucareira e a já citada comercialização de escravos com os fazendeiros do Vale do Paraíba, fez da abundante e barata mão-de-obra nacional uma alternativa viável ao trabalho escravo.

No Vale do Paraíba, por sua vez, a crise econômica que grassou na região por volta da década de 1870, decorrente do esgotamento do solo, agravado pela concorrência com os produtores da nova frente de expansão da produção cafeeira no Oeste Paulista, provocou um declínio da produtividade dos cafezais e do valor das terras. Nesse contexto, a riqueza concentraria cada vez mais o estoque de escravos, que tendia a se reduzir, dado o baixíssimo crescimento vegetativo dessa população e a intensa movimentação política em torno da Abolição; não sem razão, foram os fazendeiros dessa região os defensores mais empenhados da continuidade do regime escravocrata.

Por fim, no Oeste Paulista, região mais dinâmica economicamente do país no período, o problema da força de trabalho foi sentido de forma mais aguda. A disponibilidade de terras e os altos preços do café no mercado externo faziam com que a economia cafeeira se expandisse de forma vertiginosa, expansão essa que não se restringiu

apenas à produção do café propriamente dita, mas ganhava relevo econômico na época a construção de uma infra-estrutura que viabilizasse a comercialização desse produto (como por exemplo, a construção de ferrovias, importante setor de inversão econômica). Para se ter a medida do ritmo desse crescimento:

"A quantidade de café exportada pelo Porto de Santos aumentara de 543.425 sacas em 1870 para 1.204.328 sacas em 1880; em 1890, atingiu 3.048.327 de sacas. O número de quilômetros de trilhos de ferrovias construídos em São Paulo aumenta de 139km em 1870 para 1.212km em 1880, chegando, em 1890, a 2.425km. A expansão das ferrovias permitiu o alargamento da fronteira agrícola e a área plantada com café crescia rapidamente: de 60.462.000 cafeeiros em 1870 para 62.540.000 em 1880 e 106.300.000 em 1890". (Lamounier, 2007, p.362-3).

Nesse contexto, os fazendeiros do Oeste Paulista, pressentindo a iminência da Abolição e contando com uma disponibilidade considerável de capital e de poder político, recorreram a uma fonte alternativa de força de trabalho por meio da imigração subvencionada de trabalhadores estrangeiros, especialmente italianos e espanhóis. Dessa forma, de acordo com Merrick e Graham (1981), a escolha por essa força de trabalho teria sido circunstancial e estaria intimamente ligada às condições econômicas *sui generes* daquela região.

De um modo ou de outro, o fato é que nas últimas décadas do século XIX uma massa de imigrantes entrou no país e se alocou predominantemente no Estado de São Paulo. Para se ter uma idéia da concentração dessa onda migratória, na década de 1890, auge da imigração estrangeira para o Brasil, o estado recebeu 70% dos mais de um milhão de imigrantes que entraram no país. Essa situação reforçou o estigma de que o trabalhador nacional seria moralmente inferior ao trabalhador estrangeiro. Tal falácia só seria fortemente contestada a partir da década de 1930, quando se elabora um projeto político visando nacionalizar o mercado de trabalho brasileiro.

1.1.1 De 1930 a 1950: a "crise de braços" e a solução nordestina

Como bem colocou Balan (1973), conquanto precisar uma data seja um procedimento arbitrário, ele não deixa de ter sua utilidade. A década de 1930 marcou a

passagem de uma dinâmica econômica baseada exclusivamente no setor agro-exportador para a constituição de um mercado interno e industrial. No entanto, isso não significou uma desarticulação do setor agro-exportador, até porque o desenvolvimento do nascente setor industrial seria fortemente estimulado pelos lucros gerados na exportação de bens primários. Essas mudanças concentraram-se nos estados do Centro-Sul do país, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde a alta comercialização do café tinha resultado num aumento populacional, de nível de renda e de consumo, bem como no desenvolvimento de infra-estrutura e no acúmulo de capitais, fatores que foram determinantes para o desenvolvimento dos primeiros empreendimentos industriais. Essa movimentação da economia brasileira para o mercado interno, centralizada em uma região, significou também uma redefinição das relações entre as regiões:

"A localização industrial no eixo Rio-São Paulo obedece à concentração naquelas cidades e em suas regiões de influência do principal mercado consumidor, que cresceu rapidamente ligado à expansão do café, da disponibilidade de mão-de-obra qualificada, de origem imigrante, e do sistema de comunicações que, originalmente útil para canalizar as exportações, serviu também para integrar o mercado em nível regional". (Balan, 1973, 41).

Do ponto de vista demográfico as transformações foram igualmente decisivas. Por um lado, houve uma expressiva diminuição da participação dos movimentos migratórios internacionais: de 835 mil pessoas durante os anos de 1921-1930 para 285 mil e 130 mil nas décadas de 1940 e 1950. (Patarra, 2003). Em contrapartida, como veremos adiante, houve um acréscimo nas trocas populacionais entre os Estados. Assim, a partir de 1930 estava se configurando um padrão migratório que perduraria, com várias oscilações, porém sem grandes alterações, por mais ou menos 50 anos. Martine (1989), para caracterizá-lo, identificou duas tendências redistributivas, às quais denominou de centrífuga e centrípeta: enquanto a primeira promovia as fronteiras agrícolas e a interiorização do espaço nacional, a segunda servia para concentrar cada vez mais a população nos grandes centros urbanos.

A década de 1930 é comumente pensada como um momento decisivo na formação de um mercado interno e industrial; entretanto, não podemos desconsiderar que um dos grandes problemas econômicos da época era a sustentabilidade do setor agro-exportador baseado na produção café. E, nesse sentido, é interessante notar que as principais mudanças

demográficas ocorridas foram, em grande medida, resultados de intervenções governamentais que buscavam contornar os impactos da "quebra" da bolsa de Nova Iorque na cafeicultura brasileira.

Com efeito, a crise de 1929 exacerbou as contradições que constituíram o processo de expansão da cafeicultura; dentre elas, a mais importante foi o descompasso entre produção e demanda, recorrente nas três primeiras décadas do século XX. Ao adquirir os estoques excedentes, construir uma infra-estrutura de armazenagem do produto e elaborar uma política de desvalorização da moeda nacional, o Estado tornava-se sócio dos cafeicultores, socializando, assim, as perdas do setor por meio do encarecimento das importações e do endividamento externo. Entretanto, depois da grande crise, o governo teve que tomar medidas adicionais para manter a viabilidade econômica do setor. Essas políticas foram, basicamente, a queima de parte do estoque de café adquirido pelo Estado e o subsídio para contratar trabalhadores (desta vez, migrantes nacionais) com o fito de sanar o problema da "falta de braços" nos cafezais paulistas.

À primeira vista, a combinação de uma política de queima da produção com outra de contratação de força de trabalho parece contraditória. Essa contradição desfaz-se, todavia, ao considerarmos que não se tratava apenas de estabilizar a comercialização do café, mas, principalmente, de estabelecer um novo padrão de acumulação de capital. Do ponto de vista da produção cafeeira, a vinda de trabalhadores serviu para rebaixar os salários nominais, aumentando, assim, os lucros dos produtores. (Furtado, 2000).

Nesse sentido, é possível supor que a política do Governo do Estado de São Paulo de subsidiar a migração de trabalhadores de outras regiões do país para as lavouras paulistas estivesse atrelada não somente a recuperação da cultura cafeeira, mas também à formação de um mercado interno que tinha como suporte o setor industrial, o que exigiria uma forte reestruturação da estrutura agrária paulista. Um indicativo desse movimento é que considerável volume de trabalhadores destinados às lavouras paulistas coincidiu com a redução na produção de café e com a conseqüente redução da área de cultivo. Concomitantemente, observa-se na região do oeste paulista uma crescente diversificação de culturas no período pós 1930, com a inclusão, por exemplo, do plantio de laranja, de cana-de-açúcar, de feijão, de milho e de algodão. Vale destacar o papel deste último para a consolidação do setor industrial na região:

"A economia regional se integrava na medida em que o papel do setor externo se tornava menos importante. A indústria têxtil, inicialmente mais importante no Rio, passou a sê-lo em São Paulo por volta de 1920, quando começou a desenvolver-se o cultivo do algodão, suplantando crescentemente a produção nordestina. Os novos cultivos, ao contrário dos nordestinos, se beneficiaram da proximidade da demanda, de sua crescente sofisticação e do desenvolvimento tecnológico-científico que se produzia com a industrialização: ocorreu assim uma inovação técnica importante que melhorou a qualidade e produtividade do algodão, transformando-o em importante produto de exportação nos anos 30. Em outras áreas produtivas o processo foi semelhante. A industrialização gerava a possibilidade de maior integração em nível regional, diversificação da produção tanto urbana como rural e crescente alteração das relações inter-regionais " (Balan, 1973, p.42).

A mudança de público-alvo das políticas de subsídio à migração de trabalhadores – de imigrantes estrangeiros a migrantes nacionais – não foi de maneira alguma casual. Durante a década de 1920, houve uma série de mobilizações políticas organizadas, basicamente, por trabalhadores imigrantes italianos e espanhóis, que colocaram em questão a ordem social vigente por meio de movimentos declaradamente revolucionários. De solução para a formação de uma sociedade "branca e civilizada" na virada do século XIX para o XX, as populações imigrantes figuravam, nas palavras do próprio Getúlio Vargas, "exóticas, inadaptaáveis ao nosso meio sob todos os pontos de vista". Em todo caso, era um dos objetivos do Estado Provisório estabelecer uma política que desestimulasse a entrada de estrangeiros – por exemplo, o decreto 19.432 de 1931, que obrigava a reserva de emprego de 2/3 das vagas nas empresas para trabalhadores nacionais – e que, ao mesmo tempo, procurava dissolver os chamados “quistos” estrangeiros, dado a crença que esses grupos estariam semeando pelo território nacional anseios separatistas.

A partir da década de 1930 houve uma intensa alteração na dinâmica migratória brasileira com a intensificação dos deslocamentos inter-estaduais e, novamente, o Estado de São Paulo é o epicentro dessa mudança, sendo que dessa vez o efeito das políticas migratórias ultrapassaram em muito os limites desse Estado. Além disso, pode-se afirmar também que entre as décadas de 1930 e 1950 as políticas migratórias visavam atender as demandas da reorganização do setor agro-exportador. Por isso mesmo, embora estejamos acostumados a entender as migrações internas como êxodo rural em direção as grandes cidades, no referente período, a parte mais significativa dos deslocamentos deu-se entre

áreas rurais, tendo os estados nordestinos e o norte de Minas Gerais como principais “áreas de expulsão” populacional e o interior paulista como “área de recepção” por excelência.

Dada a expansão e a diversificação da estrutura agrária paulista a partir dos anos 1930 e o estancamento da imigração estrangeira para o país no mesmo período, a insuficiência de mão-de-obra na lavoura paulista tornou-se mais uma vez um problema social de primeira ordem, tornou-se uma questão social que ficou conhecida na época como a “falta de braços”. Diante do fato, o então governador do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, por meio da Secretaria de Agricultura, reeditou, em 1935, uma política de estímulo à migração de trabalhadores nacionais, baianos e mineiros em sua maioria, em direção às lavouras do interior do Estado. Os deslocamentos desses trabalhadores eram realizados com subvenção oficial por meio de um sistema de contrato com empresas particulares de imigração e colonização em que ficava a cargo do Estado o pagamento das passagens e do transporte de bagagens do migrante. Ao chegar à cidade de São Paulo esses trabalhadores ficavam alojados na Hospedaria do Imigrante localizada no bairro do Brás e dali eram alocados para as fazendas no interior do Estado. Em 1939, ocorre uma mudança significativa na política migratória do Estado, que desarticulou os interesses das companhias privadas de contratação de trabalhador: a criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM). Essa Inspetoria possuía uma estrutura própria de agentes contratantes, com escritórios nas cidades de maiores influxos de migrantes interessados em entrar no Estado de São Paulo. Esses escritórios eram localizados nas cidades mineiras de Montes Claros e Pirapora; havia ainda os fiscais que cuidavam de encaminhar os trabalhadores diretamente às fazendas do interior. A criação da ITM deixou evidente que a política migratória efetuada pelo Estado de São Paulo não se restringia aos interesses regionais, na verdade, o que se viu foi uma confluência de interesses entre esferas do poder federal e esferas do poder estadual, fato que viabilizou a existência de postos avançados fora dos limites do Estado.

Ao observarmos o volume e a regularidade dos fluxos migratórios estimulados por essa intervenção estatal fica evidente que se tratou de uma política cuidadosamente planejada. Como bem mostrou Paiva, ao analisar os processos de recrutamento da Secretaria de Agricultura de São Paulo no intervalo de 1934 a 1954, houve uma predominância de trabalhadores oriundos do Nordeste e de Minas Gerais; juntos eles

representavam, aproximadamente, 95% do total de 1.104.757 de trabalhadores contratados. (Paiva, 2004, p.252).

Em outras palavras, a partir dos anos 30, concebe-se um arranjo político que possibilita o desenvolvimento econômico assentado no setor industrial e concentrado no Centro-Sul, mais precisamente em São Paulo e Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, atrelado, ainda que de forma complementar e desigual, a outras regiões do país (com destaque para o Nordeste), criando assim um mercado interno de produtos e de trabalho.

"A Federação Paulista de Cooperativas de Café (...) vem com este (...) reiterar o oferecimento feito ao Governo do Estado (...) no sentido de colaborar no caso da solução de um dos magnos problemas de interesse imediato para a lavoura – qual o de suprimento de braços. Numa obra de elevado alcance econômico-social e de muito patriotismo, a Federação Paulista das Cooperativas de Café se propõe a introduzir com destino à lavoura de São Paulo vinte mil imigrantes nacionais, procedentes do interior dos Estados Nordestinos" (Processo Secretaria de Agricultura. *Introdução de vinte mil imigrantes nacionais para a lavoura do Estado*. Hospedaria dos Imigrantes; Série A, n. 3.428, 16 ago. 1935. apud Paiva, 2004, p. 31)

Vale notar que esse projeto de integração por meio da migração de trabalhadores nacionais para os centros econômicos do país não ocorreu sem resistência de alguns setores da sociedade paulista, que seguiam reivindicando uma política migratória à moda antiga, ou seja, com base em trabalhadores europeus. Devido ao elevado número de imigrantes europeus que chegou a São Paulo entre os anos de 1850 e 1920, esse estado era visto como uma "terra de estrangeiros". Tal fato fez com que, em diversas ocasiões, essa composição populacional servisse como fator explicativo para a maior pujança econômica e social desta região em detrimento de outras localidades do país. Neste sentido, a inserção, em São Paulo, de trabalhadores nacionais, que supostamente não conseguiram se desvencilhar da herança colonial e escravocrata, colocaria em risco o título de "locomotiva do país". Como aponta o expressivo editorial denominado "Braço Nacional", publicado no jornal paulista *Folha da Manhã* do dia 9 de setembro de 1935, os migrantes nacionais eram, para muitos, na melhor das hipóteses, um mal necessário.

"Anuncia-se a vinda de 40.000 nordestinos. Não há dúvida de que há falta dos trabalhadores que estávamos acostumados a receber da Europa. É com esses mesmos que iremos remediando. Mas não

julgamos das melhores a solução, quer do ponto de vista nacional, quer do ponto de vista de São Paulo.

O Brasil não tem e não pode ter interesse nessa deslocação em massa de filhos do Nordeste. Ao contrário, acreditamos que, essas sangrias repetidas acabarão amenizando uma região que assim, terá que retardar por muitos anos o seu progresso (...) Além disso, se continuarmos a despovoar o Norte em favor do Sul, acentuaremos um desequilíbrio que não será benéfico ao futuro da nacionalidade.

Não suponha, o governo do Estado que resolve o problema da falta de braços com a introdução de trabalhadores nacionais. A solução por este caminho poderá ser, quando muito, um remédio de emergência de que lançaremos mão à falta de outro. Mas do que devemos de cuidar, para cuidar efetivamente dos interesses de São Paulo é procurar atrair o imigrante europeu". (apud Paiva, 2004, p243).

A partir da década de 1950, a migração de mineiros e nordestinos para São Paulo deixaria de ser motivada por uma política oficial de subvenção do deslocamento de trabalhadores pelo governo do Estado de São Paulo com o fim da política de subsídios para a captação de mão-de-obra.

1.1.2 - De 1950-1964: A industrialização como projeto nacional

Os anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial podem ser considerados como o momento de consolidação da política nacional-desenvolvimentista formulada por Getúlio Vargas. Sob o influxo do pensamento da Cepal, os planejadores passaram a tecer críticas às políticas econômicas que assumiam a tradicional divisão internacional de trabalho, em que cabia aos países periféricos fornecer matérias-primas e importar produtos industrializados; a idéia de Raul Prebisch de que a brecha comercial se expandia com a deterioração dos termos de intercâmbio nutriu a formação de novas interpretações para o crescimento latino-americano em geral e brasileiro em particular. A bandeira da intensificação do processo de industrialização tornou-se um anseio nacional. O grande realizador desse novo projeto de nação, intuído já desde o segundo Governo Vargas, foi o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

No período Kubitschek (1955-1960) concebeu-se, pela primeira vez na história do país, um modelo de governo assentado na idéia de planejamento. Diversos incentivos setoriais e regionais foram manipulados sistematicamente objetivando a promoção do

processo de industrialização, já não mais induzido pelo estrangulamento externo. Todo o esforço da política econômica governamental era arquitetar uma infra-estrutura na qual a dinâmica econômica passasse a se orientar, predominante, mas não exclusivamente, pelas determinações do sistema econômico instalado no país. (Ianni, 1977).

Dentro deste quadro, pode-se dizer que a principal política do governo Kubitschek foi o Plano de Metas que, de forma sintética, visava transformar a estrutura econômica do país, criando uma indústria de base e reformulando as condições de interdependência com o capitalismo mundial.

O maciço investimento estatal em infra-estrutura – estradas, ferrovias, hidrelétricas – associado ao grande afluxo de capital estrangeiro, indispensável para a instalação de uma indústria automobilística (carro-chefe do novo crescimento) no país acelerou o processo de industrialização, transformando o setor industrial na principal alavanca do processo de acumulação de capital. Entretanto, como bem observou Singer (1973), a nova base produtiva concentrava ainda mais a dinâmica econômica no Sudeste, principalmente em São Paulo:

"A partir de 1950, o processo de substituição de importações atingiu as indústrias de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos), bens de capital (máquinas e equipamentos) e bens intermediários (siderúrgica, produtos químicos, borracha, papel). A implantação destas indústrias se deu em grande parte mediante investimentos de capital estrangeiro, que trouxe ao país técnicos de produção em massa. Deste modo, os novos ramos industriais já surgiram concentrados e a maior parte dos estabelecimentos foi localizada na área metropolitana de São Paulo ou em suas mediações: Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba".(Singer, 1973, p.124).

Essa nova configuração das atividades produtivas aumentou consideravelmente as oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos. No caso Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, Singer enfatiza que a expansão dos empregos industriais teve efeitos propulsores em outros setores da atividade econômica, complexificando, assim, a estrutura ocupacional da região. Esse foi o caso do setor de serviços, de 1940 a 1950 a força de trabalho ocupada neste setor passa de 50% para 60%.

Dessa forma, pode-se considerar que a consolidação de um projeto de desenvolvimento cujo centro dinâmico estivesse localizado no Sudeste estabelecia novos termos para as relações entre as regiões e colocava na ordem do dia a necessidade de

organizar um mercado nacional integrado. Sem embargo, a década de 1950 foi um momento de inflexão na dinâmica migratória interna. Na medida em que a expansão do setor industrial em São Paulo, principalmente com a vinda das montadoras para a região do ABC paulista, criou uma nova demanda por força de trabalho na metrópole. Demanda que foi satisfeita, em um primeiro momento, pelo deslocamento de trabalhadores rurais do interior paulista e norte do Paraná, regiões onde a produção agrícola passava, na época, por um intenso processo de modernização. Depois, em um segundo momento, foi a vez dos migrantes vindo de outras regiões do país – novamente com predominância dos nordestinos e mineiros - para ocupar as vagas nas fábricas da capital paulista e municípios do entorno. Não sem razão, tomando como exemplo o caso da capital paulista, foi durante a década de 1950 que pela primeira vez o número de migrantes vindos de outros Estados ultrapassou o de migrantes oriundos do interior do Estado: a cidade recebeu aproximadamente 1.000.000 de pessoas no período, sendo que 60% deles nasceram fora de São Paulo (Fontes, 2004).

Por outro lado, quando atentamos para os fatores de expulsão condicionantes desses fluxos migratórios, identificamos um acelerado crescimento vegetativo nas áreas rurais devido, principalmente, à redução da mortalidade¹ que, combinada com a concentração fundiária e relações arcaicas de trabalho, levaram muitos camponeses a uma situação de insuficiência de recursos e busca de alternativas de sobrevivência, dentre elas, a migração. Devemos lembrar também que durante a década de 1950 o Nordeste sofreu duas secas, a primeira em 1952 e a segunda em 1958; essa última chegou a atingir 13% da população da região e foi considerada pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, como a seca mais terrível que o Brasil conheceu em sua história (Cohn, 1976). Por fim, a inauguração da Rodovia Rio-Bahia, em 1949, e a complexificação do sistema rodoviário no decênio seguinte, com o conseqüente deslocamento do transporte ferroviário para um segundo plano, são fatores que também influenciaram a dinâmica migratória no período ao diminuírem as dificuldades, o tempo e os custos da viagem entre o Nordeste e as regiões ao sul do país. Dessa forma, como assinalou Fontes (2002), paulatinamente as estradas de rodagem passaram a ser o meio mais utilizado para a migração.

¹ De acordo com Martine: “É provável que esta redução nas taxas de mortalidade começou a ter impacto mais significativo na área rural um pouco mais tarde, ou seja, depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, as taxas elevadas de crescimento vegetativo nas áreas rurais teriam acelerado o processo de expulsão do campo, particularmente em vista do elevado grau de concentração da propriedade de terra, da predominância dos minifúndios, do esgotamento da terra devido às técnicas de exploração pouco apropriada, etc.” (Martine, 1989, p.15).

Diferentemente do período anterior, o Estado não mais subvencionaria o recrutamento e o deslocamento da força de trabalho que se dirigia às metrópoles paulista e carioca. Tratava-se de uma “migração espontânea” em que os próprios migrantes arcaíam com as despesas da empreitada. Em outras palavras, à diferença do período de indução à migração com base no subsídio governamental, estamos agora lidando com um outro contexto em que o deslocamento populacional se tornou um subproduto do processo de crescimento econômico. Nesse sentido, à luz da política governamental de complementaridade entre as atividades produtivas, o êxodo rural era um indicativo de progresso: ao modernizar-se, o setor agrícola tornava-se um consumidor de insumos urbanos, aumentava a produtividade e liberava força de trabalho para as grandes metrópoles:

"A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Mais ainda, determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias-primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão-de-obra que se formam nos campos.

A introdução de técnicas mais aprimoradas de lavoura e de pecuária, a mecanização, a adubagem, a irrigação e os processos científicos de seleção e defesa sanitária das plantas e animais conduzem a melhores safras e tendem a reduzir o volume da mão-de-obra correspondente a uma determinada produção. Cria-se, em consequência, um excedente de população, que fica disponível para outras atividades. Só a industrialização poderá absorver esse excedente, proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para melhoria de seu padrão de vida. O êxodo rural será um sintoma de progresso se tiver como causa real um aumento de produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos" (Juscelino Kubitschek de Oliveira. Mensagem ao Congresso Nacional, 1957, apud Ianni, 1977, p.182-3, grifos nossos).

No entanto, o automatismo e a complementariedade sugeridos acima seriam somente a “face planejada” de realidade social marcada pela desapropriação, pela seca, pela desestruturação do campesinato; enfim, não se tratava apenas de uma alocação ótima dos fatores de produção no espaço, mas sim de um processo social cuja base estaria marcada por contradições próprias de um novo modelo de desenvolvimento econômico cujo eixo estruturador era a indústria moderna.

Os famosos “paus-de-araras” foram emblemáticos desse novo momento da dinâmica migratória brasileira ao expor em detalhe não o “progresso”, mas sim a “precariedade” que marcou o processo de integração do mercado de trabalho no país. Os caminhões da Mercedes-Benz, produzidos no moderno parque industrial do ABC paulista, onde a força de trabalho era composta em grande número por migrantes nordestinos, substituem os antigos “trens baianos” na tarefa de transportar bens manufaturados para o Nordeste e, no retorno, trazerem empoleirados (daí a origem da alcunha) um sem-número de homens, mulheres e crianças que buscavam melhores condições de vida no “Sul”. Nesse sentido, e mais uma vez comparando com o período anterior, pode-se dizer que houve um processo de informalização do agenciamento da força de trabalho para São Paulo. As condições indignas de viagem e o perigo iminente de acidentes nas estradas eram compensados pelo baixíssimo custo do deslocamento de uma população necessária à formação do novo centro industrial em plena expansão. Assim, ainda que a utilização dos “paus-de-arara” no transporte de pessoas fosse proibida, Fontes (2002) destaca que os dados sobre o movimento de migrantes na estrada Rio-Bahia, em 1954, mostravam que quase 60% do transporte de passageiros no sentido norte-sul era feito através de caminhões. Ainda de acordo com esse autor:

“Os donos dos caminhões ‘pau-de-arara’ tinham um papel fundamental no agenciamento de trabalhadores no interior nordestino. Contando as vantagens do mercado de trabalho e das cidades industriais do sudeste ou da zona rural paulista e paranaense, muitos chegaram a trabalhar diretamente para fazendeiros, industriais ou agências especializadas em São Paulo. Era comum a contratação de caminhões para transporte de migrantes por parte de agenciadores profissionais ou capatazes enviados especialmente para a arregimentação de trabalhadores.

Nas cidades do anterior nordestino, passando pelos entrepostos de Monte Claros e Pirapora, e chegando até a estação Roosevelt e suas imediações, um verdadeiro exército de agenciadores procurava seduzir e, no mais das vezes, tirar vantagens sobre os trabalhadores rurais migrantes. Notícias sobre a ‘gang insaciável’ de agentes que ‘ilude e explora os nordestinos’ proliferavam na imprensa paulista nos anos 50. Também na Assembléia Legislativa, parlamentares preocupavam-se com a questão. Relatando o caso de Francisco Pires Praciano, agenciador que ‘havia seduzido 119 nordestinos com propostas de trabalho e condições de vida a enfrentar a marcha para o sul, viajando nos já tristemente célebres ‘paus-de-arara’, o deputado Carlos Kherlakian parecia indignar-se com os ‘detalhes vergonhosos que envolvem o tráfico de nordestinos’. (Fontes, 2002, p.62).

O Plano de Metas tornou mais agudas as desigualdades regionais. A situação de miséria no campo, a concentração fundiária, o avanço do latifúndio sobre as terras dos pequenos proprietários, assim como o alto índice de crescimento demográfico dos Estados nordestinos e as periódicas secas desencadearam outros efeitos não pretendidos pelas políticas: sérios conflitos sociais no campo. Segundo as elites governantes, eles inoculavam um perigoso caráter pré-revolucionário, além de aumentarem sobremaneira o número de imigrantes advindos do meio rural, criando um descompasso entre oferta e demanda nos mercados de trabalho metropolitanos.

É nesse contexto que surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que, entre outras funções, desempenharia também a de uma agência voltada para a gestão regional dos fluxos migratórios. Tal propósito aparece explicitamente formulado no famoso documento preparado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado:

" De imediato a viabilidade de promover uma corrente imigratória organizada em direção ao interior maranhense e goiano e a outras regiões da periferia do Polígono, onde já exista ou esteja em construção uma infra-estrutura de estradas. O Governo terá como tarefa delimitar as regiões onde conviria abrir frente de imigração nordestina, indicar os tipos de unidade produtiva agropecuária recomendáveis (...), estimar os custos de traslado e de instalação dessa população, indicar o tipo de assistência técnica e financeira que deverá ser proporcionada à mesma, sugerir as culturas que devem ser fomentadas, indicar a forma de comercialização recomendável (...) o objetivo último que se tem em vista é transferir da região semi-árida algumas centenas de milhares de pessoas, criar nessa região uma economia com menor potencial demográfico e mais elevado nível de produtividade, e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste" (GTDN, 1959, apud Vainer, 2000, p.25).

É interessante notar como a questão agrária se transforma, aqui, em uma questão regional - e, conseqüentemente, em questão migratória, na medida em que se enfrentaria o problema do excedente populacional por meio de uma política de expansão da fronteira agrícola. Nota-se, entretanto, que a expansão das fronteiras agrícolas no Nordeste tinha como horizonte o deslocamento preferencialmente intra-nordestino, a fim de reduzir a temperatura demográfica e política na região do Semi-árido e realocar a população fora do Polígono da Seca, no Maranhão ou em Goiás. Neste sentido, como bem colocou Vainer, "seja do ponto de vista do projeto desenvolvimentista modernizador, seja do ponto de vista

da preservação do pacto hegemônico, construído sobre a intocabilidade do latifúndio, as migrações internas aparecem antes como solução do que como problema" (Vainer, 2000, p.25).

1.1.3 - 1964-1980: A distribuição "planejada" da população

Com a instauração do regime militar, intensifica-se a fé na capacidade do planejamento para encontrar soluções "viáveis" aos problemas sociais. Foi a partir desse ponto de vista que o governo federal formulou medidas explícitas visando a melhor ordenação da população no espaço nacional, o que suscitou intenso debate sobre o caráter e os efeitos da dinâmica migratória no Brasil. Martine irá chamar atenção para a faceta inusitada dessa política: "O Brasil talvez seja o único país não-socialista a ter adotado oficialmente uma política nacional de migrações internas" (1994, p.53).

Em 1973, o governo federal, através do Ministério do Interior (MINTER) iniciou um vasto programa de pesquisa cujos resultados foram incorporados a um documento que acabou por ser aprovado, em 1979, como Política Nacional de Migrações Internas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Social, presidido pelo Presidente da República. Essa política previa ações em três níveis: (i) a "racionalização" da distribuição espacial da população, (ii) a assistência social aos migrantes, (iii) a montagem de um sistema de informação sobre os migrantes. Nota-se que a demanda por uma política migratória partiria dos governos estaduais e municipais do Sudeste, com destaque para São Paulo, recebedores que haviam sido de elevados contingentes de trabalhadores migrantes.

A política de modernização agrícola dos governos militares havia sido ainda mais intensa do que a dos governos anteriores. Esse fato contribuiu para o aumento da concentração fundiária que teve como resultado um outro grande êxodo rural, novamente em direção aos grandes urbanos:

"Estima-se que cerca de 28, 5 milhões de pessoas teriam deixado as áreas rurais entre 1960-80. É permissível sugerir que o ritmo desse êxodo deve ter se acelerado à partir de 1965 e, mais ainda, à partir de 1967-68, quando os impactos da modernização agrícola começaram a se fazer sentir. Seja como for, o total de 12, 8 milhões de emigrantes do campo durante a década de 60 seria equivalente

a 33% do total de residentes rurais no início do período; os 15,6 milhões na década de 70 seriam equivalentes a 38% da população rural". (Martine, 1989, p.21-2)

Como consequência desse vultoso deslocamento, houve uma intensificação do crescimento urbano que, devido às políticas sociais deficitárias, resultou em um aprofundamento dos níveis de pobreza nos grandes centros, situação que contrastava com as elevadas taxas de crescimento que marcaram o período chamado de "milagre econômico". Neste contexto, a política nacional de migrações internas aparece como uma solução².

Havia um consenso sobre quais seriam os principais objetivos da política migratória: "racionalizar" os fluxos migratórios e ocupar os espaços vazios. No entanto, o que estava em discussão era como se daria tal intervenção (não nos esqueçamos que este é um momento de exceção dos direitos políticos).

Embora não seja possível, por hora, fazer uma análise mais detida do debate em torno das possibilidades de intervenções cabíveis na distribuição populacional, chama atenção o esforço de Martine (1975) em enfatizar que, observando os resultados das investigações econômicas, "as únicas (...) que emitiram um juízo formal sobre o significado das migrações em nível nacional", conclui-se que as migrações tinham sido altamente benéficas, dispensando, assim, a necessidade de interferir no processo "natural" do movimento migratório.

"Segundo diversos autores, todos os estados que receberam quantidades volumosas de migrantes durante o período de 1950-70 experimentaram um declínio na sua renda per capita relativa, sendo que o contrário ocorreu nos estados de maior emigração. O resultado global, portanto é, uma convergência de diferenciais regionais em termos de renda, um aumento da produtividade maior do que teria acontecido na ausência de migração e uma melhor distribuição do produto nacional". (Martine, 1975, p.6)

É possível identificar a sua militância em favor de dois tipos de políticas. Apostava, por um lado, na elaboração de políticas migratórias indiretas, ou seja, políticas que interfeririam não nos fluxos populacionais diretamente, mas sim nos fatores que

² A presença de demógrafos pautando a concepção de tais políticas é um traço importante desse momento. George Martine, por exemplo, em 1975, elabora uma proposta de política migratória dirigida ao Ministério do Interior.

condicionariam esses fluxos por meio de investimentos em construções públicas e do incentivo a desconcentração espacial da estrutura produtiva:

"Será que os movimentos migratórios aparentemente "espontâneos" dos últimos trinta anos têm tido realmente esta característica? (...) A construção de uma estrada, de um açude, de uma usina hidrelétrica ou de um conjunto residencial popular, em um lugar em vez de outro, implica no deslocamento dos fluxos migratórios." (idem, p.8-9).

Por outro lado, "com a finalidade de equilibrar a discussão sobre as justificativas de uma política migratória" (p.10), Martine propunha a ocupação das áreas de fronteiras com a finalidade de expandir a produção agrícola e mineral. O autor sugere ainda que esta expansão seja acompanhada de uma política de reforma agrária. Evidentemente Martine não ousa usar termo, mas, de forma sutil, ele lança a proposta:

"... apesar de apresentarem níveis relativamente altos de emigração, várias áreas agrícolas de alta densidade e baixa produtividade estão superpovoadas em relação à capacidade de sustentar seus habitantes a níveis mínimos de bem-estar econômico e social. Assim, a emigração é insuficiente para aliviar as pressões demográficas nessas áreas de alta tensão social" (idem, p.11).

Ao final de seis anos de pesquisa, parece que boa parte das idéias contidas no relatório apresentado por Martine foi incorporada ao derradeiro documento que constituiu o "Programa Nacional de Migrações Internas". Martine e Faria (1986), em um interessante artigo que analisa a inter-relação entre pesquisas e políticas de população no Brasil, resumem da seguinte maneira o referido documento:

"Em essência, esse documento argumentava que as migrações resultavam basicamente da distribuição desigual das oportunidades econômicas e, portanto, da realocação das atividades econômicas no espaço. Dessa forma, uma política migratória efetiva deveria decorrer, em última análise, de uma orientação mais social do planejamento econômico. Em outras palavras, dever-se-ia dar mais atenção à promoção de emprego e à distribuição da renda do que às condições para acumulação do capital. Conseqüentemente, o documento recomendava que se conjugassem esforços das várias instituições governamentais para racionalizar a utilização do espaço, maximizando ao mesmo tempo a criação de oportunidade de emprego. Sugeria-se, para esse propósito, que a definição e a permanente atualização de uma estratégia global para a distribuição populacional

fossem feitas à luz de objetivos globais de desenvolvimento, que favorecessem o emprego e levassem uma distribuição mais justa de renda". (Martine e Faria, 1986, p.18-9).

Embora a descrição do documento seja animadora, a avaliação dos autores sobre os efeitos desta política nos traz de volta à realidade: depois de sua aprovação no Conselho de Desenvolvimento Social, nunca mais se ouviu falar nem do documento nem da filosofia que lhe servia de base. O motivo principal do descaso do governo federal com relação ao documento é que nele está implícita a idéia de que não existem soluções técnicas para se resolver os problemas populacionais (sejam eles, vazios demográficos, concentrações urbanas, ocupações de áreas de mananciais, formações de favelas, etc.), pois, ao fim e ao cabo, trata-se da distribuição social dos benefícios das atividades produtivas.

"A redistribuição espacial da população depende, em última instância, do modelo nacional de desenvolvimento, dependendo, portanto de decisões políticas que determinam como, onde, porque, por quem e para quem operam as forças produtivas. Influenciar essas variáveis significa trabalhar no campo da Política, mais do que procurar soluções técnicas para problemas concretos". (idem, 1986, p.19).

1.1.4 - Pós 1980: A fragmentação da nação e os novos espaços migratórios

Após a mobilização de diversos pesquisadores em torno de uma "Política Nacional de Migrações Internas", as discussões sobre os deslocamentos populacionais arrefeceram-se consideravelmente. Um indicativo desse esmorecimento foi o reduzido número de análises com base no Censo Demográfico de 1980. (Martine e Neupert, 1988).

Entretanto, é sabido que a década de 1980 foi um momento de intensas mudanças na história econômica e política do país. A forte recessão que perdurou os anos de 1981-84, causou uma significativa redução no ritmo de oferta de emprego (principalmente no setor industrial, o mais atingido pela crise), uma piora na distribuição de renda (resultado da deteriorização do salário real) e surtos inflacionários, fatores estes suficientes para que Faria (1992) identificasse como uma marca dessa década a perda de dinamismo com estagnação. Vale dizer que houve uma recuperação econômica na segunda metade da década, mas esta não foi suficiente para anular os efeitos da crise, daí "década perdida".

Foi durante a década de 1980, também, que se consolidou o processo de redemocratização. Não cabe aqui a discussão dos impasses políticos dessa complexa transição, mas, no que se refere à dinâmica dos deslocamentos populacionais, é importante destacar que um dos principais objetivos desse processo foi a descentralização política que esteve no centro da agenda de discussão na Constituinte e que culminou nas diretrizes da Constituição de 1988 sobre os novos critérios de transferência da arrecadação de tributos da União para as gestões locais, aumentando o grau de autonomia das regiões, ou melhor, dos estados e municípios, bem como sobre as possibilidades de investimentos governamentais em infra-estrutura como apoio ao crescimento econômico e na formulação de políticas de incentivo fiscal.

Diante desse quadro de transformações políticas, econômicas e sociais, era esperado que os movimentos populacionais não ficassem imunes. Entretanto, poucos eram os que se arriscavam a traçar tendências e projeções. Foi nesse clima de expectativa e ansiedade – agravado pelos problemas administrativos na concepção e execução da pesquisa – que o Censo Demográfico de 1991 foi realizado. A divulgação dos primeiros resultados foi um momento propício para a retomada do debate a respeito das características e tendências da dinâmica demográfica brasileira.

No que se refere às migrações as mudanças foram muitas, algumas delas surpreendentes:

"A dinâmica migratória, no conjunto dos diagnósticos elaborados sobre a dinâmica demográfica recente, foi a que causou maior surpresa. Através dos resultados sobre as populações residentes, no âmbito dos municípios, constataram-se: tendência à desconcentração populacional no país, perda da força de atração das metrópoles – embora com permanência e reforço do crescimento maior das periferias das grandes cidades -; taxas de crescimento relativamente mais altas nos municípios do entorno dos pólos já existentes; crescimento das cidades médias e de pequenos aglomerados urbanos, entre outros aspectos" (Patarra, 1996: 13-14).

Talvez por ter sido o Estado que serviu de suporte para o projeto desenvolvimentista, recebendo grande parte das verbas e concentrando a produção industrial, foi em São Paulo que essas novas tendências migratórias se expressaram com maior nitidez.

"De fato, os anos 80 marcaram uma alteração, sem precedente, na dinâmica migratória do Estado de São Paulo, cujo saldo migratório "despencou" de um patamar de mais de 2 milhões de pessoas, na década de 70, para cerca de 500 mil no decênio seguinte. A natureza desses resultados está relacionada com a diminuição significativa da migração interestadual, que de uma taxa de 1,42% a.a. nos 70, caiu quase pela metade no período 80/91 quando a taxa ficou no nível de 0,82% a.a. Contudo, a diminuição do volume de imigração foi muito mais importante no caso das origens nos Estados do Paraná (44,9) e Minas Gerais (28,2) do que do volume com origem no Nordeste, cuja emigração para São Paulo diminuiu 2,8% em termos absolutos" (Cunha, Baeninger, Carmo e Antico, 2000, p.62-3, grifos nossos).

O surpreendente arrefecimento do crescimento populacional do Estado de São Paulo deveu-se não só à diminuição da imigração inter-estadual, mas, e principalmente, ao aumento da "migração de retorno" aos estados tidos tradicionalmente como áreas de expulsão, no caso, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, entre outros.

Na época, duas foram as explicações que justificaram esses novos movimentos. Uma, mais otimista, entendia que o aumento da migração de retorno e a baixa imigração para a Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 1980, resultavam de certa recuperação da capacidade de retenção dos locais que haviam sido os principais emissores de migrantes. O crescimento do emprego público, do turismo e a maturação tardia de grandes investimentos eram reconhecidos como fatores que explicariam o aumento da capacidade de retenção dos locais de origem. Outra explicação associava tais mudanças às sucessivas crises econômicas que marcaram os anos 1980 e o início da reestruturação econômica, ocasionando profundas transformações em diversos setores produtivos e, conseqüentemente, na organização do mercado de trabalho. Argüia-se que, sendo a Região Metropolitana de São Paulo o maior receptor de migrantes do país e, ao mesmo tempo, a região mais atingida pela reestruturação econômica, reduzia-se sua atratividade, pois se tornavam cada vez mais escassos os empregos com vínculos minimamente estáveis (Cano, 1995).

Não se trata, aqui, de dizer qual das duas explicações é a mais correta. Interessante é notar que desse diagnóstico despontam dois novos processos que balizarão as explicações das tendências migratórias no período pós-1980: desconcentração econômica (principalmente industrial) e a crise econômica especialmente intensas nas grandes

metrópoles que, como São Paulo, haviam capitaneado o crescimento industrial nos anos 1960-1970. .

Na década de 1990, observou-se um aprofundamento da crise de crescimento iniciada no decênio anterior, combinado a uma mudança estrutural da dinâmica produtiva, conseqüência da entrada do país no sistema econômico global. Tais transformações estão associadas aos ajustes econômicos realizados na primeira metade da década, ao processo de reestruturação produtiva das empresas (com a conseqüente redução de postos de trabalho e aumento da produtividade no setor industrial), assim como a uma redefinição do papel do Estado, o que alterou, consideravelmente, as instâncias de decisão políticas e econômicas.

Se a década de 1980 revelou tendências inusitadas no que diz respeito à dinâmica migratória, a década de 1990, entretanto, não apresentou grandes surpresas. Ela deu continuidade ao processo de desconcentração demográfica das metrópoles, com o conseqüente crescimento das localidades não-metropolitanas. Com bem observam Pacheco e Patarra (1997):

"O Brasil da década de 80 era um prenúncio dos dilemas que passamos a assistir com maior violência nos anos 90: baixa capacidade de acomodar as tensões sociais e de incorporar novos indivíduos ao mercado formal de trabalho; uma interiorização do desenvolvimento que decorre mais da debilidade das economias metropolitanas que do crescimento sustentado dos diversos *hinterlands* desse País; intensa mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância das décadas passadas; insegurança social decorrente da incapacidade de reproduzir a mobilidade social do período anterior e de reduzir a desigualdade" (1997, pp.48-9).

Diante desse contexto, um conjunto de novas questões impõe-se ao campo de estudos migratórios, como por exemplo, a intensidade da mobilidade intra-regional e intra-estadual, a predominância dos movimentos migratórios de tipo urbano-urbano, crise de emprego dos mercados metropolitanos de trabalho e, por fim, a formação do que viria ser denominado de "novas espacialidades migratórias" (Baeninger, 1999).

Essas novas problematizações convergem, em alguma medida, com a tendência recente da dinâmica econômica regional brasileira. Estimulados por uma maior autonomia na gestão do orçamento público, Estados e municípios elaboram estratégias de atratividade econômica, a fim de se constituírem como mercados regionais, via de regra, atrelados

diretamente ao mercado internacional. É essa proliferação de novos mercados regionais que estimula, para alguns autores, as direções e lógicas dos novos fluxos migratórios.

Assim, ao assumirmos que a dinâmica migratória reflete um modelo de desenvolvimento, vê-se que é possível reconhecer a transição de um modelo que tinha a integração econômica como norte, para outro em que a fragmentação regional da economia torna-se imperativa. Celso Furtado descreveu com propriedade essa passagem:

"O rápido crescimento da economia brasileira entre os anos 30 e 70 apoiou-se em boa medida em transferência inter-regionais de recursos e em concentração social da renda facilitada pela mobilidade geográfica da população. Se houvesse obstáculos institucionais à mobilidade da mão-de-obra, os salários reais ter-se-iam elevado de forma bem mais acentuada nas regiões em rápida industrialização do Sul do país. Nesse caso, o crescimento global da economia teria sido menor, e a urbanização, menos intensa (...)

Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Se se instalam plataformas de exportação no Nordeste, no estilo das 'maquiladoras' mexicanas, a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional (...)

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordem das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional". (Furtado, 1992, 33-2).

E novamente São Paulo é o caso emblemático desta mudança no modelo desenvolvimento. Nas últimas duas décadas a economia paulista caracterizou-se por uma relativa perda de dinamismo econômico de sua principal região metropolitana, expresso principalmente pela notável redução da participação da metrópole paulista na produção industrial nacional - de 43,9% em 1970 para 26,6% em 1995 - e a conseqüente criação de novos pólos industriais no interior do estado, impulsionados, principalmente, pela presença de centros de ensino e pesquisa, mercados de trabalho profissional, relações industriais articuladas geograficamente, incentivo fiscal, entre outros (Diniz, 1993).

A despeito da controvérsia sobre a natureza desse processo de desconcentração industrial – se um processo de transferência ou um espraiamento das bases produtivas -,

vale destacar que esse movimento econômico em direção ao interior paulista exprimiou-se igualmente na dinâmica populacional. O interior do estado que historicamente perdera grandes contingentes populacionais para a Região Metropolitana, nas décadas de 1980 e 1990 tornou-se um pólo atrativo de população, invertendo o sentido do fluxo, a ponto de a cidade de São Paulo apresentar saldos migratórios negativos nos Censos de 1991 e de 2000. (Baeninger, 2002). Por outro lado, quando observamos a Região Metropolitana, percebemos que enquanto o núcleo apresentou um decréscimo populacional, as outras cidades que compõe o entorno da metrópole apresentaram taxas de crescimento positivas. Este acréscimo populacional foi mais expressivo nas novas periferias, denominadas por Torres (2004) como “fronteiras urbanas”, ali a taxa de crescimento chegaram a 6% ao ano.

Ainda sobre a Região Metropolitana de São Paulo, os dados do Censo de 2000 indicaram uma recuperação da atratividade migratória da região; se durante a década de 1980, o saldo migratório foi de menos 290 mil pessoas, os dados relativos aos anos de 1990 apontaram para um saldo positivo de 220 mil pessoas (Baeninger, 2002). Como indicado, a recuperação populacional da dessa região deu-se, principalmente, pelo crescimento das cidades que compõem o entorno da área metropolitana; ao oferecerem condições de moradia mais acessíveis (não necessariamente melhores, via de regra, em áreas não-regulamentadas e com baixa infra-estrutura-urbana), elas se tornaram mais atrativas aos recém-chegados.

A maioria dos migrantes inter-regionais que chegou à Região Metropolitana de São Paulo durante a década de 1990 era oriunda do Nordeste. Como bem colocou Cunha (2003), o recrudescimento desse fluxo migratório, se não é surpreendente, no mínimo, merece uma mais longa e ampla reflexão, pois ele ocorre justamente num momento em que as grandes transformações produtivas no país levariam a apostar num arrefecimento desse tipo de migração. Nesse sentido, vale lembrar as reflexões de Cano (1995):

"Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras. Com a reconcentração industrial e com a falta de empregos pouco qualificados que surgiriam, os fluxos migratórios inter-regionais, notadamente os originários do Nordeste e de Minas Gerais e orientados principalmente para São Paulo, diminuiriam ainda mais, fazendo com que os migrantes do mundo rural devessem ter guarida nas cidades médias e grandes da própria periferia nacional" (1995, p.131).

Em um interessante artigo, Dedecca e Cunha (2004) sustentam a hipótese de que, nos anos 1990, ao menos no que diz respeito ao mercado de trabalho e renda, não existiam quaisquer indícios que pudessem sugerir o aumento de capacidade de retenção migratória da Região Metropolitana de São Paulo. A primeira constatação dos autores, nesse sentido, é que a taxa de desemprego no mercado de trabalho metropolitano paulista, havia tido um aumento significativo, passando de 10% em 1989 para 19,4 % em 2000, segundo resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); entre os migrantes com menos de três anos de residência o crescimento do desemprego fora ainda mais acentuado, de 15,7% em 1989 para 26% em 2000. Essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho estaria associada, ainda segundo os autores, a uma reduzida participação dos novos migrantes em ocupações tradicionalmente consideradas "portas-de-entrada" ao mercado metropolitano de trabalho, no caso o trabalho em pequenas empresas sem vínculo empregatício formalizado, setor de construção civil e o trabalho doméstico.

Nessas condições, a recuperação da presença de imigrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo coloca questões intrigantes ao campo de estudos migratórios. Dado o contexto social e econômico no qual ocorre, esse fluxo migratório questiona a relação virtuosa entre migração e mobilidade social, presente em grande parte dos estudos clássicos sobre dinâmica migratória brasileira. Nessa perspectiva, a migração é encarada como o resultado de um cálculo microeconômico entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino diante das condições prevalecentes na sociedade de origem. Neste balanço microeconômico, o trabalho, as melhores oportunidades de emprego, os maiores rendimentos se configurariam em fatores de atração; pobreza, falta de oportunidade de trabalho ou meios para produção (terra, por exemplo) constituiriam-se em fatores de expulsão. Assim sendo, ao se deslocar de uma região para outra, o migrante estaria dando um passo concreto – e individual – para a sua mobilidade ascendente, pois estaria deixando para trás uma situação pior em troca de alguma perspectiva mais positiva. (Todaro, 1980).

A redução do emprego formal, a precarização das condições de trabalho dos ocupados no mercado metropolitano de trabalho e o aumento dos postos de trabalho no setor industrial, principalmente no interior do Estado, são evidências que, de uma

perspectiva microeconômica ou neoclássica, nos desautorizariam a considerar a Região Metropolitana de São Paulo como uma área de atração migratória.

Brito (2000, 2004), por sua vez, sustenta a existência de um novo padrão migratório no período pós anos de 1980, caracterizado, principalmente, pela proeminência da migração de retorno para áreas historicamente consideradas reservatórios de mão-de-obra, a saber: Minas Gerais e Nordeste.

"A migração de retorno é a contramão das trajetórias migratórias. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região de destino, hoje um 'grande excedente demográfico' não absorvido econômica e socialmente, para o caminho de volta" (Brito et. al., 2004, p.12)

Entretanto, o recrudescimento da migração nordestina em direção à Região Metropolitana de São Paulo tenciona o argumento de mudança de padrão migratório, tal como exposto acima. Como resposta, Brito alega haver uma "cultura/tradição" migratória brasileira que sustentaria a inércia migratória Nordeste – São Paulo, a despeito do novo padrão migratório. Partindo do pressuposto de que "os deslocamentos de população sobre o espaço correspondem, em última instância à reordenação de oportunidades econômicas e sociais" (Martine e Camargo, 1984, p.117), a idéia de cultura/tradição migratória como mantenedora do maior fluxo migratório do país parece-nos frágil, na medida que desconsidera as forças sociais que envolve a história migratória brasileira e as decisões políticas que constituíram as "áreas de expulsão" e as "áreas de atração", para ficarmos com os termos demográficos. Logo, não se trata de desconsiderar os aspectos culturais da experiência migratória, porém não compartilhamos a idéia de que as redes de sociabilidade que se formam em torno da empreitada migratória sejam imunes à dinâmica econômica.

Nosso propósito nesse capítulo foi reconstituir os momentos chaves da história migratória brasileira com o objetivo de contextualizar aquele que foi o principal fluxo migratório de todo o século XX, qual seja, o deslocamento de nordestinos para o Sudeste, mais especificamente, para São Paulo e Rio de Janeiro. O esforço foi mostrar que os caminhos percorridos por esses migrantes não foram desenhados ao acaso. Ao contrário, foram resultado de um investimento político bastante vultoso e fruto de escolhas que percebiam o Nordeste como uma "região problema" e o Sudeste como o "berço da

modernidade”. Nota-se que a presença do poder público, embora variasse ao longo tempo, foi decisiva no aliciamento, no transporte e na recepção desses migrantes. Na seqüência da dissertação analisaremos a participação dos migrantes nordestinos em uma esfera específica da Região Metropolitana de São Paulo, o mercado de trabalho. Pois, como ficou sugerido anteriormente, tanto especialistas e como administradores públicos percebem na oferta de oportunidades de emprego o fator que direcionaria os deslocamentos populacionais pelo país. Mas antes de descrevermos o padrão de inserção dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho, convêm fazer um breve retrospecto na discussão sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro e as mudanças que nele tiveram lugar nas duas últimas décadas do século XX, não sem antes localizarmos o debate brasileiro nas correntes interpretativas disponíveis, à época, na literatura internacional.

2. Mercado de trabalho em uma perspectiva sociológica

Refletir, como aqui se pretende, sobre o desempenho de migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo e o efeito da reestruturação produtiva dos anos 1990 na trajetória de ocupacional desses trabalhadores tem subjacente um argumento que vale explicitar e debater. O problema assim colocado deixa subtendido que o fato de pertencer a determinado grupo social – mulheres, negros, migrantes, jovens, etc. – seria um fator decisivo no desempenho desses indivíduos em um dado mercado. Em outras palavras, longe de entendermos o mercado de trabalho como sendo uma estrutura homogênea que aloca a força de trabalho de acordo com as necessidades dos demandantes tendo como critério de distribuição e valoração unicamente a quantidade de capital humano (mensurado em termos de escolaridade e qualificação profissional), assumimos aqui que tal mercado é uma estrutura heterogênea. Com efeito, dado o processo histórico de formação da estrutura produtiva e a forma diferenciada na qual os indivíduos são avaliados pelo mercado (muitas vezes a despeito da quantidade de capital humano), os critérios de distribuição e valorização dos trabalhadores no mercado de trabalho ultrapassam os limites da lei da oferta e da procura. Nessa perspectiva, este mercado não é um mero mecanismo de alocação de força de trabalho em uma dada estrutura produtiva, mas sim, uma estrutura social na qual as relações sociais – expressas nos processos de identificação/estigmatização, nas redes associativas, nas organizações corporativas, etc. – são decisivas tanto no processo de formação/diferenciação da força de trabalho como na organização da estrutura produtiva.

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo será refletir sobre as possibilidades de entender o mercado de trabalho em uma perspectiva sociológica, atentando aos aspectos institucionais de sua formação e à maneira como ele é, ao mesmo tempo, formado e formador de um dado contexto social. Com destaque para o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, acompanhamos uma tradição intelectual que tem pensado a especificidade desse contexto vis-à-vis aos mercados de trabalhos de países economicamente desenvolvidos.

Dividiremos o capítulo em três partes. Na primeira parte, retomaremos a perspectiva neoclássica do mercado de trabalho. Ainda que duramente contestada, essa

perspectiva ortodoxa é o ponto de partida dos críticos que percebem o mercado de trabalho como uma estrutura social: dos economistas radicais aos sociólogos econômicos. Além disso, os economistas neoclássicos gozam de uma posição privilegiada junto aos formuladores de políticas públicas de trabalho e renda. No caso brasileiro, as políticas de reestruturação produtiva e de reorganização das normas que regem o mercado de trabalho realizaram-se sob os auspícios de economistas que se alinham com tais interpretações. Na segunda parte, trataremos dos economistas radicais ou teóricos do mercado dual. Esse grupo de economistas surgiu nos Estados Unidos durante a década de 1970 e tinha como principal desafio analítico explicar a persistência da pobreza e do desemprego, especialmente nos guetos negros das grandes cidades daquele país, em um contexto de crescimento econômico e de grandes investimentos em políticas de qualificação profissional. Por fim, na última parte, abordaremos a discussão sobre o processo de desenvolvimento econômico e social na América Latina e a formação de um mercado de trabalho heterogêneo na região, com ênfase no caso brasileiro. Veremos, então, que, para melhor entender o modo como essas teorias assinalam a especificidade dos nossos mercados haviam que começar pelos interlocutores teóricos nos países capitalistas avançados.

2.1 Abordagem Neoclássica

A análise do mercado de trabalho é um importante campo de reflexão para a investigação sociológica, pois nos permite entender como forças macro-econômicas influenciam as micro-relações estabelecidas entre empregadores e empregados. Assumindo que vivemos em uma sociedade de mercado, grande parte das pessoas precisa vender sua força de trabalho para obter renda e outros tipos de serviços; nesse sentido, o mercado de trabalho torna-se, no capitalismo avançado, a principal esfera de distribuição social de bens e serviços.

Entretanto, há que se reconhecer que o estudo dos mercados de trabalhos tem sido um campo de investigação dominado pelos economistas. Dentre eles predominam aqueles que compartilham de um arcabouço teórico-metodológico ortodoxo ou, no caso,

neoclássico. Nessa perspectiva, o mercado de trabalho é concebido como um ambiente de competição perfeita onde os atores, trabalhadores e empresas, têm completo acesso à informação, maximizam utilidades na relação de troca e são incapazes de, individualmente, influenciar os preços dados pelo mercado. Dessa forma, os salários respondem às mudanças nas relações entre oferta e demanda e os trabalhadores, podem mover-se livremente em diferentes partes do mercado em busca da melhor oferta. Em síntese, para os economistas neoclássicos o mercado de trabalho funciona de maneira semelhante a qualquer outro mercado, o que significa dizer que uma bem desenvolvida teoria dos preços pode ser aplicada à análise do mercado de trabalho, em especial, ao processo de determinação dos salários.

Sobre esse último ponto, os economistas ortodoxos tendem a assumir que a determinação dos salários tem como parâmetro principal a produtividade marginal, isto é, como sintetizou Throw, "If an individual's income is too low, his productivity is too low. His income can be increased only if his productivity can be raised" (apud Gordon, 1972). O desdobramento dessa perspectiva pressupõe, por um lado, uma certa homogeneidade na oferta de trabalho em que os empregadores escolhem os potenciais empregados por meio de um único e ordinal vetor representativo da produtividade marginal dos trabalhadores. Por outro lado, que os trabalhadores podem alterar suas posições no mercado de trabalho investindo em suas habilidades a fim de adquirir um maior capital humano, o que aumenta seu poder de barganha na relação com os empregadores.

Ao fim e ao cabo, para os economistas neoclássicos o mecanismo principal de funcionamento do mercado de trabalho é a lei da oferta e da procura. Como assinalou um dos principais representantes dessa tradição teórica, Milton Friedman, a hipótese da oferta e da demanda constitui a linguagem elementar da teoria econômica, e completa:

"There is practically no direct information on whether or not labor is paid its marginal product. Economist take it as an article of faith or else claim that it is the best null hypothesis, and economic theory is based on the assumption that labor is indeed paid its marginal product. Without this assumption, much of economic analysis falls apart" (apud Gordon, 1972, p, 24).

No entanto, por mais que os economistas neoclássicos tendam a ver o mercado de trabalho como um mercado genérico, a especificidade da mercadoria trabalho coloca

algumas questões que limitam o ímpeto universalizante da abordagem ortodoxa, como Gordon bem sintetizou:

"Given the attempt to place all hypotheses within the framework of those two categories, orthodox economists must be able to formulate all their supply and demand hypotheses as functions of the same parameter since the curves must "intersect" to produce an equilibrium. This creates that critical necessity, in theories of income and employment, of distinguishing between (monetary equivalents of) the characteristics of jobs and the characteristics of people". (Gordon, 1972, p.30)

Antes de passarmos aos críticos do modelo neoclássico de mercado de trabalho, devemos atentar para influência das predições dos economistas ortodoxos na formulação de políticas públicas que têm o mercado de trabalho como área de intervenção. Kalleberg e Sorensen, por exemplo, destacam, para o caso norte-americano nas décadas de 1960 e 1970, que grande parte das políticas de emprego que visavam reduzir a pobreza e a desigualdade, tendo como foco a remoção das minorias da condição de precariedade (principalmente por meio de programas de treinamento e educacionais que visavam aumentar o capital humano dessa população), estava assentada em pressupostos neoclássicos.

Neoclassical economic theory permits the formulation of predictions relevant for policy (...). The theory predicts that discrimination will be a transient phenomenon in competitive labor markets and that the removal of minimum wage laws will be of major importance for the reduction of unemployment, especially among the young and the disadvantaged. (Kalleberg e Sorensen, 1979, p.355).

Este é um ponto importante, pois, como veremos adiante, as implicações políticas da abordagem neoclássica têm sido a principal fonte de inspiração na formulação de concepções alternativas de mercado de trabalho. Os críticos da ortodoxia argumentam que o uso normativo da teoria na formulação política tem sérios custos sociais.

2.2 Teoria do Mercado Dual

Uma das mais influentes críticas à teoria neoclássica do mercado de trabalho foi formulada pelos próprios economistas: os teóricos do mercado dual de trabalho ou do mercado segmentado. Não se trata de uma posição analítica homogênea. No entanto, dada a natureza das preocupações teórica e as estratégias metodológicas utilizadas, esse grupo de economistas dista dos neoclássicos ao assumir que o mercado de trabalho é um construto social, composto por distintos atores sociais que possuem possibilidades diferenciadas de intervenção: Estado, trabalhadores, sindicatos e empresários.

A produção dos teóricos do "mercado dual de trabalho" tem sido basicamente empírica e descritiva e desenvolveu-se, num primeiro momento, em relação direta com a resolução de problemas políticos específicos, no caso, a pobreza e o desemprego. Cain (1976) é enfático ao dizer que as condições sociais para o surgimento de uma abordagem crítica do mercado de trabalho, tal qual a do mercado dual, fora dada pelos resultados (ou melhor, pela falta de resultados) das políticas sociais implementadas nos guetos negros das grandes metrópoles norte-americanas durante a década de 1960. Dentre os impasses que mobilizaram esse grupo de economistas, talvez o mais importante tenha sido a necessidade de entender a persistência da pobreza e a continuidade das enormes desigualdades, racial e de gênero, numa fase de rápida expansão da educação e dos programas de treinamento da força de trabalho. Sobre esta preocupação, histórica e politicamente circunscrita, da abordagem dualista, dirá Gordon:

"The dual labor market theory arose gradually out of a series of relatively informal studies of local labor market and individual establishments. It grew without pretensions toward more sweeping generality. It has never intended to explain very much about labor market behavior in other historical periods; it is, in other words, a "time specific" set of hypotheses. Despite these intentions and purposeful limitations, however, the theory has begun to play an important role as a participant in the emerging competition among theoretical perspectives on poverty and underemployment" (1972, p.43).

O argumento central da Teoria do Mercado de Trabalho Dual é que o mercado de trabalho é dividido em dois setores distintos, com restrita mobilidade dos trabalhadores entre eles: o mercado primário e o secundário. O mercado primário oferece empregos que

se caracterizam pelos altos salários, pelas boas condições de emprego, estabilidade, planos de carreiras, entre outros. Por outro lado, os empregos no mercado secundário são decididamente menos atrativos. Geralmente, nesse setor, os salários são menores, as condições de trabalho são precárias, e a rotatividade de trabalhadores é consideravelmente mais alta e, principalmente, as possibilidades de mobilidade dentro da empresa são mínimas. Dessa forma, o mercado primário corresponde ao centro da economia e o secundário reside na periferia da economia. Diversos autores sustentam que a distinção entre os dois setores configura-se já no processo de recrutamento. Dorienger e Piore, por exemplo, sustentam que a entrada no mercado primário tem sido mediada por uma "fila", ou seja, o processo de admissão dos trabalhadores ocorre de acordo com a sua qualificação (trainability), ou melhor, de acordo com os custos de treinamento para se tornarem empregados permanentes. Por outro lado, no mercado secundário, o capital humano conta muito pouco e mais das vezes é desvalorizado no processo de seleção; ao adentrar no mercado secundário os trabalhadores estaria acumulando desvantagens que os impossibilitariam de inserir-se no mercado primário, isso porque:

"The secondary labor market imposes unstable work histories on workers which primary labor market employers uses as "evidence" of their undesirability. Such workers cannot gain entrance into the primary labor market because their unstable work histories are used as evidence that they would not be good steady workers". (Hodson and Kaufman, 1983, p. 730).

O modelo de mercado de trabalho segmentado parte do suposto de que a divisão social do trabalho não tem como critério somente as capacidades adquiridas pelos indivíduos (capital humano). Fatores extra-econômicos, como as características adscritivas (sexo, cor, idade, etc), jogam um papel importante na distribuição de oportunidades de participação no mercado de trabalho. Não sem razão, esses economistas não hesitam em afirmar que negros, mulheres e os imigrantes compõem a grande maioria do mercado de trabalho secundário. Por exemplo, Piore (1973) destacam que certos trabalhadores com os requisitos necessários para operar de maneira eficiente no mercado primário permanecem retidos no mercado secundário por possuírem traços físicos que os associam aos trabalhadores que comumente ocupam esse mercado. Isso ocorre, segundo o autor, porque as decisões dos empregadores no momento do recrutamento baseiam-se, geralmente, em

critérios facilmente avaliáveis e pouco custosos tais como raça, conduta, sotaque, escolaridade e assim por diante. Piore denomina esse processo de seleção de “discriminação estatística”, pois se espera que tais ‘traços sociais’ sejam correspondentes à performance dos trabalhadores no posto de trabalho. Há ainda aqueles trabalhadores que são excluídos dos empregos no mercado primário por “discriminação pura e simples”; no entanto, Piore ratifica que, diferentemente da “discriminação estatística”, esse tipo de comportamento por parte dos empregadores não é “economicamente eficiente”, ao contrário, muitas vezes esse tipo de discriminação torna o processo de recrutamento mais “custoso”:

“Discrimination pure and simple is not generally of economic value to primary employers since it forces them to higher wages without obtaining corresponding economic gains. In statistical discrimination, however, the higher wages are compensated by the reduced cost of screening job candidates, and the interest of secondary employers and primary workers in such discrimination is shared by primary employers as well”.(Piore, 1973)

A literatura aponta duas formas distintas de justificar a segmentação do mercado de trabalho em primário e secundário: a institucionalista e a radical. Mas, deve-se destacar que os teóricos do mercado dual de trabalho, tanto os institucionalistas quanto os radicais, partilham do suposto de que, para entender as clivagens do mercado de trabalho, é preciso levar em conta o desenvolvimento mais geral da dinâmica econômica. Nesse sentido, enfatizam que a partir do primeiro quartel do século XX, o capitalismo norte-americano entrou em uma nova fase: passou de capitalismo competitivo para um capitalismo monopolista. Nessa última etapa, as empresas, por meio de uma maior concentração de capital, tornam-se menos vulneráveis às forças competitivas do mercado e, por isso mesmo, objetivam manter a posição de mercado controlando a comercialização dos bens produzidos e dos fatores de produção (especialmente, a força de trabalho). Não significa dizer, no entanto, que o advento das empresas monopolistas substituiu completamente o mercado de empresas competitivas; essas continuavam funcionando nos interstícios das grandes empresas e caracterizam-se por serem empreendimentos de pequeno porte, com uso restrito de tecnologia e processo produtivo intensivo em força de trabalho.

Desse modo, alguns pesquisadores identificam a segmentação do mercado de trabalho como a resposta institucional à dinâmica do capitalismo monopolista. Neste, o mercado primário de trabalho é constituído de grandes empresas, com mercado interno de trabalho, que oferecem aos trabalhadores maior estabilidade e renda como uma estratégia de evitar custos de rotatividade e fazer frente à efetiva participação dos sindicatos. No mercado secundário, por sua vez, os empregadores, mais expostos às oscilações do mercado, contratam trabalhadores com menos qualificação profissional (ou seja, mais facilmente substituíveis), com condições mais precárias de trabalho, geralmente numa relação informal de trabalho e menores salários. Como já foi dito, neste mercado predominam as mulheres, imigrantes e minorias étnico-raciais.

Já a crítica radical entende a segmentação do mercado de trabalho como um conjunto de estratégias dos capitalistas para desmobilizar a classe trabalhadora, que ganharia poder político na fase monopolista.

“Monopoly capitalist corporations devised deliberate strategies to resolve the contradictions between the increased proletarianization of the work force and the growth and consolidation of concentrated corporate power. The central thrust of the new strategies was to break down the increasingly unified worker interests that grew out of the proletarianization of work and the concentration of workers in urban areas. As exhibited in several aspects of these large firms' operations, this effort aimed to divide the labor force into various segments so that the actual experiences of workers were different and the basis of their common opposition to capitalists undermined”. (Gordon, et.al.. 1973, p.361).

A despeito das críticas que podem ser direcionadas à teoria dual do mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito aos critérios que permitem distinguir o mercado primário do secundário e à dificuldade de generalizar seus achados para outros contextos sociais, essa abordagem teve o mérito de conceber a segmentação do mercado de trabalho como produto da estrutura do capital. Além disso, os teóricos do mercado dual assumem que o mercado de trabalho está longe de ser um mero mecanismo de alocação de bens e serviços regidos estritamente pelas leis de mercado; ao contrário, sustentam que para uma efetiva compreensão da dinâmica de um dado mercado de trabalho é preciso levar em conta seu processo histórico de constituição e os arranjos institucionais que o caracterizam.

2.3 Heterogeneidade Estrutural e o Mercado de Trabalho na América Latina

O processo de modernização que deu lugar à constituição de um mercado de trabalho urbano em diferentes países latino-americanos no início do século XX foi marcado, por um lado, pela incorporação de uma parcela restrita da população ativa nos novos setores produtivos (o secundário e parte do terciário), e, por outro lado, pela subordinação de uma parcela mais abrangente dessa população à lógica capitalista. Eis aí uma das aporias que balizou boa parte das reflexões que empreenderam o desafio de caracterizar o desenvolvimento de um capitalismo tardio na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular.

Pode-se dizer que as primeiras reflexões sistemáticas e teoricamente elaboradas sobre a estruturação dos mercados de trabalho latino-americanos deram-se no âmbito da Cepal, instituição que reuniu eminentes intelectuais com o objetivo de diagnosticar as condições de funcionamento do sistema capitalista e as possibilidades do seu desenvolvimento na região. Bielchowski caracterizou a abordagem cepalina da seguinte forma:

"O ponto de partida para o entendimento da contribuição da Cepal à história das idéias econômicas deve ser o reconhecimento de que se trata de um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana. (...) Seu princípio "normativo" é a idéia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. Trata-se, em resumo, do paradigma desenvolvimentista latino-americano. (...) Uma característica adicional às idéias geradas e divulgadas pela Cepal é o fato de que nunca foi uma instituição acadêmica e que seu público-alvo são os policy-makers da América Latina. Por essa razão, por muito tempo a unidade e o escopo do "sistema de economia política cepalino" permaneceram desconhecidos" (2000, p.16-17).

Comumente os especialistas identificam dois economistas como as figuras centrais da Cepal, seja do ponto de vista da institucionalização da Comissão, seja no que diz respeito à originalidade das contribuições teóricas, são eles: o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado.

Prebisch foi o primeiro diretor geral da Cepal e redator do documento fundador da instituição "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais", considerado por Hirschman como o Manifesto Econômico da América Latina, publicado em 1949. É neste texto que encontramos as principais idéias norteadoras da produção subsequente da Cepal, dentre elas vale destacar as noções de **sistema centro-periféria** e de **deterioração dos termos de troca**. A proposta reformadora de Prebisch aparece com toda força já no primeiro parágrafo do documento:

"Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo sistema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia dos sistemas econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para grandes centros industriais". (Prebisch, 1949, p. 71. In. Bielschowsky (2000)).

O pressuposto básico sustentado por Prebisch era o de que, diferentemente do que pregava a teoria ricardiana das vantagens comparativas, os benefícios do progresso técnico tendiam a se concentrar nos centros industrializados, criando, em conseqüência, um enorme diferencial entre os padrões de vida da população daqueles países em detrimento da população dos países latino-americanos. Desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários vêm se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros. Prebisch credita essa deterioração dos termos de intercâmbio ao movimento cíclico próprio da dinâmica econômica capitalista. Na fase descendente do ciclo, a queda nos preços dos produtos primários é maior do que a sua elevação na fase crescente. Enquanto isso, os preços dos produtos manufaturas produzidos no centro resistiam à queda. A rigidez dos preços dos manufaturados e a flexibilidade dos preços dos primários tinham como razão o maior poder sindical dos trabalhadores do centro, que elevavam os salários na fase ascendente e os mantinham na fase descendente.

Vale lembrar que a idéia de centro-periféria está balizada na análise da deterioração dos termos de troca. Essa última demonstra com perspicácia o quanto a condição periférica dos países latino-americanos não é uma mera questão de retardo em relação aos países já desenvolvidos, mas sim, resultado da maneira singular pela qual aqueles países se inserem no sistema capitalista. Em outras palavras, o sistema centro-periferia serve primordialmente

para satisfazer as necessidades e os interesses dos centros industriais, nos quais o processo técnico se originou ou propagou com maior rapidez; por outro lado, os países periféricos se inserem no sistema na medida em que podem servir como abastecedores de matérias-primas e alimentos e receptores de produtos manufaturados e de capitais oriundos dos países centrais do capitalismo.

Para escapar dessa relação estruturalmente desvantajosa e, ao mesmo tempo, elevar o padrão de vida das massas, Prebisch propõe uma reorganização da economia latino-americana com base na industrialização das forças produtivas, processo que já estava em curso desde a grande crise de 1929.

A despeito da repercussão política das idéias de Prebisch, foi com Celso Furtado que as propostas cepalinas ganharam maior robustez teórica. Pode-se dizer que uma das grandes contribuições de Furtado à teoria econômica foi a conceituação do subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo. Ao analisar o desempenho econômico dos países periféricos e vislumbrar as suas possibilidades de desenvolvimento, Furtado percebeu a necessidade de elaborar um novo marco analítico que fosse além da mera comparação com os processos de desenvolvimento econômico dos países que lideraram a formação de um sistema econômico capitalista mundial.

"O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior do desenvolvimento. Para captar essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas é necessário levar em conta essa peculiaridade". (Furtado, 1961, p.180-1).

Para Furtado, a inserção do capitalismo nos países latino-americanos deu origem a uma organização produtiva dual. Havia, assim, um setor moderno, baseado na produção de bens-primários para exportação e cuja dinâmica era determinada de e para fora, e um setor atrasado onde predominavam atividades de subsistência, concentrando a maior parte da

força de trabalho. Para os cepalinos, o setor moderno exportador tinha pouco ou nenhum efeito sobre o setor atrasado e, por outro lado, a falta de produtividade do setor atrasado seria um impeditivo ao desenvolvimento de mercados internos.

"Os dois setores não têm relações articuladas: o setor 'atrasado' é apenas um obstáculo ao crescimento do setor 'moderno', principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de "exercito de reserva" o "atrasado" comprem relação ao "moderno", rebaixar os salários reais, o que lhe realçaria as funções na acumulação do "moderno". Mas a tese dual-estruturalista postula que o "atraso", ao elevar os preços dos alimentos, contribui para elevar os salários do 'moderno e, por essa razão, converte-se em *obstáculo* à expansão do "moderno"'. (Oliveira, 2003a, p.13).

Na esteira de Prebisch, Furtado também entendia que os países latino-americanos deveriam aproveitar o contexto de crise econômica dos países centrais para elaborar políticas econômicas que viabilizassem um processo de industrialização por substituição de importação. Como bem assinalou Pinto, "partia-se da suposição de que o novo 'pólo' estabelecido em volta da indústria e projetado 'para dentro' iria cumprir uma missão 'homogeneizadora', semelhante à registrada nos 'centros'"(1979, p.49).

Durante a década de 1950, no contexto brasileiro pelo menos, foi possível vislumbrar a materialização desse ensejo modernizante. Entretanto, a crise econômica que assolou o país na década seguinte, associada às novas exigências do processo de industrialização e a interrupção do regime democrático, fez com que intelectuais e planejadores repensassem o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, agora mais atentos ao papel dos condicionantes internos (Estado, estrutura do mercado, classes sociais, desigualdades regionais, etc.) no processo de desenvolvimento. Celso Furtado, ele próprio um dos demiurgos da industrialização brasileira - como bem destacou Oliveira – foi um dos que percebeu as novas clivagens da dinâmica econômica brasileira e, em certa medida latino-americana. No artigo "Dessarrollo y estancamiento en America Latina", Furtado argumenta que a industrialização não foi capaz de alterar substancialmente os padrões de distribuição da renda, altamente concentrados (herança da economia primário-exportadora), falhando em criar um mercado socialmente integrado. Ao contrário, nessa nova fase do processo de industrialização, o mercado tendeu a se orientar para a satisfação da demanda diversificada dos grupos de rendas mais altas. Em consequência, a

"faixa" de substituições possíveis e rentáveis foi-se restringindo a bens de consumo duráveis de maior valor e bens de capital, que supõem, em geral, um coeficiente de capital por trabalhador mais alto nas atividades tradicionais.

En síntesis, todo ocurre si la existencia de un sector precapitalista de carácter semifeudal, en conjunción con un sector industrial que absorbe una tecnología caracterizada por un coeficiente de capital rápidamente creciente, diesen origen a un patrón de distribución del ingreso que tiende a orientar la aplicación de los recursos productivos de modo de reducir la eficiencia económica de éstos y a concentrar aún más el ingreso, en un proceso de causalidad circular. En el caso más general, la disminución de la eficiencia económica provoca directamente el estancamiento económico. En casos especiales, la creciente concentración del ingreso y su contrapartida de población subempleada que afluye hacia las zonas urbanas, crean tensiones sociales que *per* se pueden hacer imposible el proceso de crecimiento (1966, p.222).

Uma interpretação alternativa à tese "estagnacionista" de Furtado foi elaborada por Tavares e Serra no artigo "Além da estagnação", de 1971. Neste trabalho, conquanto aceitem que a crise da década de 1960 marcou o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importação, os autores afirmam que as transformações descritas por Furtado sugerem não a estagnação, mas sim uma situação de transição para um **novo modelo de desenvolvimento** que teria como característica a expansão de atividades produtivas modernas associadas ao reforço de traços deletérios do "modelo substitutivo", tais como, a exclusão social, a concentração espacial e o atraso de certos setores econômicos quanto aos níveis de produtividade. Vale lembrar que foi a persistência desses traços deletérios, combinados com a crise econômica, que levou alguns economistas a vislumbrarem a debacle econômica dos países latino-americanos. No entanto, Tavares e Serra insistem que:

"Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo etc. não constituem, em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc. (...) No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo externamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a autogeração de fatores de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema. Neste sentido,

poder-se-ia dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou ainda, ao tipo de dinamismo que o anima" (1979, p. 212).

Tavares e Serra destacaram ainda a presença do Estado como um agente viabilizador da nova configuração econômica – alterando, principalmente, a relação com a burguesia nacional e com o capital estrangeiro. Diante da tarefa de angariar recursos necessários ao financiamento de novos investimentos e à expansão da demanda de bens de consumo duráveis, o Estado, já sob o regime militar, utilizou como estratégia principal a compressão salarial. O salário real baixou tanto que o salário-mínimo legal voltou ao nível do salário-mínimo concedido no período imediato pós-guerra. (Tavares e Serra, 1979; Souza, 1980). Desta forma, tornou-se possível para as grandes empresas obterem elevadas taxa lucros, ainda que com uma demanda relativamente pequena e, simultaneamente, manteve-se uma taxa razoável de rentabilidade para as empresas menores ou mais tradicionais do comércio e da indústria.

Como observou Pinto (1979), a expansão do setor moderno, em vez de representar um progresso no sentido da "homogeneização" da estrutura global, representa, antes, um aprofundamento da heterogeneidade de tal estrutura.

No que se refere ao mercado de trabalho, este novo modelo de desenvolvimento colocou no centro do debate o crescente excedente populacional que, embora habitando nas áreas urbanas (quase sempre em condições precárias), persistia apartado dos setores modernos. Um grande volume de estudos foi realizado em torno dessa questão. Ancorados no conceito de marginalidade social, pesquisadores de distintas perspectivas teóricas perguntavam-se sobre o processo de formação dos segmentos marginalizados do mercado de trabalho tipicamente capitalista, quanto sobre a relação entre os setores marginal e o dinâmico e sobre o efeito do primeiro na dinâmica econômica (ou, em outras palavras, no processo de acumulação do capital).

Vejamos, em detalhe, os argumentos destes autores.

2.3.1 Mercado de Trabalho brasileiro e o setor marginal

Na América Latina, a marginalidade surge como problema social no exato momento em que se constitui o mercado de trabalho urbano. Daí que, nas primeiras reflexões sobre essa temática, predominou, como salientou Quijano, uma abordagem físico-ecológica. Na medida em que o processo de urbanização se acentuava, devido aos intensos fluxos migratórios de tipo rural-urbano, a população recém-chegada localizava-se nas periferias ou nas áreas degradadas das grandes metrópoles. Ao serem localizadas nas margens das cidades, passou-se a denominar essas áreas de "bairros marginais" e seus habitantes de "populações marginais".

No entanto, com o acúmulo de investigações empíricas dotadas de maior sofisticação teórica, o problema da marginalidade passa a ser associado ao plano das relações sociais de produção, ou seja, tratava-se de entender a marginalidade como uma maneira particular de inserção no processo produtivo. Dessa forma, ao analisar o problema da marginalidade se estaria se inquirindo, ao mesmo tempo, sobre as condições de gestação e de manutenção de um mercado heterogêneo de trabalho.

A despeito da profusão de livros, artigos e teses sobre o tema da marginalidade na América Latina, não é possível identificar um quadro analítico homogêneo que seja comum à maioria dos pesquisadores da temática. Grande parte dos trabalhos sobre marginalidade inicia-se com uma longa revisão sobre os diversos significados e abordagens do problema para depois qualificar a definição que de fato será utilizada. Como Quijano sintetizou:

"...as diferenças de enfoque aparecem quando se trata de precisar a significação do fenômeno da marginalidade social, em sua relação com a natureza e processos da sociedade como tal e, portanto, em sua relação com os fatores e mecanismos adequados para a eliminação ou modificação da situação de marginalidade" (1978, p.27)

Dado o nosso propósito, não elencaremos aqui os diversos enfoques do debate em torno da marginalidade. Destacaremos a perspectiva de dois autores – José Nun e Francisco de Oliveira – que refletem de maneira original sobre a problemática abarcada pelo tema, qual seja:

"Toda a problemática poderia ser resumida na idéia que os processos de desenvolvimento nacionais deixaram de integrar parcelas expressivas da população aos novos padrões produtivos e de consumo. A **exclusão representaria a não incorporação aos segmentos modernos** – e por correspondência, aos novos padrões de consumo. Além disto, criava-se um problema de grave dimensão: a **modernização** tinha destruído formas de produção atrasadas (encontradas principalmente no meio rural) e acelerado o crescimento populacional no meio urbano – determinado pelo processo migratório criado e pelo aumento da esperança de vida da população no seu novo ambiente" (Dedecca, 1990, p.7, ênfases do autor).

Jose Nun e a massa marginal

No ensaio "Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal", de 1969, Nun teoriza sobre a especificidade da força de trabalho excedente nos mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos e dependentes. Munido do quadro analítico marxiano, o autor realizará uma análise crítica dos conceitos clássicos de "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva", e a partir daí conceberá o conceito de "massa marginal".

Diferentemente dos comentadores que tendem a tomar esses dois conceitos (superpopulação relativa e exército industrial reserva) como sinônimos, Nun argumenta que "o conceito de exército industrial de reserva corresponde à teoria particular do modo de produção capitalista, os conceitos complementares de *população adequada* e de *superpopulação relativa* pertencem à teoria geral do materialismo histórico" (1978, p.77). Em outras palavras, Nun sugere que nem toda superpopulação constitui, necessariamente, um exército industrial de reserva, esse último, como veremos, representaria a parcela funcional ao processo de acumulação do capital.

Para Nun, a confusão entre os conceitos está relacionada ao caráter concorrencial do capitalismo sobre o qual Marx teorizou. Nessa fase, o curso típico da indústria moderna supõe ciclos decenais cuja constante repetição registra períodos de "animação media, produção a todo vapor, crise e estagnação". O caráter cíclico do desenvolvimento capitalista fazia da reserva de trabalho uma variável crucial para a sustentação da acumulação.

Nun argumenta ainda que a passagem para o capitalismo monopolista alteraria a relação entre população adequada e superpopulação relativa. Nesta fase, as empresas oligopolistas, por deterem um grande volume de capital acumulado, tendem a ter um maior controle da sua posição no mercado: onde antes o empresário individual "recebia" um preço (era um "price taker"), agora a grande corporação o "fixa" (torna-se um price maker). Essa estabilidade de mercado altera o processo de produção com a mais eficiente incorporação das inovações tecnológicas, aumentando a produtividade e diminuindo a dependência em relação ao fator de produção força de trabalho. Com bem colocou Nun, o que na verdade interessa às grandes empresas é predeterminar em médio prazo seus custos e prever, por conseguinte, as variações que podem ocorrer no preço da mão-de-obra; daí a tendência a remunerar a força de trabalho nem tanto pelos preços de mercado, mas, e sobretudo, em função de sua "integração" estável na organização produtiva da empresa.

Diante dessa organização econômica anticíclica, depreende-se facilmente que a passagem da superpopulação relativa para a população ocupada fica mais restrita.

"Na fase competitiva, era lícito supor que, em termos gerais, a população excedente tendia a atuar como um exército industrial de reserva; na fase monopolista, a própria lógica do sistema obriga a diferenciar a parte que cumpre essa função da outra parte que constitui uma massa marginal. Num e noutro caso, não só variarão, em consequência, os mecanismos de resposta no nível econômico, mas também se alterarão os efeitos do fenômeno nas instâncias políticas e ideológicas". (1978, p.101).

Em síntese, em sua exegese da obra de Marx, Nun coloca de maneira contundente o fato de que a formação da superpopulação relativa (ou o excedente de força de trabalho disponível) não é exógena ao processo de acumulação capitalista. Assim, dada alguma alteração no processo de acumulação, espera-se que o mesmo ocorra na relação entre superpopulação relativa e população adequada. Por fim, embora toda a superpopulação relativa esteja submetida à lógica do capital, nem toda ela é funcional ao processo de acumulação (como no caso do exército industrial de reserva), parte daquela população pode ser afuncional (quando logram se reproduzir nas franjas do sistema, mas sem colocá-lo em xeque) ou disfuncionais (quando passa a agredir a ordem burguesa, caso da criminalidade, por exemplo). Esses dois últimos grupos formam o que Nun denominou de "massa

marginal". Nas palavras do autor, "trata-se de diferenciar a gênese estrutural de uma população excedente dos efeitos que sua existência provoca no sistema" (1979, p. 79).

Francisco de Oliveira e a Crítica a Razão Dualista

Francisco de Oliveira elaborou em seu ensaio "Crítica à Razão Dualista" talvez o mais contundente libelo contra a abordagem dual-estruturalista, típica do pensamento cepalino. Para Oliveira, a existência de um sistema econômico formado por um setor "atrasado" e outro "moderno" não é uma condição suficiente para considerar o subdesenvolvimento uma formação histórico-econômica singular; pelo contrário, diz o autor que esse tipo de singularidade é encontrável não só em quase todos os sistemas econômicos, como em quase todas as épocas. Por outro lado, Oliveira destaca que tal distinção, entre "atrasado" e "moderno", é meramente formal, posto que empiricamente o que se vê na dinâmica econômica propriamente dita é a "simbiose" e uma "organicidade", ou seja, "o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'".

No entanto, é no plano da prática que a restrição de Oliveira às teses cepalinas é mais contundente. Ao atentar mais sistematicamente aos óbices externos ao desenvolvimento das economias nacionais latino-americanas, transformando, dessa forma, o problema do desenvolvimento em uma oposição entre nações, os primeiros teóricos cepalinos, Prebisch e Furtado especialmente, deixaram em segundo plano os condicionantes internos - nas palavras de Oliveira, "a oposição entre as classes sociais internas" - do processo de crescimento econômico. Ainda segundo o autor, a ausência desse tipo de preocupação fez com que a teoria do subdesenvolvimento servisse de ideologia que cimentou a formação de uma economia capitalista acentuadamente desigual. Acrescenta Oliveira:

"Curiosa, mas não paradoxal, foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo 'a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?'. Com seus estereótipos de 'desenvolvimento auto-sustentado', 'internalização do centro de decisões', 'integração nacional', 'planejamento', 'interesse nacional', a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do 'desenvolvimentismo' que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquelas se agravavam. A

teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara". (2003, p.34).

Dado que a coexistência de um setor atrasado e outro moderno não é um critério suficiente para identificar uma economia tipicamente subdesenvolvida, o que caracterizaria, na concepção de Oliveira, o desenvolvimento capitalista em países como o Brasil?

"A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novos no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo **preserva** o potencial de acumulação liberado **exclusivamente** para os fins da expansão do próprio novo" (idem, p.60).

Oliveira remonta à década de 1930, onde identifica uma mobilização econômica e, principalmente, política e institucional que redundou na passagem de uma economia agrário-exportadora para outra urbano-industrial. Diante de uma economia que se "inclinava naturalmente" para o setor agro-exportador, o Estado teve um papel fundamental na viabilização de um processo de acumulação centralizado no setor industrial. Por meio de "preços sociais", o Estado cria as bases para que a acumulação capitalista industrial possa reproduzir-se. Tratou-se de tornar a empresa industrial a unidade-chave do sistema e de consolidar novos parâmetros, novos preços de mercado que canalizam e orientam o esforço da acumulação sobre a empresa industrial.

Nesse processo, a agricultura tem um papel fundamental. Oliveira rejeita veemente a tese cepalina de que a baixa produtividade do setor agrícola de subsistência seria um empecilho ao desenvolvimento da organização produtiva interna dos países da região. Segundo o autor, no caso brasileiro, a formação de áreas urbanas exigiu uma expansão do subsetor agrícola destinado ao consumo interno; no entanto, essa expansão deu-se sob baixíssimo coeficiente de capitalização, baseado fundamentalmente em relações arcaicas de trabalho (com baixo índice de assalariamento). Esse tipo de relação de produção era eficiente à acumulação urbano-industrial na medida em que não elevava o custo dos

alimentos para os trabalhadores urbanos – reduzindo, portanto, o custo de reprodução e, logo, dos salários – e, ao mesmo tempo, mantinha baixos os valores das matérias-primas.

Entretanto, no que se refere ao setor agro-exportador, ao mesmo tempo em que ele transforma-se em consumidor de bens de capital produzidos dos centros industriais, essa mesma mecanização da produção liberava força de trabalho que iria compor o exército industrial de reserva.

O mesmo raciocínio se aplica ao tratar do suposto "inchaço do terciário" na economia brasileira. Averso ao argumento que creditava tal "anomalia" à incapacidade do setor primário reter população e, por oposição, à impossibilidade de os incrementos serem absorvidos pelo secundário, Oliveira propõe que:

“O crescimento do terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma "inchação", nem de nenhum segmento marginal da economia" (idem, p. 54-55).

A existência de um vasto setor informal no mercado de trabalho urbano coincide com a ausência de uma estrutura urbana e com a oferta de serviços indispensáveis à expansão industrial. A exemplo da agricultura dirigida ao mercado interno, o terciário desenvolveu-se sob baixo nível de capitalização – e Oliveira chama atenção para ausência de políticas governamentais direcionada à este setor econômico – impulsionado, basicamente, pela "superexploração" da força de trabalho. No entanto, o autor mostra, novamente, que esse tipo de relação de produção antes de ser um óbice à expansão do capitalismo industrial, permitiu que tal expansão ocorresse ao oferecer, a baixo custo, uma miríade de serviços, como distribuição e comercialização de produtos de baixo valor agregado, reparação de produtos domésticos e artesanato. Como bem destacou Comin (2003), são atividades que até então ainda não possuíam densidade suficiente para atrair investimentos propriamente capitalistas, mas que, não obstante, já compunham o custo de reprodução da força de trabalho.

Em síntese, a interpretação de Oliveira do processo de desenvolvimento sobre o capitalismo urbano-industrial brasileiro coloca no centro do debate o papel do excedente populacional e formas não-capitalistas de produção. Diferentemente de Nun, que entende

que parte deste excedente não é funcional ao processo de acumulação capitalista, pois, mesmo nos momentos de crescimento econômico ele não será absorvido pelo setor moderno, Oliveira argumenta que esses trabalhadores, mesmo fora do setor tipicamente capitalista, transferem para os setores dinâmicos uma fração do valor ali produzido, nos termos do autor, "mais-valia em síntese".

Pode-se dizer, seguindo os passos de Oliveira, que a chave para se entender essa relação dialética entre setor 'moderno' e 'atrasado', entre a relação formal e informal de produção, que caracteriza a estruturação do mercado de trabalho brasileiro está na "base de acumulação capitalista razoavelmente pobre" que fez com que o processo de expansão capitalista, sem contar com magnitudes prévias de acumulação, concentrasse forçosamente toda a virtualidade de acumulação na empresa industrial. Dessa forma,

"...longe do modelo 'clássico', em que esse elemento estratégico [a empresa industrial] tende a 'exporta-se' para o restante da economia, no caso brasileiro – e é possível reconhecê-lo em outros países – a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformaram em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação de excedente num setor como o dos serviços." (idem, 69).

2.3.4 O debate sobre a crise e o mercado de trabalho

Na década de 1980, o debate acerca do mercado de trabalho (e da economia de um modo geral) deu-se em outros termos. Se até então o que desafiava os intelectuais latino-americanos eram os trabalhadores "sobrantes", que inviabilizavam a universalização do assalariamento como forma de organização do mercado de trabalho, durante a 'década perdida', ao contrário, era justamente o mercado formalizado, nos setores politicamente mais organizados e localizados nas regiões mais desenvolvidas do país, que passava por transformações que desafiavam analistas, gestores públicos e sindicatos, levando-os a uma disputa pública, de conteúdo "teórico-político-metodológico", em torno de como bem descrever esse mercado.

No entanto, seria enganoso pensar que essa inflexão do debate sobre o mercado de trabalho foi um movimento circunscrito à periferia do capitalismo. Nos países desenvolvidos, começou a se firmar a idéia de que os momentos de prosperidade marcados pela ampla cobertura dos direitos social, pela possibilidade do pleno emprego, pelas altas taxas de crescimento econômico, tudo isso fazia parte do passado; referia-se aos “Trinta Anos Gloriosos”. A elevação das taxas de desemprego, o aumento do tempo de procura de trabalho e a proliferação de formas atípicas de emprego levaram alguns estudiosos a desconfiar que o trabalho fosse ainda o eixo organizador da sociedade ocidental. Nesse contexto, difundem-se análises sobre os novos contornos da classe operária, sobre os sindicatos e a perda do seu poder de barganha com o deslocamento de plantas industriais inteiras para os países do Terceiro Mundo, e sobre a debacle do sistema de seguridade social que até então permitia ao trabalhador desempregado realizar o movimento de retorno ao mercado de trabalho sem por em risco a sobrevivência. (Offe, 1989, Habermas, 1987). Nesse sentido, Habermas (1987), refletindo sobre esse momento de “intransparência” que marca as sociedades capitalistas desenvolvidas, dirá:

“[...] desde a metade dos anos 70 os limites do projeto do Estado social ficam evidentes, sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. Em razão disso, [...] a nova inintegibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada”. (1987, p.106).

No caso brasileiro, a percepção dos novos tempos delineou-se com maior nitidez com a crise econômica que marcou o início da década de 1980 (1981-1983). O epicentro da crise foi a região economicamente mais desenvolvida do país – a Região Metropolitana de São Paulo – sendo que seus efeitos foram mais acentuados entre os trabalhadores que pertenciam aos setores mais protegidos e politicamente mais combativos do mercado de trabalho, notadamente a indústria metalúrgica. Nesse sentido, pode-se dizer que esse foi um momento de reversão na dinâmica do mercado de trabalho nacional, cujas transformações principais foram: o aumento considerável do desemprego, que se torna um problema político para gestores públicos e sindicatos; a precarização das relações de trabalho

caracterizado pelo aumento de trabalhadores sem carteira assinada; e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho (Sabóia, 1986).

Desse momento em diante, houve também um deslocamento na reflexão sociológica sobre o mundo do trabalho. Isso porque, ao atingir o setor mais dinâmico da estrutura produtiva do país, a crise dos anos 1980 colocou em questão um dos pressupostos que permeava a tradição sociológica latino-americana – da Cepal a Oliveira – de que a economia possuiria um centro dinâmico que funcionaria como motor de sua evolução e que ao transferir para outros setores o seu padrão de funcionamento conferia consistência ao conjunto. Este centro dinâmico, supunham, seria a indústria. Mas, a década de 1980 esmaeceu as esperanças no projeto de homogeneização da estrutura produtiva capitaneado pela indústria. No plano interno, viu-se uma crise no padrão de desenvolvimento que, de uma trajetória de constante crescimento econômico desde os anos 1930, passa, a partir de então, a uma situação que varia entre a estagnação e o baixo desempenho – situação essa que perdurou por mais de duas décadas. No plano externo, deixou de ser possível identificar um modelo de sociedade do trabalho; como dissemos, os países centrais do capitalismo, desde o fim da década de 70, convivem com a proliferação de trabalhos temporários, informais, part-time, as taxas de desemprego nunca vistas anteriormente, etc.. Generalizou-se o sentimento de insegurança do trabalho ao tempo em que a precariedade nas relações de emprego rompia e revelava os quistos de pobreza. Enfim, o que para nós, dos países periféricos, era antes visto como miragem, agora mais se parecia com um espelho.

Não sem razão, alguns autores europeus passam a interpretar a crise da sociedade salarial como um processo de “brasilianização” do ocidente. No entanto, na contramão desse processo, houve, durante a década de 1990, um processo de internacionalização da economia brasileira, ou, para usar a expressão de Guimarães (2005), “uma ocidentalização do Brasil” que teve efeitos decisivos e profundos no mundo do trabalho. Olhando para os dados-síntese do mercado de trabalho percebe-se uma queda na ocupação, principalmente no setor industrial, uma expansão do setor informal que ultrapassa as atividades de sobrevivência e de baixa produtividade e torna-se uma estratégia empresarial de redução de custos de produção, e o desemprego ganha estatuto de problema social, chegando atingir até 20% da população economicamente ativa; percebe-se também um aumento no tempo de

procura por trabalho, que na ausência de um sólido e ampliado sistema de proteção ao desempregado, lança inúmeros trabalhadores para uma situação de pobreza aguda em que a sobrevivência é conseguida a duras penas por meio de uma miríade de arranjos que envolvem desde a inscrição em programas de assistência social (Bolsa Família, Frentes de Trabalho, Vale Gás, Vale Leite, etc) às atividades ilegais, informais, ilícitas. (Guimarães, 2003 e 2005, Montagner e Brandão, 1996).

Torna-se, assim, cada vez mais complexa a reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro, num contexto em que os problemas sociais tratados pela tradição disciplinar – informalidade, marginalidade, desemprego, exclusão social – aprofundam-se e se reconfiguram, exatamente quando, nos países centrais, também se alteram os fundamentos de uma sociedade que foi chamada de salarial.

Como, em meio esse debate, a intelectualidade brasileira reflete sobre o tema que nos interessa de perto, ou seja, a inserção dos migrantes neste mercado de trabalho em mudança? Disto trataremos no capítulo seguinte.

3. Migrantes Nacionais nos Mercados de Trabalho Urbano: uma revisão da literatura

Como argumentado no capítulo anterior, ao abordarmos a inserção de um grupo social específico no mercado de trabalho, estamos partindo do suposto de que a estrutura desse mercado é heterogênea, ou seja, que os mecanismos de alocação de força de trabalho não se restringem à lei da oferta e da procura. Ora, sendo assim, como a literatura tratou da participação dos migrantes nacionais nos mercados de trabalho urbanos? A literatura sobre o assunto é bastante ampla; por isso mesmo, procuraremos aqui dar ênfase aos trabalhos que privilegiaram os deslocamentos interestaduais e direcionados para São Paulo. Buscaremos sublinhar o modo como os estudos migratórios foram animados por problemas sociais de diferentes ordens ao longo do tempo. Perseguir essa trajetória nos permite perceber que, apesar da aparente continuidade do fluxo migratório de nordestinos para São Paulo, a problematização, pela sociologia, sobre esse movimento demográfico variou consideravelmente com o passar do tempo. O desafio que se impõe agora é identificar elos de continuidade e momentos de discontinuidades nessa tradição de pesquisa, a fim de melhor definir a problemática que nos interessa.

3.1 Anos 1950 : Migração e a Formação da Sociedade Urbana e Industrial

A questão da migração interna surge como objeto de reflexão da Sociologia no momento de acelerada industrialização e urbanização, processos concentrados no Centro-Sul do país e que deram lugar à formação de uma “nova” classe operária nacional. Tais processos marcaram a sociedade brasileira nos anos de 1950 e 1960. Não sem razão, foram os sociólogos do trabalho industrial, em obras publicadas na década de 1960, os primeiros a

tomar os migrantes nacionais como protagonistas importantes na sociedade urbano-industrial em formação. Na época, o desafio era compreender a emergência de um novo operariado que, diferentemente da “vanguarda operária” de origem européia do início do século XX, tinha seus contingentes recrutados nas áreas rurais do país, principalmente do Nordeste, Minas Gerais e interior paulista. Segundo Guimarães:

“O desafio radicava em entender a natureza e as atitudes desse proletariado industrial, isto é, compreender a sua constituição como um grupo social peculiar, que emergia no contexto de novas formas de sociabilidade, nas grandes cidades brasileiras, em especial, em São Paulo” (2004, p.41-2).

O artigo de Lopes (1964) “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: mobilidade social e motivação” é um estudo exemplar sobre o modo de abordar tal temática à época. Seus questionamentos, a metodologia utilizada e os resultados alcançados foram fonte de inspiração para toda uma geração de pesquisadores.

O deslocamento de milhares de trabalhadores rurais em direção ao Centro-Sul do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, para trabalhar como operadores de máquinas da moderna indústria recém-instalada, colocava como problema analítico o sentido da mobilidade social em curso. Em outras palavras, tratava-se de saber se aqueles migrantes, em sua maioria de origem rural, se ajustariam às condutas exigidas em um ambiente fabril? Esse novo operariado chegaria a se constituir como uma classe política?

Lopes (1964), na tentativa de responder a tais questionamentos, realizou um estudo de caso, em 1957, em uma empresa metalúrgica em São Paulo. Nela entrevistou trabalhadores qualificados e, principalmente, semi-qualificados e não-qualificados, esses últimos majoritariamente originários de fora da cidade de São Paulo e do meio rural.

A presença dominante de migrantes na composição da força de trabalho fabril representava, segundo o autor, um óbice à formação de uma classe operária consciente e organizada, dada distância existente entre o padrão de comportamento socio-cultural na região de origem desses trabalhadores – marcado por relações predominantemente pessoais e familiares – e o padrão de comportamento esperado no ambiente urbano-industrial em que prevaleceriam as relações formais e impessoais. Nesse sentido, o autor afirmara que, “o fluxo de mobilidade examinado é o de indivíduos que realizam muitas vezes uma mudança

radical de ambiente, transpondo literalmente em poucos dias várias épocas de evolução socio-econômica” (1964, p.23).

Lopes (1964) identifica alguns sinais do desajuste desses trabalhadores migrantes ao sistema fabril e à condição histórica da classe operária. Por um lado, o seu relativo desapego com relação ao emprego fabril, expresso na vontade, recorrente em parte considerável dos trabalhadores entrevistados, de realizar trabalhos autônomos ou no seu anseio por retornar à região de origem e retomar as atividades no setor agrícola. Por outro lado, enfatiza o alheamento dos migrantes em relação ao sindicato, que se utilizavam dessa instituição de maneira individualista e instrumental e não como um canal de representação política; nas palavras do autor, “o sindicato não é visto como algo feito por eles, mas por outros para eles”.

Mesmo no momento em que os trabalhadores se empenham em uma ação tipicamente classista, como foi a greve dos 400 mil, deflagrada em outubro de 1957 e na qual os trabalhadores da empresa estudada participaram ativamente, o autor ratifica sua posição argumentando que a solidariedade por eles forjada era “vaga e informe”, longe de estar baseada em um sentimento de pertença a um grupo que se colocaria contra “o outro” crucial à sociedade industrial moderna em que se situavam; assim, em vez de operários contrapostos aos patrões, eram “pobres, “povo”.

“ ... o grupo abrangido pelo sentimento de solidariedade é o dos “trabalhadores”, símbolo impreciso que não inclui apenas os operários, mas “os pobres”, os que precisam de “trabalhar de dia para comer de noite”. O que está surgindo entre esses operários de origem rural não é ainda a consciência de serem indivíduos numa situação nova (a de trabalhador industrial), que os distingue da de outros grupos da população, mas sim um sentimento de revolta da classe baixa (pobres, povo) contra as classes superiores, que não distingue operários, pessoas em ocupações urbanas modestas e meeiros, camaradas, pequenos sitiantes, no campo. Sentimento do qual podem participar, portanto, pessoas que não estão completamente integradas, nem subjetiva, nem objetivamente, no meio industrial, mas que alternam ocupações agrícolas, comerciais e industriais, de classe baixa” (Lopes, 1964, pp.67-8).

Por fim, embora os migrantes oriundos do interior do Estado de São Paulo compusessem a maioria dos trabalhadores abrangidos pela força de trabalho industrial à época, a representação do migrante como “ignorante”, “flagelado”, “desorganizado”, etc., recaía, principalmente, sobre aqueles trabalhadores nascidos no Nordeste do país. Chamo a

atenção para os dois trechos, que cito a seguir, em que Lopes distingue dois contingentes de migrantes, os migrantes nordestinos e os migrantes paulistas– distinção, alíás, que será retomada em diversos trabalhos posteriores, como em Singer (1973) e Jannuzzi (2000).

Sobre os primeiros escreveu :

“Os nordestinos da fábrica migraram para o Sul, em geral jovens (16 a 22 anos) e sem intenção de se radicarem fora de sua terra, mas para “conseguirem a vida” e depois voltarem. Muitas vezes sós, outras com um parente ou conhecido, raramente vieram a acompanhados de várias pessoas da família. Quando se lhes pergunta por que vieram para São Paulo, quase invariavelmente respondem: “ilusão... para melhorar”. O desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência é o fator determinante do abandono da terra. Entretanto, o conhecimento de alternativas – a “ilusão” (fama) das cidades do Sul – e o valor a elas atribuído são essenciais para explicar a direção da migração e a presteza com que se lança mão desse recurso, quando o meio ameaça negar o necessário à vida”. (Lopes, 1964, p.37).

Por sua vez, os migrantes paulistas foram caracterizados da seguinte forma:

“O migrante do interior do Estado de São Paulo, mais freqüentemente do que os nordestinos, veio com toda a família com a intenção de aqui permanecer “se der certo”. São bem mais raros os que migram sozinhos e solteiros. O motivo da mudança para cá é quase sempre a idéia de “tentar a vida na Capital” ou ver se conseguem melhores condições de trabalho. A migração para esses operários não foi uma mudança tão radical como para os nordestinos.” (1964, p.39).

Rodrigues (1970) retoma a discussão de Lopes, ao analisar as atitudes e orientações de um grupo de operários de uma empresa automobilística multinacional localizada no ABC paulista. Embora o autor afirme que o aspecto sociologicamente significativo não seria tanto o local de nascimento, mas sim a atividade profissional a que se dedicava parte desses trabalhadores antes de se deslocarem para São Paulo, o meio social de procedência informa todo o tempo a sua análise. Assim, por exemplo, Rodrigues distingue os trabalhadores da sua amostra entre operários (semi ou nada qualificados) e ferramenteiros (qualificados), mas não sem antes destacar que a presença de migrantes é consideravelmente superior no primeiro grupo.

Aqui também o problema analítico é o relativo alheamento da nova classe operária paulista face ao sindicato e à atividade política. Nesse sentido, Rodrigues afirma:

“...é indiscutível que, em termos de seu padrão de vida interior, realizaram progresso considerável. Esses migrantes são, destarte, vencedores e vencidos. Vencedores na medida em que lograram estabelecer-se num grande centro urbano e empregar-se na indústria moderna. Do prisma da situação anterior, com relação ao passado, são vencedores. Mas as possibilidades futuras de sucesso são aleatórias. Os migrantes tomam, pouco a pouco, consciência de que estão ocupando novamente os escalões inferiores da sociedade, que as vias de ascensão social fecharam-se, que de nordestino transformaram-se em “baianos””(Rodrigues, 1970, p.79-80).

Rodrigues argumenta assim que, embora os trabalhadores migrantes tenham uma perspectiva pessimista quanto ao futuro na empresa, tal desconforto não se transforma em participação política de tipo contestatário, dado a posição ambígua que ocupavam na estrutura produtiva. No que se refere à participação no sindicato, o autor encontrou maior filiação entre os trabalhadores migrantes do que entre aqueles nascidos na Grande São Paulo. Entretanto, a sua explicação recoloca o argumento de Lopes, apresentado anteriormente, pelo qual o sindicato é avaliado por esses trabalhadores sob o prisma das vantagens pessoais que lhes pode oferecer, ignorando que a força desta instituição depende da participação e dos esforços dos próprios beneficiários.

A representação do trabalhador nacional como um grupo resignado remonta ao debate em torno das possibilidades de formação de um mercado de trabalho livre no Brasil no final do século XIX e da “solução” da imigração de trabalhadores europeus para o país. Como vimos, a partir dos anos de 1930 tal polêmica foi reabilitada pela política getulista de valorização do trabalhador nacional e pela reedição das políticas migratórias para o Centro-Sul, só que desta vez mobilizando trabalhadores de outras regiões do país, notadamente Minas Gerais e a região Nordeste.

Também Cardoso (1969), em um artigo sobre o comportamento social do proletariado brasileiro, sublinha a diferença entre a vanguarda operária de origem européia do início do século XX e o nascente operariado autóctone, atribuindo tal diferencial ao recrutamento desses trabalhadores, fator determinante na sua conduta no local de destino. Segundo o autor, enquanto a primeira leva do nosso operariado, “na medida que eram *imigrantes*”(p.204), caracterizava-se pela vontade de ascensão social, a segunda leva, a do operariado nacional, teria vindo para os centros industriais para fugir da miséria e do

desespero que caracterizariam as condições de vida nos rincões de pobreza das áreas rurais do país, por isso mesmo, ao chegarem ao lugar de destino, esses trabalhadores sentem-se gratificados com a sua nova condição de trabalho.

“De fato, a grande maioria do contingente operário brasileiro que se vem formando depois da Segunda Grande Guerra compõe-se de trabalhadores rurais, e muitas vezes de pequenos proprietários de terra das regiões semi-áridas do Nordeste, que procuram trabalho nas cidades tanto porque a economia agrária na qual estavam engajados foi alcançada pelo sistema capitalista de produção que as desorganizou (sobretudo em algumas áreas do Estado de São Paulo, Minas e Bahia), como porque as secas e as péssimas condições de vida rural das zonas mais pobres do país forçam o deslocamento, às vezes maciço, dos excedentes da população agrária para o mercado urbano. Assim, no geral, foi menos a vontade de ascensão social e de integração à vida urbano-industrial que levou as populações a deslocarem-se para as cidades do que o acicate da miséria. Isto as torna mais ou menos conformadas diante do “destino” e, até certo ponto, melhor dispostas para aceitar as condições de vida e trabalho imperantes no sistema industrial de produção. Como as condições urbano-industriais de vida são infinitamente superiores às que experimentavam no campo, os operários industriais de origem rural recente vivem, de imediato, um momento de euforia relativa, que no plano subjetivo, corresponde à melhoria de padrão de vida efetivamente alcançado com o simples deslocamento do campo para a cidade. Paralelamente, há os que se deslocaram para obter maior rendimento monetário, visando, logo que possam formar algum pecúlio, voltar às áreas rurais, onde, freqüentemente, deixam alguma terra pobre e muitos parentes” (Cardoso, 1969, p.215, grifos nossos).

Mas, é também importante registrar que os pesquisadores dessa geração tiveram o mérito de realçar, em termos analíticos, a importância do fenômeno das migrações internas e, evidentemente, dos migrantes de origem rural na formação do operariado nacional.

Fontes (2002) retoma o debate sobre a presença de trabalhadores migrantes e a formação de uma cultura operária em São Paulo, estudando a sociabilidade de nordestinos no bairro de São Miguel Paulista, entre os anos de 1950-1966. Considerada por um bom tempo como a “Nova Bahia” em São Paulo, dada a predominância de moradores nordestinos. Num espaço marcado pela presença de uma grande empresa, a Nitro Química, São Miguel – contrariamente ao que esperariam os autores antes citados - foi um lócus importante da organização operária paulista e dos movimentos sociais que agitaram a cidade entre os anos de 1970 e 1980.

Por meio de uma extensa pesquisa documental, Fontes observou como a idéia de que os migrantes nacionais poderiam ser um entrave ao desenvolvimento de uma sociedade urbana e industrial ultrapassava os limites acadêmicos. Os grandes deslocamentos do campo para cidade acirram as contradições que marcaram o nosso processo de industrialização e urbanização, contradições que aparecem com traços mais fortes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. No caso paulista, o desenvolvimento da metrópole no pós-Segunda Guerra conviveu com dificuldades de transporte, ausência de moradias, ampliação da criminalidade e miséria urbanas, situação que levou muitos setores da sociedade paulista a reconhecerem nos migrantes, nordestinos principalmente, não seus “parceiros do desenvolvimento”, mas verdadeiros ‘bodes expiatórios’ das suas aguras, advindas do rápido crescimento. Fontes (2002) pinçou de um famoso jornal popular paulista – “A Hora” – uma reportagem datada de 16 de março de 1956, que refere os recém-chegados migrantes nordestinos como “*personas non gratas* que vêm tentar sabotar o trabalho construtivo, decente e elevado dos bandeirantes”. A reportagem descreve em tons calamitosos e preconceituosos as características da ‘turba’ que acorria desesperadamente a São Paulo atraída por uma “fascinação irresistível” pela cidade:

“depauperados, doentes, cheios de filhos atacados de verminose. O quadro que apresenta a família nordestina compara-se aos povos mais atrasados do mundo. Ignorando as mais elementares noções de higiene e de alimentação, mesmo que consigam emprego em São Paulo, como o conseguem muitos deles, não abandonam jamais seus *modus vivendi*”. (citado por Fontes 2002, p. 90).

Fontes (2002), entretanto, destaca que os migrantes nordestinos reagiram a essa violência simbólica, caracterizada tanto pela avaliação preconceituosa da participação dessa população na cidade de São Paulo, como pela sua homogeneização no discurso dos naturais da metrópole expressa no popular ditado paulista de que “De Minas para cima é tudo Bahia”. Para tal, elaboraram para si uma representação de “nordestinidade” fortemente associada à condição de “trabalhador”. Dada a predominância de trabalhadores nordestinos na Nitro Química, esse discurso apareceu recorrentemente entre os trabalhadores ‘nitrosos’ entrevistados por Fontes, como no depoimento do baiano Augusto Ferreira Lima:

“Naquele tempo [...] paulista queria sombra e água fresca, não trabalhava em três horários. Três horários não eram com eles. [...] ‘Deixa para baianada trabalhar’, era assim que eles falavam. Então o progresso veio criado pelo homem do Norte, que entrava embaixo do sol a sereno, do galho da água de tudo, caía, morria, mas não afastava, tava ali. Trouxe o progresso para São Paulo. Não quero dizer só o homem nordestino não, porque nesse meio do nordestino [também] estava o mineiro. São Paulo de 50 anos para cá foi levantado e erguido a cabeça devido à mão dos nordestinos” (Fontes, 2002, p.275).

Sobre o processo migratório de trabalhadores rurais para cidade, também Durham (1973) no livro clássico *A Caminho da Cidade*, traz elementos importantes que permitem um entendimento mais complexo do fenômeno, apresentando uma visão alternativa àquela proposta pelos primeiros sociólogos do trabalho, antes comentados. A autora destaca duas esferas balizares para se compreender a experiência migratória interna no Brasil: a família e o trabalho.

Durham (1973) rechaça de modo veemente a hipótese da migração como um ato de desespero causado pela fome e a miséria, mesmo reconhecendo que a pobreza era um traço distintivo do intenso êxodo rural que marcou a dinâmica populacional brasileira na segunda metade do século XX. A decisão dos trabalhadores de abandonarem a zona rural, segundo a autora, dava-se somente quando eles percebiam que não poderiam mais manter o padrão de vida no lugar de origem, ou seja, quando a miséria apresentava-se como uma condição permanente. Nota-se, por aí, que o dia-a-dia no meio rural não era um suplício, mas sim um estilo de vida valorizado por muitos que migraram para as grandes cidades³.

Nesse sentido, Garcia Jr.(1989), estudando a situação de camponeses no interior da Paraíba, identificou que a migração para o “Sul” do país aparecia para muitos como uma estratégia para reestabeecer, apoiando-se no pecúlio acumulado durante o período trabalhado na cidade, a sua anterior condição camponesa. Pode-se dizer ainda que, ao postergarem ao máximo a decisão de migrar para o “Sul”, esses migrantes tinham em conta os riscos implícitos em tal deslocamento. Na tentativa de reduzir ao máximo esses riscos, mantendo aberta a possibilidade do retorno, a migração era planejada como uma experiência familiar. No entanto, raramente ocorria a migração de uma família inteira; o mais comum era que o

³ Ainda que quase todos os trabalhadores migrantes, principalmente aqueles que eram assalariados no local de origem, reclamassem das condições de trabalho na agricultura, “um trabalho muito pesado” costumavam dizer, e da ausência de direitos trabalhistas na zona rural.

deslocamento para as cidades se desse de maneira fragmentada e progressiva, com bem documenta Durham:

“[...] a característica principal da migração nacional está justamente na reconstituição pelo menos parcial dos grupos primários que são o intermediário fundamental entre o indivíduo e a sociedade mais ampla. O imigrante que chega sozinho, ou que conta apenas com amigos e parentes distantes, vem por pouco tempo, ou com a intenção já estabelecida de chamar a família logo que seja possível. Desse modo, ele assegura a participação nos grupos primários que são fontes de segurança pessoal e de vivência social. Por isso, o imigrante está em geral sempre pronto a ajudar, inclusive hospedando, parentes e conterrâneos que procuram se estabelecer perto dele. O imigrante bem sucedido é um canal de mobilidade para todo o grupo de origem”. (Durham, 1973, p.138-9).

Nesse processo de fragmentação familiar havia uma seleção que determinava quem seriam os pioneiros e quem seriam os últimos a se reunirem ao grupo no local de destino. Essa seleção dava-se respeitando a posição do indivíduo na unidade familiar, estando, por isso mesmo, fortemente informada por papéis de gênero. No caso, os homens solteiros tendiam a ser os pioneiros, a ponto de, em comunidades onde a migração para o Centro Sul do país era recorrente, a emigração de jovens mostrava-se quase que institucionalizada. Por outro lado, os pais, na posição de chefes de famílias, eram os últimos a abandonar a terra (quando o faziam!), mais das vezes apenas quando já eram idosos.

Como dito, a escolha dos destinos e a acomodação no local de chegada dependiam dos elos familiares e/ou de vizinhança. No entanto, era o acesso ao trabalho o fator decisivo para a permanência ou não do migrante na cidade. Sobre o processo de inserção do migrante no mercado de trabalho, Durham (1973) observou que, ao chegar na cidade de São Paulo, os migrantes raramente possuíam documentação, chegavam geralmente com pouca ou nenhuma escolaridade e sem experiência profissional em atividades urbano-industriais, situação que reduzia consideravelmente as suas possibilidades de emprego. A autora identificou as ocupações que serviam como “portas de entradas” à integração dos migrantes ao mercado de trabalho urbano: no caso dos homens, a construção civil e, no caso das mulheres, o emprego doméstico. Passado algum tempo, essas últimas tendiam a tornar-se inativas, quando não continuavam no emprego doméstico, posto que a indústria em expansão as discriminava; já os homens, tendiam a ascender ao emprego industrial, se nele não se incluíam desde a chegada a São Paulo, o que ocorria mais frequentemente entre

aqueles que já possuíam a documentação mínima para tal. Para Durham, a possibilidade de mobilidade dos migrantes de origem rural no mercado de trabalho urbano estaria atrelada à capacidade desses indivíduos ampliarem seus círculos de influência para além dos elos familiares:

“Inicialmente, portanto, o imigrante não tem nenhuma “escolha” na procura de ocupação. Premido pela necessidade, limitado pela ignorância do mercado de trabalho, aceita qualquer emprego e depende, em grande parte, das indicações dos membros do grupo primário do qual faz parte. Mas a obtenção de um emprego, assim como o de um lugar para morar, imediatamente, alarga o horizonte do imigrante. Vizinhos e colegas de trabalho passam a ser outras tantas fontes de informações. À medida que alarga o seu círculo de contatos sociais, passa a obter informações que derivam da experiência concreta de indivíduos e grupos mais diversificados” (Durham, 1973, p.159).

Com isso temos que, mais do que uma marca indelével associada a uma cultura rural ou uma euforia insustentável com os brilhos da cidade, a inserção dos migrantes na cidade de São Paulo parecia ser o resultado das relações estabelecidas no contexto de recepção em que eram decisivas as condições de saída do migrante do seu lugar de origem, a recepção dos não-migrantes (ou dos migrantes já estabelecidos) a esses trabalhadores, bem como a estrutura e o desempenho do mercado de trabalho no momento da chegada.

No período estudado por esses autores, o mercado de trabalho paulista estava em franca expansão, especialmente pelo crescimento do setores da indústria, como a automobilística e a construção civil, os dois grandes contratantes de força de trabalho. No entanto, a partir de meados da década de 1960 esse cenário muda sensivelmente; o processo ininterrupto de crescimento econômico do pós-guerra começa apresentar alguns gargalos, dando início a uma nova fase, de crescimento com incremento da pobreza urbana.

3.2 Anos 1970: a Migração como um Problema Urbano

A década de 1970 foi, sem dúvida, o período áureo dos estudos migratórios no Brasil. Parte considerável dos trabalhos realizados à época tinha como objetivo elaborar diagnósticos e propostas de intervenção que viabilizassem uma nova política migratória para o país.

O agravamento da pobreza nos grandes centros urbanos, concomitante com o momento de “milagre econômico”, tornou-se um foco de tensão social e um risco político entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, para que o controle das migrações e dos migrantes aparecia como uma solução necessária. A restrita capacidade do setor produtivo moderno, a indústria principalmente, em absorver novos contingentes de trabalhadores, combinada com o intenso ritmo de deslocamento de trabalhadores rurais em direção às grandes cidades, deu lugar a um processo de crescimento urbano marcado pelo espraiamento de habitações precárias nas periferias das cidades, ao crescimento de um setor terciário de baixa produtividade e à proliferação de todo tipo de atividades improvisadas que tinha como objetivo básico à sobrevivência. Sendo os migrantes a maioria nas favelas, apresentando-se em maior número nos serviços subalternos – emprego doméstico, serventes, porteiros e vigias, por exemplo – e facilmente reconhecidos entre os ambulantes que perambulavam pelas cidades. Logo a opinião pública e setores do poder público das grandes metrópoles passaram a identificar esse contingente populacional como responsável pelos referidos problemas urbanos; a migração tornou-se, então, um problema social. Desse modo, esperava-se que uma intervenção do poder público na direção e na intensidade dos fluxos migratórios fosse um antídoto eficaz contra a pressão destes, tanto sobre o mercado de trabalho, quanto sobre a estrutura urbana.

Diante dessas condições, o então Ministério do Interior mobilizou um grande número de pesquisadores a fim de propor um projeto de política migratória. Para tanto, elaborou-se uma série de novos dados sobre os deslocamentos populacionais e o desempenho da população migrante nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Formara-se um consenso quanto à necessidade de intervenção governamental, de modo a possibilitar seja uma maior racionalização dos fluxos, seja a melhora das condições de deslocamento e recepção dos migrantes. Entretanto, divergia-se quanto aos meios políticos a utilizar com vistas a atingir tais objetivos.

Parte substancial dos estudos produzidos tinha como principal preocupação avaliar se a inserção social dos migrantes na sociedade de destino diferia de maneira significativa daqueles que não haviam empreendido a migração – ou seja, os naturais; por outro lado, procurava-se acompanhar o modo de incorporação dos migrantes, em sua maioria de origem rural, no mercado de trabalho urbano. Em outras palavras, tratava-se de investigar

se os migrantes, ao chegarem aos centros urbanos, ficariam retidos nos estratos mais baixos da estrutura ocupacional, engrossando, assim, o contingente de lumpeproletários (“marginais”, como vimos, nos termos da época). Ou, por outra, se os migrantes, passados os primeiros anos de sua adaptação à vida urbana e ao mercado de trabalho, logo realizariam um movimento de ascensão social, como decorrência da especificidade socio-demográfica desse grupo, predominantemente jovem e, por isso mesmo, motivado economicamente.

Os estudos realizados no período, dentre eles os de Costa (1975), Mata (1975), Castro (1980), Martine e Peliano (1979), a despeito das controvérsias em torno da definição de migrante (se pela via do local de nascimento, ou da última residência) e da diversidade das unidades espaciais analisadas (região metropolitana, unidade da federação, regiões, estudos de casos locais, etc.), deixam entrever uma convergência de resultados: os migrantes melhoravam progressivamente as suas condições de vida (entenda-se mobilidade ocupacional, aumento de renda e anos de estudos, etc.) à medida em que aumentam seu tempo de residência no local de destino. Castro, em um estudo de caso sobre migrantes de baixa renda da cidade de Nova Iguaçu (Região Metropolitana do Rio de Janeiro), sintetizou bem esses achados empíricos acerca da inserção ocupacional do migrante e sua adaptação no local de destino no país:

“É através do trabalho, fundamentalmente, que o migrante vai se adaptar às condições da ‘sociedade-urbano-industrial’. Embora existam outras esferas da vida urbana a que o migrante tem necessidade de se adaptar, o trabalho se constitui no núcleo em torno do qual ocorre sua ‘socialização’.

Se é migrante recente, com menos de dois anos de residência e se veio diretamente da área rural, provavelmente contará com baixa qualificação profissional e desconhecimento ou perplexidade quanto aos mecanismos prevalecentes na metrópole. [...]

Se o migrante está há mais tempo na Região Metropolitana ou se veio já com alguma educação formal ou informal ou se passou pelo processo de socialização nas etapas [migratórias], tem condições de se equiparar ao nativo de renda mais baixa que está de alguma forma melhor na escala de educação, pressupondo-se que nas RMs estejam concentrados os investimentos em serviços urbanos, nos quais se inclui a educação. As diferenças entre migrantes e nativos deixam, assim, de ser importantes, havendo um verdadeiro processo de homogeneização da população de renda baixa, na medida em que, individualmente, possuem as mesmas características e se utilizam da

mesma forma dos mecanismos informais e/ou formais para procura e manutenção do emprego e estão sujeitos à mesma legislação trabalhista” (Castro et. al., 1980, p.900).

O trabalho de Martine e Peliano (1979) merece destaque pela acuidade metodológica e pela capacidade de perceber padrões distintos de inserção de migrantes no mercado de trabalho metropolitano de acordo com a estrutura produtiva do local de destino e com a heterogeneidade do perfil dos migrantes (idade, gênero, tempo de residência). Na tentativa de rebater a idéia comumente divulgada pela mídia e por setores do poder público de que as migrações resultariam, necessariamente, em ônus para as regiões de destino, principalmente para os grandes centros urbanos, os autores conduziram uma pesquisa que identificou um perfil e forneceu uma interpretação econômico-demográfica para características das populações migrante e não-migrante em nove Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém) tendo em conta o processo de inserção do migrante na estrutura econômica das Regiões Metropolitanas, a evolução da situação sócio-econômica do migrante com a maior permanência nas RM e o significado desses padrões para a compreensão do fenômeno migratório e para a formulação de políticas nessa área.

Partindo do pressuposto de que a procura por melhores oportunidades socioeconômicas é geralmente o principal componente da motivação migratória e que os migrantes respondem, dessa forma, às oportunidades espacialmente diferenciadas de emprego (reais ou esperadas), os autores elegeram como critério de avaliação das conseqüências da migração para as áreas de destino as condições de inserção desses trabalhadores na estrutura ocupacional das regiões metropolitanas.

Para tanto, Martine e Peliano iniciaram por identificar a magnitude da participação dos migrantes na população economicamente ativa (PEA) metropolitana. Os seus dados demonstraram que os migrantes contribuíam de forma decisiva para a formação da PEA metropolitana, perfazendo 62% da PEA agregada das nove RM's. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, os migrantes atingem 69% da PEA masculina e 66,3% da PEA feminina. Além disso, homens ou mulheres, eles apresentavam uma taxa de atividade consideravelmente maior do que os naturais em todas RM's. A chamada “vantagem migrante” em São Paulo atingia, entre os homens, pelo menos 18 pontos percentuais e, entre as mulheres, 3 pontos. A presença mais intensa da população migrante

no mercado metropolitano de trabalho tinha como principal fator explicativo à composição etária do grupo. A população migrante era numericamente maior entre as faixas etárias de 10 a 29 anos, sendo que, em geral, a maior diferença concentrava-se no grupo de 15 a 19 anos, em que sabidamente era maior a busca por participação no mercado de trabalho, especialmente naquele contexto em que a transição escola-trabalho tinha traços distintos dos que se evidenciariam depois com a intensa expansão do ensino médio e políticas públicas de suplementação da renda e fixação na escola, que hoje testemunhamos.

Martine e Peliano levantaram ainda uma outra importante interrogação para se entender o padrão de incorporação e desempenho da população migrante no mercado de trabalho urbano: porque os migrantes jovens se encontram na PEA em maior proporção que os naturais da mesma idade? Uma explicação remeteria ao fato de que as baixas taxas de atividades entre os naturais estariam associadas à sua inatividade voluntária; as diferenças sociais e de renda levariam a que uma maior proporção deles se mantivesse inativa freqüentando as escolas. Essa hipótese foi confirmada pelos dados. Em todas as RM's os naturais dedicavam-se exclusivamente aos estudos em maiores proporções que os migrantes nos grupos de 10-14 e de 15-19 anos. Esta observação mostra-se válida, sem exceção, em todas as RM's e para ambos os sexos, embora a desvantagem da mulher migrante fosse mais pronunciada. Ademais, as maiores diferenças para ambos os sexos estavam no grupo de 15 a 19 anos, justamente onde os migrantes exibiam maior vantagem na participação da PEA. Concluem, então, os autores:

“Se essa situação persistisse no tempo, poder-se-ia formular a hipótese de que, em nível agregado, os migrantes iriam obter ocupações menos qualificadas; nessa perspectiva, a entrada prematura na PEA seria decorrente de uma condição de inferioridade sócio-econômica e implicaria, *ceteris paribus*, a obtenção de um nível educacional inferior”. (Peliano e Martine, 1979).

Analisando a situação ocupacional dos migrantes e não-migrantes, os autores encontraram alguns padrões interessantes que, dada a diferença de participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho, são melhores visualizados se separados por sexo. Com relação à PEA masculina, por exemplo, os naturais estavam em uma proporção mais alta que os migrantes nas ocupações de escritório. Já os migrantes predominavam na construção

civil, em serviços não qualificados (70% dos quais em ocupações de porteiros, vigias e serventes) e nas categorias de proprietários de nível médio (sobretudo como comerciantes).

Em termos de evolução da situação ocupacional dos migrantes segundo o seu tempo de residência na metrópole foi possível observar padrões também diferenciados. Assim, a proporção de migrantes classificados como proprietários de nível médio (na maioria comerciantes) aumentava sistematicamente com o tempo de residência em todas as RM's. Na maioria dos casos, a diferença era significativa; em São Paulo, por exemplo ia de 2% para migrantes recentes a 7% para migrantes antigos. Esse aumento na categoria de proprietários de nível médio poderia ser explicado por dois fatores convergentes: para estabelecer-se no comércio, o migrante precisava de um certo conhecimento do mercado e também de um mínimo de capitalização, sendo que a probabilidade tenderia a aumentar com o tempo de residência na cidade. Em contrapartida, na indústria de construção civil a proporção de migrantes diminuía gradativamente com o tempo de residência; ali, se a ocupação de servente de pedreiro (de status bastante inferior às demais do mesmo ramo) absorvia uma proporção importante dos migrantes recém-chegados às RM, eram poucos os que nela permaneciam ao longo do tempo.

No que se refere à participação da PEA feminina na estrutura ocupacional, Martine e Peliano chamam a atenção para a ocupação-chave que acomodava grande parte das mulheres ocupadas nas grandes cidades: o emprego doméstico. São Paulo era a metrópole brasileira em que essa ocupação tinha menor peso relativo; ali a proporção de mulheres na PEA que trabalham em serviços domésticos atingia 31%. Todavia, em todas as cidades e em todos os grupos etários, as migrantes estavam super-representadas nos serviços domésticos. Tal predominância era ainda mais pronunciada em São Paulo e Rio de Janeiro (20 e 23 pontos percentuais, respectivamente). Por isso mesmo, não surpreende o achado de que em todas as outras ocupações que absorviam parcela considerável da PEA feminina (a saber, ocupações de escritório, das indústrias de couro, vestuário e têxtil, e as professoras do ensino primário): as mulheres naturais eram predominantes, conquanto a proporção de migrantes nessas ocupações subisse à medida em que aumentava o seu tempo de residência na metrópole.

Por fim, os autores salientam a diversidade da estrutura econômica das regiões metropolitanas, expressa na predominância de alguns setores e atividades em detrimento de

outros, era um fator que influenciaria de forma decisiva as chances de inserção da população migrante e a mobilidade desta através do tempo. Por exemplo, os requisitos de qualificação e experiência para penetrar na economia industrial de São Paulo diferiam bastante daqueles que facultavam a inserção ocupacional em outras cidades, nas quais fosse maior concentração da PEA em serviços e em atividades não especializadas, como era o caso, por exemplo, das RM's do Belém ou Salvador. Desta forma, dada a maior complexidade da estrutura ocupacional das RM's de São Paulo e do Rio de Janeiro, não espanta que os migrantes que se mantinham na PEA ("os sobreviventes") penetrassem progressivamente nas atividades mais qualificadas e melhor remuneradas pari passu com o aumento do seu tempo de residência. Se tal padrão era detectável em outras cidades, particularmente em determinadas atividades, a sua nitidez variava inversamente com o nível de desenvolvimento da RM. Mas, era justamente nas metrópoles mais avançadas economicamente, São Paulo e Rio de Janeiro, que o diferencial entre migrantes (homens e mulheres; antigos e recentes) e os naturais eram mais acentuados e sistemáticos; isso sugeriria, segundo os autores, que essas regiões poderiam ser tomadas como protótipos do padrão de adaptação migratória que se poderia observar nas outras grandes cidades brasileiras.

Contudo, qualquer que fosse o tipo de migrante, qualquer que fosse o nível de desenvolvimento regional da localidade de destino, observava-se uma melhoria progressiva em sua inserção ocupacional no mercado de trabalho regional. Nas palavras de Martine e Peliano:

“Os dados apresentados neste trabalho confirmam os resultados de diversas pesquisas anteriores, também baseadas em dados secundários, com respeito à aparente mobilidade vertical da população migrante. Nesse aspecto, é realmente interessante o fato de que, apesar de não concordarem sobre o sentido dos diferenciais entre migrantes e naturais, praticamente todos os trabalhos consultados demonstram uma melhoria progressiva na situação dos migrantes em termos de vários indicadores sócio-econômicos, na medida em que aumenta a permanência dos migrantes na unidade geográfica ou político-administrativa em análise. Portanto, os resultados da presente investigação não fogem à regra, já que todos os indicadores utilizados demonstram, em quase todas as RMs, uma melhoria sistemática e significativa da condição sócio-econômica dos migrantes à medida que aumenta o tempo de residência na RM” (Martine e Peliano, 1978, p.168)

No entanto, os autores ressaltaram que essa aparente mobilidade resultava menos da adaptação de todo e qualquer migrante na sociedade de destino e mais do efeito da sobrevivência dos mais aptos e da evasão dos menos capacitados do mercado de trabalho metropolitano. Não seria, assim, o tempo de residência que conferiria, inexoravelmente, uma melhor solução ao migrante, mas, a sua habilidade em sobreviver na sociedade de destino, a sua capacidade de estender seu “tempo de sobrevivência”. Aos “não-sobreviventes” ao processo seletivo restaria a reemigração para outras localidades, na tentativa de uma adaptação positiva.

3.3 Anos 1980: os efeitos da crise

Durante os anos de 1980 os estudos sobre migração e mercado de trabalho reduziram-se consideravelmente, perdendo a proeminência de que haviam desfrutado no decênio anterior. O pouco entusiasmo dos pesquisadores com a temática migratória durante anos de 1980 justifica-se, em grande medida, por ter sido esse um período em que o processo de desenvolvimento brasileiro novamente se altera dando outra direção à agenda de pesquisa dos intérpretes da realidade econômica do país. A chamada “década perdida” foi marcada por uma baixa taxa de crescimento, aumento do desemprego, redução do emprego industrial, aumento da participação da força de trabalho feminina, mudanças suficientes para suscitar novas questões aos cientistas sociais interessados em entender o contexto socioeconômico do país, deixando em segundo plano o processo migratório como uma variável explicativa da dinâmica do mercado de trabalho⁴.

Para se ter à medida de como as novas questões polarizaram o debate de então, os poucos trabalhos que trataram do tema migração e mercado de trabalho lançaram mão de fontes de informação alternativas ao recém divulgado censo demográfico de 1980, posto que se tratava de inquirir em que medida as sucessivas crises econômicas da década, principalmente a dos anos de 1981-83, interferiram na intensidade e direção dos fluxos migratórios.

⁴ Além disso, não pode se desconsiderar que a desistência do Ministério do Interior em levar a cabo a proposta de Política Migratória desarticulou o grupo de pesquisadores engajados na sua elaboração. (Martine e Faria, 1986).

Nunes Ferreira e Rodrigues (1986), a partir dos dados da PED e observando a Região Metropolitana de São Paulo, procuram caracterizar o desempenho dos migrantes no mercado de trabalho metropolitano entre os anos de 1985-1986. Tomando o trabalho de Martine e Peliano como parâmetro de comparação, ainda que não fosse possível compatibilizar as diferentes fontes de dados, as autoras perceberam altas taxas de participação e de ocupação dos migrantes o mercado de trabalho da metrópole paulista; eles representavam 62,3% dos ocupados da região, sendo que 56,9% de migrantes antigos (+ de 3 anos de residência) e 5,4% de migrantes recentes (até 3 anos de residência). Em sua análise, Nunes Ferreira e Rodrigues privilegiaram a descrição do desempenho dos migrantes recentes buscando explicitar os efeitos da crise sobre as possibilidades de inserção dos migrantes recém-chegados no mercado de trabalho metropolitano. Embora representassem um pouco menos de 6% da força de trabalho, os migrantes recentes apresentavam um desempenho bastante particular na economia da Região Metropolitana de São Paulo. A começar pela participação no desemprego; enquanto os migrantes antigos e os não-migrantes apresentavam uma taxa de 11,7%, entre os migrantes com até três anos de residência a taxa era de 15,9%, chegando a 20,8% entre aqueles com até 1 ano de residência. Vale notar que o desemprego aberto era maior entre os migrantes recentes (10,8%) do que entre os não-migrantes e migrantes antigos (7,2%); maior ainda se diminuirmos o tempo de residência para 1 ano (14,0%). O oposto acontecia com o desemprego oculto pelo trabalho precário. Segundo as autoras,

“O que conta, de fato, para a sobrevivência dos migrantes recentes que estão desempregados, assim como para os outros desempregados, migrantes ou não, é o trabalho de outra pessoa da família. Mas, o que os diferencia realmente dos outros desempregados é que eles recorrem muito mais à ajuda de parentes e conhecidos. Isso confirma que as relações de parentesco e de vizinhança desempenham importante papel na decisão de migrar e no próprio processo de fixação do migrante no local escolhido para viver”. (Nunes Ferreira e Rodrigues, 1986, p.732)

No que se refere à ocupação, a inserção dos migrantes recentes dá-se principalmente nos setores de serviço e industrial, acompanhando o perfil ocupacional da região analisada. Chama atenção o fato de o nível de assalariamento dos migrantes recentes ser bem próximo ao dos não-migrantes e dos migrantes antigos (entre os primeiros alcança 69%, o que

praticamente equivale aos 70% a que chega os segundos). No entanto, quando atentamos para as condições de trabalho, é possível observar a disparidade entre os migrantes recentes e o restante da força de trabalho: os rendimentos dos primeiros são menores, a jornada de trabalho mais extensa e é menor a proporção de trabalhadores com registro em carteira. Disso, concluem as autoras que “o migrante recente, depois do esforço da mudança, premido pela expectativa e pela urgência de encontrar emprego em função da sua própria condição de migrante, aceita trabalhar em piores condições que os demais trabalhadores” (1986, p. 735).

Ao comparar, na segunda parte do artigo, o contingente de migrantes (recentes e antigos) com o de não-migrantes, Nunes Ferreira e Rodrigues apresentaram resultados igualmente interessantes. Mesmo considerando que a crise de 1981-1983 havia atingido prioritariamente o setor secundário da economia paulista, as autoras observaram um maior percentual de migrantes (37,6%) do que de não-migrantes (34,5%) nesse setor. Por outro lado, os migrantes participavam menos (38,9%) do que os não-migrantes (47%) no setor de serviços. Entretanto, o emprego doméstico e a construção civil continuavam servindo como principais “portas de entrada” para os migrantes no mercado de trabalho metropolitano.

“Os migrantes representam 80,2% dos ocupados na construção civil, sendo que, deste total, 68,2% residem há menos de três anos na região. A migração interestadual é a principal fonte de mão-de-obra deste setor, à medida que 63,2% do total dos ocupados são pessoas vindas de outros Estados. (...) Nos serviços domésticos os migrantes e, neste caso, as mulheres migrantes, têm uma participação mais que proporcional do que no total dos ocupados (79,6%) com expressiva presença (cerca de 62%) de migrantes de outros Estados” (Nunes Ferreira e Rodrigues, 1986, pp.744-5).

Em resumo, o estudo de Nunes Ferreira e Rodrigues mostrou que embora a presença dos migrantes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo tenha sido expressiva nos primeiros anos da década de 1980, esses apresentaram um desempenho inferior aos não-migrantes haja vista o expressivo desemprego e as piores condições de trabalho a que estariam sujeitos; em se tratando dos migrantes recentes fica evidenciando-se as agudas dificuldades por eles enfrentadas por eles para inserirem-se no mercado de trabalho da região estudada.

A divulgação do Censo Demográfico de 1991 tornou mais claros os efeitos do novo momento da economia brasileira na dinâmica migratória. Eles foram tantos e tão expressivos que alguns autores afirmaram que estávamos diante de um novo padrão migratório (Brito, 2000). A principal expressão dessas mudanças foi, sem dúvida, aquela apresentada pela cidade de São Paulo e seu entorno. De principal área de concentração populacional e de recepção de migrantes do país, a metrópole paulista apresentou uma notável queda na taxa de crescimento populacional, que reduziu-se a 1,9% a.a. no período de 1980/91, contra os 4,5% a.a. registrados em 1970/80. Na mesma direção, os dados censitários indicaram um saldo migratório negativo de mais de 270 mil pessoas para a Região Metropolitana de São Paulo no período 1980/1991. Estes resultados representavam mais do que uma simples diminuição da intensidade da imigração rumo a São Paulo, pois apontavam para um importante êxodo de população, que estaria emigrando para outras regiões do país, com destaque para a migração de retorno para os Estados de Minas Gerais e Paraná, assim como para a região Nordeste, ainda que em menor intensidade.

Diante dos surpreendentes resultados do Censo Demográfico de 1991, Aranha (1996) procurou fontes alternativas ao Censo a fim de acompanhar as intensidades e os sentidos dos fluxos migratórios para a RMSP no período entre a realização dos censos. Utilizando-se de informações sobre migração contidas nas pesquisas de emprego e desemprego (PED) e de Condições de Vida (PCV), o autor analisa a participação dos migrantes no mercado de trabalho da região durante os anos 1988 a 1995. O primeiro resultado sugestivo encontrado por Aranha é que a participação dos migrantes na população metropolitana apresenta dois momentos no período considerado. No primeiro momento (1988-1991), verifica-se uma pequena diminuição na participação dos migrantes no total da população e, conseqüentemente, um aumento relativo dos não-migrantes; assim, dentre a população residente na Região Metropolitana de São Paulo no ano de 1988, 52,7% era não migrante e 47,3% migrantes, enquanto que em 1991 esses valores alteraram-se para 54,3% e 45,7%, respectivamente. No segundo momento (1991-1995) ocorre uma pequena alteração no sentido contrário, fazendo com que aumentasse a participação relativa dos migrantes no final do período; dessa forma, no ano de 1995, os migrantes haviam passado a representar 47,1% da população e os não migrantes 52,9%, atingindo praticamente o mesmo patamar de 1988.

Esses dados nos ajudam a relativizar a tese da perda de atração da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, o autor adverte:

“Apesar do aumento sistemático da participação dos migrantes no total da população metropolitana, não se verificou, no período pós-91, uma ampliação no processo de absorção dos migrantes recentes (...) Sob esse ângulo, essas informações podem ser um indicativo de que o processo migratório na RMSP continua apresentando características de nítida seletividade. Se, por um lado, verifica-se que somente uma parte dos migrantes que chegaram à RMSP durante o período permaneceram na região após 1 ano de residência, por outro, continua ocorrendo um processo de reemigração de um segmento da população migrante que, passando pela região metropolitana e não se fixando, parte novamente em busca de novas possibilidades de sobrevivência em outras regiões. Esses fluxos de reemigrados poderiam, inclusive, estar engrossando um provável movimento de migração de retorno”(Aranha, 1996, pp.711-712).

Tais achados reforçam as interpretações da dinâmica migratória recente da Região Metropolitana de São Paulo que sustentam a predominância de uma mobilidade populacional contínua, de circulação permanente ou mesmo de substituição de população, tal interpretação se contrapõe aos modelos de explicação, bastante sedimentados no campo dos estudos migratórios, que se pautam exclusivamente em fatores econômicos que atraem ou que expulsam população.

Ao analisar o último local de residência dos migrantes, Aranha identificou algumas tendências já sugeridas no Censo de 1991, como, por exemplo, a redução da participação dos migrantes mineiros e paranaenses na população da metrópole paulista. No entanto, os seus dados divergem com respeito aos migrantes originários da região Nordeste, haja visto o contínuo predomínio desse fluxo na composição da população migrante da metrópole paulista; no caso dos migrantes com menos de 3 anos de residência na região, os nordestinos representavam quase 60% durante todo o período analisado. Nesse sentido, Aranha afirma que “os estados do Nordeste ainda se caracterizam como os grandes ‘exportadores’ de migrantes para a metrópole paulista, sendo responsáveis por mais da metade dos migrantes residentes há menos de 3 anos. Em 1994/95 respondiam por praticamente 59% da migração para a RMSP” (1996, p.715).

No que se refere à inserção dos migrantes segundo setores de atividade, os resultados de Aranha convergem com os de Nunes Ferreira e Rodrigues(1986); as mudanças

ocupacionais observadas entre os trabalhadores migrantes acompanharam a evolução e tendências da população em idade ativa (PIA) metropolitana. Observa-se uma diminuição considerável (18,1% em 1988/89 para 14% em 1994/95) de ocupados no setor industrial no mercado de trabalho metropolitano, movimento acompanhado pelos migrantes antigos (19,7% em 1988/89 para 14%,6 em 1994/95) e com maior intensidade pelos migrantes recentes (18,3% em 1988/89 para 10,8% em 1994/95). Por outro lado, os setores de comércio e serviços apresentaram um aumento relativo tanto na PIA total quanto na PIA migrante. Nos setores tradicionalmente tidos como portas de entrada para os migrantes recentes no mercado de trabalho metropolitano, como o serviço doméstico e a construção civil, observa-se um ligeiro aumento no primeiro enquanto o segundo, ao contrário, apresentou uma nítida diminuição na PIA ocupada. Assim, a PIA migrante ocupada na construção civil passou de 6,8% para 3,9% durante o período analisado, enquanto que os serviços domésticos apresentaram um aumento de 1% no mesmo período, passando de 8,6% para 9,6%.

Por fim, Aranha (1996) demonstra que a participação dos migrantes no mercado de trabalho não difere consideravelmente da população não-migrante. Como vimos, a distribuição daqueles na estrutura ocupacional acompanhou as mudanças na estrutura produtiva da região; por outro lado, os dados apresentados pelo autor sugerem também um intenso movimento de entradas e saídas dos migrantes na Região Metropolitana de São Paulo o que levou Aranha a concluir que, diferentemente dos decênios anteriores, durante o período analisado a principal dificuldade não era migrar, mas permanecer na maior metrópole do país.

Jannuzzi (2000), em um trabalho que combinou uma revisão crítica da literatura sobre migração e mercado de trabalho com a exploração de um novo banco de dados, analisou o padrão de mobilidade social dos migrantes no Estado de São Paulo. Sua investigação baseou-se nas informações produzidas pela Pesquisa Regional de Amostra Domiciliar (PRAD); esta pesquisa coletou informações retrospectivas sobre a mobilidade espacial e ocupacional dos chefes de família que se deslocaram entre (ou para) municípios paulistas (ou entre zonas urbanas/rurais) no período de 1980 a 1993. Dessa forma, o banco possibilitava uma inovação metodológica, na medida em que os registros das trajetórias ocupacionais estavam vinculados aos deslocamentos espaciais. Para fins da análise,

Jannuzzi considerou apenas os indivíduos que tinham 15 anos ou mais em 1980 (que viria a se tornar chefes em 1993), para os quais as informações ocupacionais certamente gozariam de maior consistência. Os migrantes da amostra da PRAD têm características coincidentes com aquelas apresentadas por outras pesquisas (Castro., 1980; Martine e Peliano, 1978; Merrick e Graham, 1981, entre outros): são mais jovens do que os não-migrantes, apresentando em média 7 anos de diferença; apresentavam taxas mais altas de atividade, sendo que 83% dos migrantes participavam do mercado de trabalho, enquanto que entre os não-migrantes essa taxa reduzia-se para 69%; em contrapartida, com relação à desocupação, as taxas eram mais altas entre os chefes migrantes. Um dado curioso da amostra da PRAD e que se contrapõe aos estudos anteriores sobre o tema, foi à relativa superioridade educacional dos migrantes em relação aos não-migrantes. Segundo Jannuzzi, esse resultado decorre do aumento da participação da migração intra-estadual durante o período investigado, resultando em uma maior heterogeneidade social dos migrantes:

“Entre os migrantes no Estado de São Paulo, estariam sobre-representados os dois grupos extremos na escala educacional: os migrantes com poucos anos de estudo (possivelmente constituídos daqueles provenientes da zona rural e do Nordeste) e os migrantes com ensino médio ou curso superior completo (constituídos de indivíduos mais jovens, do próprio Estado, que estariam se deslocando em busca das oportunidades ocupacionais mais complexas nos serviços sociais, serviços auxiliares e na própria indústria de ponta localizada no raio de 200Km da capital)” (Jannuzzi, 2000, p.91).

O período analisado por Jannuzzi possibilita observar os efeitos estruturais de dois momentos distintos da performance da economia nacional sobre a dinâmica migratória da região; a década de 1980 com as sucessivas oscilações no desempenho econômico e o início da década de 1990 marcado pela reorganização da estrutura produtiva, associada, em grande parte, à abertura da economia brasileira ao mercado internacional. Observando a participação dos migrantes por setores de atividade, percebe-se que boa parte dos chefes migrantes que haviam estado absorvidos em ocupações industriais em 1980 estavam, no final do período, alocados em outros setores de atividade do terciário; segundo o autor, isto seria um resultado da reestruturação dos cargos e postos de trabalho por que passou a indústria paulista nos anos 90. Considerando ainda o ano de 1993, observa-se que a prestação de serviços foi o setor de maior absorção da mão de obra migrante, concentrando

17% dos chefes ocupados. A participação dos migrantes nos serviços domésticos mais do que dobrou no intervalo de tempo considerado, resultado da incorporação de chefes migrantes – predominantemente mulheres – provindas da agropecuária⁵, de outros subsetores da prestação de serviços e, surpreendentemente, da indústria de transformação. Os chefes migrantes ocupados no setor de construção civil, em 1980, foram os que tiveram menor mobilidade ocupacional, sendo que mais da metade deles estavam ainda trabalhando neste setor em 1993.

“No mais complexo mercado de trabalho do país, na pretensa modernidade da economia de serviços, servente de pedreiro e empregada doméstica ainda se constituíam em ocupações emblemáticas para incorporação dos migrantes, homens e mulheres. Talvez seja essa a explicação para a aparente solidez e regularidade dos fluxos migratórios – de homens, mulheres e famílias – do Nordeste em direção ao Estado nas últimas décadas”(2000, p.124).

Os dados da PRAD refletem as novas tendências migratórias que marcaram a dinâmica populacional durante a década 1980 em que predominaram as migrações intra-regionais e as de curta distância. Por isso, com o objetivo de apreender as possibilidades de mobilidade social de migrantes no Estado de São Paulo, Jannuzzi inova ao associar tipo de fluxo migratório e estratificação socioeconômica dos migrantes, assim, sua análise dá especial ênfase ao desempenho migratório (i) de migrantes oriundos da própria Região Metropolitana de São Paulo, justificado pela crescente perda populacional dessa região para o interior do Estado, assim como (ii) de migrantes como última residência no interior paulista, principal contingente populacional na formação dos novos aglomerados industriais que marcou o desempenho econômico paulista durante a década de 80; sem desconsiderar, é obvio, (iii) o contínuo fluxo de migrantes interestaduais para São Paulo, no qual os nordestinos são de longe a maioria. De acordo com Jannuzzi,

“...a segmentação do conjunto de migrantes segundo origem equivale a uma estratificação socioeconômica dos mesmos, dadas as grandes disparidades sociais existentes pelo território nacional, sobretudo quando comparados ao espaço paulista. Os migrantes refletem, em boa medida, as características sociodemográficas e ocupacionais de suas áreas de origem, o que lhes confere maior ou menor facilidade de engajamento ou progressão no mercado de trabalho”. (2000, p.143).

⁵ Camarano e Abramovay (1999), destacaram a predominância da participação feminina no processo migratório de tipo rural-urbano.

Para se ter idéia da heterogeneidade existente entre os diversos segmentos de migrantes, no grupo proveniente do Nordeste 46% dos chefes haviam estado ocupados na agropecuária em 1980. Em contrapartida, entre os migrantes da metrópole paulista, cujo nível de ocupação nas atividades rurais não alcançava 2%, notava-se que 39% dos chefes haviam estado ocupados no setor industrial no mesmo período. Em posições intermediárias, com níveis comparativamente elevados de mão-de-obra na agropecuária, e em menor medida na indústria, estavam os migrantes do interior paulista e do restante do país. Treze anos depois, observou-se, no caso dos migrantes nordestinos, que os setores ocupacionais da construção civil, os serviços domésticos e, sobretudo, a indústria de transformação continuavam funcionando como portas de entrada ao mercado de trabalho paulista; por outro lado, prestação de serviços, serviços sociais e os serviços auxiliares constituíram saídas de acesso para ocupações de melhor remuneração e status. A situação dos migrantes nordestinos contrasta com a dos migrantes oriundos da Região Metropolitana de São Paulo na medida em que os efeitos da conjuntura da década perdida e do processo de reestruturação produtiva na década de 1990 atingiram de forma mais aguda esses últimos, como é possível perceber pela perda mais acentuada de postos de trabalho na indústria – sobretudo nos setores mais complexos - e nos serviços auxiliares, além de um aumento do nível de desocupação. Nesse sentido, pode-se dizer, com Jannuzzi, que, “o aumento da parcela de migrantes ocupados na prestação de serviços – e também nos serviços domésticos – que se deu ao longo do período tem, pois, natureza muito diferente da mobilidade ocupacional ascendente dos migrantes do Nordeste, antes ocupados na agropecuária, construção civil ou serviços domésticos” (Jannuzzi, 2000, p.151).

Em síntese, um dos destaques da análise de Jannuzzi é debruçar-se sobre o desempenho de migrantes no Estado de São Paulo em um período de transição econômica: de um período de contínuo crescimento econômico que marcou a sociedade brasileira do pós-guerra até final dos anos de 1970, para um contexto de profunda e intensa reorganização econômica, marcada pela internacionalização da economia, mudanças nas estruturas produtivas e flexibilização das relações de trabalho, tendo tais transformações forte impactos na estrutura de emprego e nas novas formas de desemprego que caracterizam os mercados de trabalho, principalmente nas regiões metropolitanas.

Apesar da particularidade do período analisado, os resultados apresentados pelo autor reproduzem os achados de pesquisas anteriores. Dentre eles, talvez a mais importante seja que “a mobilidade ocupacional e social dos migrantes no mercado de trabalho paulista ao longo dos 13 anos analisados estão condicionadas, em primeira instância, à dinâmica conjuntural do emprego e à natureza das transformações estruturais que têm se processado na base produtiva nacional e paulista”. (2000, p.216). Nesse sentido, pode-se dizer que os migrantes internos não têm uma participação segregada no mercado de trabalho paulista, a despeito dos canais particularizados de acesso (emprego doméstico e construção civil) e da maior dificuldade de ascensão aos postos de mando comparativamente aos não-migrantes. Com isso, conceitos como “mercado secundário de trabalho” ou “enclaves étnicos”, que sugerem a existência de barreiras institucionais a que minorias e migrantes participem dos setores principais do mercado de trabalho, parecem pouco adequados para explicar a particularidade da inserção dos migrantes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (Wilson e Portes, 1980). Dados apresentados desde os anos de 1970 sugerem que os migrantes estão proporcionalmente presentes nos principais setores econômicos. Com isso não se quer dizer que os migrantes participem da mesma forma que os não-migrantes do mercado de trabalho paulista, haja vista que aqueles estão subrepresentados nos empregos de boa qualidade e participam intensamente em ocupações de baixa remuneração como emprego doméstico e construção civil, mas sim que os diferenciais entre os dois grupos resultam da interação no mercado, ou seja, das possibilidades de promoção de qualificação dentro de uma dada empresa, diferenças no reconhecimento dos capitais humanos, de estratégias específicas de procura de emprego, e assim por diante.

Novamente, os dados sugerem que o modo de incorporação dos migrantes está condicionado a critérios como escolaridade, qualificação e conhecimento prévio sobre as “regras do jogo” do mercado de trabalho da região de destino. No entanto, Jannuzzi destaca que o novo contexto migratório do Estado de São Paulo é marcado por uma maior heterogeneidade entre os migrantes. Tal heterogeneidade, segundo o autor, é determinada principalmente pelo local de origem dos migrantes, na medida em que, a depender das características médias em termos de escolaridade, estrutura ocupacional e dinâmica econômica da região de origem, os migrantes herdam vantagens ou desvantagens no processo de inserção e de mobilidade social na região de destino. Nesse sentido, Jannuzzi

chama atenção para o fato de que dada maior escolaridade, um melhor nível de qualificação profissional e a maior experiência no mercado de trabalho urbano, com média de idade mais avançada, os migrantes originários das regiões paulistas se colocam em condições diferenciadas em relação aos migrantes de outros estados, especialmente daqueles provenientes do Nordeste. A propósito do desempenho dos migrantes nordestinos dirá Jannuzzi:

“Migrantes provenientes do Nordeste sujeitaram-se a taxas mais elevadas de desocupação, pelo fato de reunirem um conjunto de fatores de risco a essa situação, como atributos sociodemográficos, ocupacionais e relacionados a trajetória espacial. Afinal eles eram, em média, mais jovens, com nível de escolaridade mais baixo, egressos de ocupações de baixa qualificação na agropecuária e em outros setores tradicionais. Além disso, a ampla maioria dos migrantes nordestinos se dirigiu para a Região Metropolitana de São Paulo, onde as taxas de desocupação estiveram sempre maiores em todo o período. Com esse ‘*portifólio* pessoal’ iniciaram seu histórico ocupacional no mercado metropolitano nos postos de trabalho típicos de baixa qualificação, nos serviços domésticos, prestação de serviços, construção civil e na própria indústria. Para aqueles que conseguiram “sobreviver” ao contexto adverso, abriram-se oportunidades de mobilidade ocupacional para outros setores, para ocupações de nível intermediário na escala socioocupacional. Mesmo para aqueles que não ascenderam socioocupacionalmente na escala – como um trabalhador rural que viesse a se tornar um servente de pedreiro na Região Metropolitana de São Paulo – a possibilidade da conquista de um emprego com carteira poderia ter um significado simbólico – e material – importante”. (Jannuzzi, 2000, p.217).

3.4 Anos 1990: um novo padrão migratório?

A divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2000 indicou um recrudescimento do movimento migratório para o Estado de São Paulo e uma reversão do saldo migratório para a região metropolitana, passando de um saldo negativo de 26.405 entre os anos de 1980/1991 para um saldo positivo de 24.399 entre anos 1991/2000. Entretanto, observando mais atentamente os resultados, percebe-se que as mudanças não foram tão radicais como parecem, à medida em que é ainda possível identificar tendências anunciadas no censo anterior. No caso, observa-se que o impacto da migração no crescimento populacional foi mais pronunciado no Interior do Estado; na Região Metropolitana de São Paulo, o resultado positivo do saldo migratório deveu-se, basicamente, ao crescimento dos municípios do entorno. Quanto ao município de São

Paulo, verificou-se uma pequena recuperação no saldo migratório, mas não o suficiente para modificar sua característica de área de evasão demográfica. Ainda sobre a cidade de São Paulo, vale notar que, embora essa área tenha apresentado saldos migratórios nos dois últimos censos demográficos, sua população continua crescendo, ainda que as taxas decrescentes, o que sugere uma sorte de troca populacional.

No que se refere às migrações interestaduais e ao seu impacto na Região Metropolitana de São Paulo percebe-se que o aumento de imigrantes foi reduzido (na ordem de 3%), ainda que bastante significativo do ponto de vista analítico ao mostrar com maior nitidez tendências da nova dinâmica migratória nacional, no caso: (i) a já observada e propalada redução da migração oriunda dos estados de Minas Gerais e Paraná, (ii) e um surpreendente aumento da migração de nordestinos para a região, mesmo em um contexto de recessão econômica.

Essas novas tendências desafiaram os estudiosos da migração na medida em que questionavam um dos pressupostos básicos de grande parte das teorias migratórias, qual seja, o de que a possibilidade de obter melhores condições de vida – traduzidas comumente como inserção no mercado de trabalho da região de destino, onde os trabalhos costumam ser financeiramente mais rentável – seja o principal motivo que levaria milhares de pessoas a deixarem a sua região de origem. Durante a década de 1990 a Região Metropolitana de São Paulo passou por um forte processo de reestruturação da sua base produtiva, que teve como consequência uma reorganização dos processos de trabalho, especialmente na indústria, uma flexibilização das relações de emprego, uma redução das oportunidades ocupacionais, principalmente nos setores mais estruturados, e o surgimento de um desemprego estrutural ocasionado pela inovação tecnológica combinada com o fraco crescimento econômico. Nesse contexto, seguindo as teorias da atração e expulsão, seria possível antever que a Região Metropolitana de São Paulo perderia poder de atração para os migrantes, principalmente aqueles com baixa escolaridade e qualificação profissional, dado o aumento dos riscos de desocupação e da seletividade no acesso ao mercado de trabalho.

Alguns trabalhos como o de Jannuzzi (2000) e, mais especificamente sobre a década de 1990, de Cunha e Dedecca (2000) e de Dedecca e Cunha (2004) sugerem que os migrantes, principalmente aqueles com menor tempo de residência, estiveram mais vulneráveis no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, sendo a taxa de

desemprego um bom indicador das dificuldades de inserção e permanência vivenciadas por esse grupo no mercado. Dedecca e Cunha, tomando como referência os anos de 1989 e 2000, mostraram que a taxa de desemprego na Região teve um incremento significativo, segundo dados da PED, passou de 10% da PEA em 1989 para 19,4% da PEA em 2000. Esse crescimento foi muito mais acentuado entre os migrantes com menos de 3 anos de residência na metrópole paulista, passando de 15,7% em 1989 para 26% em 2000. Mas, ainda assim, o volume de migrantes nordestinos aumentou durante os anos 1990. Jannuzzi (2000) argumentou que a continuidade desse fluxo migratório justificar-se-ia pela relativa complexidade da economia da metrópole paulista, onde a quantidade de postos de trabalho oferecidos e a diversidade setorial da estrutura produtiva poderiam, ainda que por tempo limitado, compensar a situação de incerteza e de precariedade a qual seria submetida parcela considerável da população de baixa escolaridade e escassa qualificação no mercado de trabalho metropolitano nos anos 1990.

Além disso, pode-se argumentar que a existência das redes de relacionamento familiar e interpessoal minimizariam os custos da empreitada abrindo, assim, a possibilidade de “tentar a sorte” na metrópole. No entanto, Dedecca e Cunha apresentam alguns resultados que mostram que, dado o caráter estrutural das mudanças ocorridas no mercado de trabalho paulista, como veremos em detalhe no capítulo que dedicaremos à análise das trajetórias, mesmo aqueles migrantes com mais tempo de residência na região sentiram os efeitos da reestruturação econômica. Comparando o desempenho dos migrantes com mais de 10 anos de residência na Região Metropolitana de São Paulo entre os 1989 e 2000, os autores identificaram um acréscimo de quase 10% na taxa de desemprego – de 9,1% para 18,5%; assim como, um decréscimo igualmente significativo – 10 pontos percentuais – na participação desses migrantes nos setores mais estruturados do mercado (ocupações assalariadas em estabelecimento com mais de 5 empregados) – e um aumento sensível na participação das mulheres migrantes com mais de 10 anos de residência na RMSP na ocupação de empregada doméstica⁶. Esses dados sugerem que a situação dos migrantes recém-chegados a São Paulo foi bastante dificultada durante a década de 1990,

⁶ Vale destacar o aumento significativo das migrantes com 3 a 9 anos de residência na RMSP na ocupação de empregada doméstica – de 20,8% em 1989 para 30,1 em 2000 – fato que certamente dificultou ainda mais a inserção dos migrantes recentes no mercado metropolitano de trabalho, já que, como vimos, essa é a principal ocupação de acesso das migrantes ao mercado de trabalho da RMSP.

pois não puderam contar tão intensamente quanto antes com a rede de apoio dos seus conterrâneos, já que muitos deles, durante o processo de reestruturação do mercado de trabalho metropolitano, haviam sido deslocados para ocupações mais precárias ou mesmo passaram a viver entre o desemprego e o emprego precário, situação que não é exclusiva dos migrantes nordestinos, mas como sugerem as pesquisas, é mais proeminente neste grupo.

No entanto, a resposta ao recrudescimento da migração nordestina para São Paulo durante os anos 1990 poderia ser encontrada em uma maior precarização das condições de vida no Nordeste, o que tornava a Região Metropolitana de São Paulo uma possibilidade de alternativa à pobreza. Talvez seja válido referir a uma desaceleração econômica da Região no período, haja vista que, embora o processo de reestruturação produtiva tenha atingido com mais ênfase a base produtiva do Sudeste, não deixou de afetar a dinâmica econômica de outras regiões. No caso do Nordeste, Cano (1995) identificou um retrocesso da indústria química baiana e pernambucana e uma intensa contração dos setores têxtil e de confecção em quase toda região, ocasionando um forte impacto na disponibilidade de emprego formal na Região. Por outro lado, apesar desses dados, Patarra (2003) observou um aumento do volume de “migrantes retornados” originários do Sudeste do país, o que indica, novamente, um movimento de circularidade dos trabalhadores em busca de uma cada vez mais errática oportunidade de emprego estável e melhor remunerado.

Esses dados sugerem que, para se entender os movimentos migratórios contemporâneos, principalmente aqueles de tipo interestadual, tem-se que ter em conta a **reversibilidade** do deslocamento. O custo da migração baixou consideravelmente nas últimas décadas; as descrições sobre os deslocamentos empreendidos pelos migrantes em meados do século XX nos famigerados “paus-de-araras” nos dão a medida da evolução: as malhas rodoviárias estão consideravelmente mais complexas e a acessibilidade ao transporte aéreo está mais ampliado. Por outro lado, as sucessivas gerações que se deslocaram para São Paulo desde o início do século passado criaram uma sorte de conhecimento prévio das condições de vida na região de destino, além de uma rede de acolhida ao chegar que facilitam em muito a inserção do migrante recém-chegado, tanto no mercado de trabalho como no novo contexto social, sem contar com a difusão dos meios de

comunicação que, segundo Faria (1992), teve um efeito homogeneizador nos padrões culturais (e de consumo) do país.

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 o deslocamento populacional predominante no Brasil foi de tipo rural-urbano. Dada a homogeneidade das condições de vida nas áreas rurais, marcadas pela atividade agrícola com organização do trabalho centrada na unidade familiar, e pela distância existente entre aqueles espaços e os centros urbanos para onde os migrantes se dirigiam, grande parte dos pesquisadores que estudaram as dinâmicas migratórias internas no Brasil (e na América Latina, de um modo geral) percebiam a migração como uma figuração de processos sociais - tais como a modernização agrícola, a industrialização e a urbanização - que marcaram o desenvolvimento do país (e da região) na segunda metade do século XX. A migração aparecia em grande parte das pesquisas como um “campo de pesquisa estratégico” capaz de apreender os limites e as possibilidades das grandes transformações macro-estruturais que desafiam intelectuais e agentes políticos a pensarem a viabilidade de um Brasil Moderno.

Nos anos 1980, por sua vez, os movimentos migratórios internos ganharam uma nova dimensão, que foi percebida pela produção acadêmica. Sales (1989) em suas pesquisas sobre as transformações da agricultura nordestina no Agreste pernambucano documentou *in locus* a existência de um novo ciclo de migração, caracterizado pelo aumento na dificuldade dos migrantes se estabelecerem no local de destino devido às restrições à sua inserção nos mercados de trabalhos metropolitanos. Nas palavras da autora:

“Não se tratava dos [migrantes] que vinham estabelecer-se no Sul ou buscar condições para voltarem a viver no Norte. O fluxo que se configurava então era o das idas e vindas intermitentes, não necessariamente ligados à sazonalidade do emprego agrícola na área de destino. Sua causa era mais estrutural e vinculada às próprias não-condições de sobrevivência nas áreas de origem. [...]. Tratava-se de um fluxo menos palpável na sua correlação com uma base produtiva, cujas causas repousam na política de capitalização do campo. É a busca quase desesperada de sobrevivência que os impele para onde já existe um fluxo migratório preestabelecido. Só que para eles já não estão mais abertas as portas do mercado de trabalho, como estavam para os primeiros migrantes que percorreram os mesmo fluxos de migrações inter-regionais. Vivem de bico, arranjam-se de qualquer modo no local de destino e retornam ao adquirirem dinheiro suficiente para comprar a

passagem de volta, um relógio de pulso, um rádio de pilha, que podem, no momento seguinte, ser o recurso necessário para um futuro retorno, situação da qual não vêem qualquer perspectiva de livrar-se.” (Sales, 1989, p.58).

Sales destacou ainda que, enquanto na década de 1950 o êxodo rural para as grandes cidades industriais representava, nas palavras do ex-presidente Juscelino Kubitschek, um “sintoma de progresso”, na medida em que tal deslocamento era resultado da modernização do campo e, ao mesmo tempo, alimentava as empresas modernas ansiosas por força de trabalho, três décadas depois a saída de trabalhadores do campo era fruto de uma “não-política” em que o Estado se negava a resolver, em termos sociais e econômicos, a problemática dos contingentes que iam ficando à margem do desenvolvimento da agricultura brasileira.

A relação entre dinâmica industrial e deslocamento populacional tornou-se cada vez mais complexa nas últimas décadas. Ainda que o projeto governamental de desconcentração industrial iniciado na década de 1970, principalmente com os grandes investimentos do II PND – Zona Franca de Manaus, Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), Fiat em Betim (MG), Pólo Petroquímico de Triunfo (SC), etc. - tenha sido responsável por redesenhar o mapa da estrutura produtiva no país, seu impacto na dinâmica populacional foi percebido apenas na década seguinte, quando ocorreu o amadurecimento dos investimentos. Segundo Cano (1995), as mudanças apresentadas no Censo de 1991 foram em grande parte resultado da formação de novos pólos produtivos que aumentaram a capacidade de retenção populacional em regiões expulsoras de população, associadas à crise econômica que atingiu predominantemente a taxa de emprego industrial no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, área de maior atração populacional do país. Entretanto, nos anos 1990 a redução drástica dos investimentos governamentais em políticas regionais e industriais, a abertura econômica ao comércio externo e as novas lógicas de investimentos globais levaram a uma reconcentração das atividades industriais nas regiões econômica e tecnologicamente mais adiantadas do país; no entanto, os seus efeitos sobre os deslocamentos populacionais foram minorados, estando longe de reeditarem o nível de concentração populacional apresentado até os anos 1970. Isso porque, segundo Baeninger e Mattos (2001):

Firstly, because as the 1970's illustrated, the population does not follow the geographies of economic activities linearly. Secondly, the new industrial paradigm is anchored in low levels of labor absorption, privileging the most qualified workers. Finally, the urbanization levels of areas outside the South-central axis absorb a large portion of the populations that potentially could migrate to the so-called historical areas of economical concentration, consolidating a relatively deconcentrated urban network. (2001, p.12).

No caso da urbanização, vale dizer que, no Censo de 2000, mais de 80% da população brasileira residia em áreas urbanas. Disso decorre que a maioria dos movimentos migratórios ocorrido dentro do país deu-se entre áreas urbanas. Além disso, desde os anos 1980 tem-se observado uma queda significativa das taxas de crescimento das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo e, por outro lado, um crescimento vertiginoso das cidades de pequeno e médio porte. O interior paulista é um exemplo desse novo processo de urbanização; nota-se que, enquanto nos anos 1960 o saldo migratório da região era de 450 mil negativo, nos anos 1990 o saldo positivo foi de mais de 1 milhão de pessoas. (Baeninger, 1999, Patarra e Pacheco, 1997). Por fim, esse nível de urbanização do país alterou o significado da migração e, principalmente, a relação entre os migrantes e a cidade, que no caso dos migrantes nordestinos quase sempre era apresentada como uma relação de oposição. Ainda no caso dos migrantes nordestinos em São Paulo a diferença regional é reiterada pela diferenciação entre campo (ou sertão, referência ao Nordeste⁷) e cidade (representada na metrópole paulista). Essa diferenciação não estava imune a uma valoração moral. Como mostraram Novaes e Mello (1998), em belíssima análise sobre novas formas de sociabilidades que surgem com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro no século XX, “a vida da cidade atrai e fixa [os migrantes] por oferecer melhores oportunidades e acenar um futuro de progresso individual, mas também porque é considerada uma forma superior de existência”. Dessa forma, os moradores das cidades viam-se como ‘gente moderna’, ‘superior’ em contraposição aos homens e mulheres do campo, uma ‘gente atrasada, ‘inferior’. Em 1950, destacam ainda os autores, “os 10 milhões de cidadãos muito provavelmente consideravam a imensa maioria dos 41 milhões de brasileiros que moravam nas zonas rurais como ‘matutos, caipiras e jecas’”.

⁷ De fato é a região com maior população rural do país. (Abramovay e Camarano, 1999)

Nas últimas décadas, quando a taxa de urbanização superou a marca dos 50%, homogeneizando o padrão de vida de grande parte da população brasileira, a distinção entre campo/sertão e cidade precisa ser feita com *granus salis*, buscando menos uma oposição e mais continuidades. Além disso, o deslocamento de população entre áreas urbanas resulta em novas (ou não tão novas assim) formas de ocupação do solo urbano (aumento da favelização, ocupação de áreas de mananciais, revigoração dos cortiços) que reatualizam problemas e questionamentos sobre planejamento urbano, pobreza urbana, política habitacional etc.

Procuramos deixar evidente que a análise dos movimentos migratórios não nos remete hoje, de modo simples e diretamente, a processos macro-estruturais tais como a urbanização, industrialização ou a modernização agrícola. Esses processos estão certamente inter-relacionados com a dinâmica migratória, mas os elos de ligação entre eles são bem mais complexos porque atravessados por uma série de mediações observáveis apenas quando atentamos para outras “escalas” de análise⁸.

Nesse sentido, nossa hipótese é de que, ao abordarmos as migrações internas como um tema sociológico e tomarmos a inserção dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo como objeto de estudo, devemos realizar um deslocamento na perspectiva de análise. A literatura anterior sobre o tema, embora elucidativa, tratava secundariamente os processos que no momento nos interessam, a saber: as estratégias de ação, os mecanismos de associação, os processos de identificação/estigmatização, as redes de solidariedade, etc. Em outras palavras, partindo de um contexto de aumento da incerteza nas condições de ocupação no mercado de trabalho paulista, como ocorre nos anos 1990, e tendo em mente a maneira aguda a qual o reajuste no padrão de funcionamento deste mercado atingiu a população migrante, sobretudo os nordestinos, que têm contra si a “herança social” da região de origem, a colocá-los em desvantagem em relação aos naturais e aos migrantes de outras regiões (Jannuzzi, 2000), interessa investigar se os trabalhadores migrantes nordestinos lançam mão de estratégias de procura de emprego informadas pelo sentimento de pertença a uma comunidade regional; se haveria uma comunidade de ajuda mútua que garantiria a sobrevivência durante os períodos

⁸ Por exemplo, se no momento de instalação de um parque industrial no Brasil, nos anos 50, o deslocamento populacional apresentou-se como uma condição, hoje, no seu processo de desconcentração para outras regiões do país, esse deslocamento é uma consequência, muitas vezes desagradável.

(cada vez mais longo) de desemprego; se a possibilidade da migração de retorno ao local de origem influenciaria nas expectativas em relação ao desempenho no mercado de trabalho paulista; se o capital humano acumulado pelos migrantes nordestinos com maior tempo de residência na metrópole paulistana é por eles avaliado de maneira diferenciada no movimento de saída do desemprego; se a condição de migrante e de nordestino apresentou-se como uma barreira na inserção ou na mobilidade desses trabalhadores no mercado de trabalho. Para tal, propomos uma análise exploratória sobre os mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho reestruturado a partir da observação de trajetórias ocupacionais de trabalhadores migrantes nordestinos. A isto dedicaremos o próximo capítulo.

4. Trajetos e Destinos: um exercício de análise de trajetória ocupacional de migrantes nordestinos em São Paulo

4.1 Trajetos e Destinos: percursos migratórios e trajetórias ocupacionais

Neste trabalho o nosso propósito é analisar o desempenho de migrantes nordestinos no mercado de trabalho da metrópole paulista em um contexto marcado pela reestruturação produtiva e crise econômica. Ao longo dos capítulos anteriores argumentamos extensamente no sentido de que a vulnerabilidade que marcou as novas condições de trabalho a partir dos anos de 1990 atingiu de maneira diferenciada grupos sociais distintos. No caso dos migrantes nordestinos, estudos como os de Dedecca e Cunha (2004) Cunha e Dedecca (2000), Jannuzzi (2000), Aranha (1996) sugerem que as transformações do mercado de trabalho ocorridas na década passada, centradas nas regiões mais desenvolvidas do país, a Região Metropolitana de São Paulo entre elas, dificultaram a inserção de novos migrantes no mercado e, ao mesmo tempo, fragilizaram a situação dos migrantes com mais tempo de residência na região; isso resultou tanto da considerável redução de ocupações no setor industrial, setor produtivo socialmente mais seguro e onde os trabalhadores eram politicamente mais organizados, quanto do aumento do setor informal.

Para seguir refletindo sobre como se dava a inserção neste mercado de trabalho, retomaremos, neste último capítulo, dados de um estudo qualitativo de trajetórias ocupacionais de migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole, entre os anos de 2001 e 2005 (Guimarães, 2003 e 2005 a). As trajetórias foram recolhidas por meio de entrevistas aprofundadas com indivíduos de ambos os sexos, de idades variadas e com distintas formas de inserção profissional no mercado de trabalho paulista. No processo de reconstrução dessas trajetórias ficou patente que as experiências de trabalho dos migrantes ultrapassam os limites das suas vidas profissionais. Dadas as expectativas do migrante e da sociedade que o recebe, para esse grupo social a reflexão sobre a experiência do trabalho após a migração confunde-se com a realização de um projeto de vida marcado pelo desenraizamento do lugar de origem; assim,

é possível dizer que a inserção na atividade produtiva constitui-se no principal parâmetro para avaliação da decalagem entre o destino abandonado e o destino almejado. Além do mais, a análise das trajetórias deixou evidente que as condições de adaptação na metrópole, as possibilidades de inserção e de mobilidade no mercado de trabalho, as expectativas de futuro e, principalmente, para os propósitos da dissertação, os efeitos da crise ocasionada pela reestruturação econômica variam consideravelmente a depender das representações de gênero, das condições estruturais da economia paulista no momento da chegada do migrante, da densidade das redes de sociabilidade já estabelecidas no local de destino e da posição na família.

Se a reconstrução de trajetórias ocupacionais por meio de histórias de vida dos migrantes não nos possibilita descrever as direções e o volume dos fluxos migratórios de nordestinos para metrópole paulista, ela nos permite entender processos sociais dotados de sentido, cuja significação se torna visível quando interpretados de uma perspectiva diacrônica. Além do mais, a análise dos trajetos desses trabalhadores, principalmente daqueles que chegaram antes dos anos de 1980, nos permite acompanhar o processo de modernização da sociedade brasileira de um ponto de vista bastante particular, pois esses indivíduos, no curso de suas vidas, participaram ativamente da mudança social de uma sociedade agrária e rural para uma sociedade urbana e industrial. Observar essa mudança ao nível dos indivíduos nos permite acompanhar uma pluralidade de destinos particulares, que reconstróem um espaço de possibilidades mais amplo, constituído em função dos recursos próprios a cada indivíduo ou ao grupo ao qual pertence; nessa perspectiva, deixamos de ver os migrantes apenas como produto, e passamos a encará-los também como produtores desse processo social.

Assumimos, com Revel (1998), que a mudança da escala de observação, privilegiando o nível das micro-histórias, permite desnaturalizar os mecanismos de agregação e de associação, insistindo nas modalidades relacionais que os tornam possíveis e recuperando as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva. Com efeito, Revel colocou com pertinência os dilemas que se constituem em verdadeiras pedras no sapato de grande parte dos estudos migratórios contemporâneos (mas, não só desses):

“Que não se pode mais, hoje, explicar a industrialização ou a urbanização, ou ainda a mobilidade geográfica ou social como fenômenos englobantes que imporiam sua lógica própria aos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, é provavelmente uma afirmação que não choca mais ninguém. Que a identidade de uma coletividade, de uma profissão ou de uma classe não pode mais ser considerada evidente por si só ou não pode mais ser definida apenas com base na descrição estatística de propriedades comuns, independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem, também é outra afirmação que parece indiscutível – mesmo que permaneça em aberto o problema de saber como articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular e a ação coletiva” (Revel, 1998, p.10-11).

Quando atentamos para as histórias de vidas dos migrantes o que entra em cena são as práticas sociais, o agenciamento da vida cotidiana. Trata-se de refletir sobre questões do tipo: “Onde e com quem morou ao chegar na região de destino?”, “Como se conseguiu o primeiro emprego em São Paulo?”, “Quem indicou aquela empresa?” “Porque foi demitido daquele emprego?”, assim por diante. No entanto, isso não significa um distanciamento das análises macro-estruturais; ao contrário, o desafio da análise de trajetória é ver como indivíduos que de um determinado ponto de vista compartilham dos mesmos recursos ou pertencem a um mesmo grupo social são capazes de traçar percursos sociais distintos. Nesses termos, trata-se menos de rejeitar os condicionantes macro-estruturais e mais de procurar uma estratégia de pesquisa que possibilite descrever a maneira como grandes processos sociais são vivenciados por indivíduos singulares⁹, que consiga articular indivíduo e sociedade, pois, como bem lembra Lahire: “Para compreendermos o social no seu estado dobrado, individualizado, é necessário ter um conhecimento do social no seu estado desdobrado, alargado; ou, dito de outra forma, para dar conta da singularidade de um caso, é necessário compreender os processos gerais de que este caso não é senão um complexo” (2008, p.385).

Por certo, uma abordagem biográfica não permite um acesso direto às práticas dos sujeitos. O contexto de construção do discurso é permeado por um jogo de relações em que o entrevistado controla a imagem de si que deseja apresentar para outro – o pesquisador; por sua vez, a simples presença desse último coloca em cena uma série de tensões sociais – de gênero, de classe, racial, regional – que perpassa todo o processo de interação entre

⁹ O pleonasma não é gratuito; ele pretende chamar atenção para o fato de que não se está aqui em busca de casos exemplares, ou seja, de indivíduos que “incorporem” todos os traços arquetípicos de determinados grupos sociais.

entrevistador e entrevistado e que se desenrola ora em uma relação de cumplicidade, ora de condescendência, mas também, por vezes, de conflito aberto. Por fim, o pesquisador tem de estar atento ao viés teleológico característico da prática biográfica, na medida em que, como bem destacou Bourdieu:

“O sujeito e objeto da biografia (o investigador e investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada [...]. Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estratos sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”. (Bourdieu, 2000, p.184).

No entanto, é sempre bom lembrar a famosa idéia de Marx de que os indivíduos não estão livres de constrangimentos ao conduzirem as suas próprias vidas. E é nesse entremeio que a análise de trajetórias reconstituída a partir de histórias de vida se localiza. Partindo do suposto de que o discurso produzido na entrevista é produto da relação entre o pesquisado e o pesquisador, logo, há que se ter em mente que se trata de uma relação social em que se mobilizam esquemas de percepção e de interpretação do mundo social comumente distintos e por vezes opostos, relação essa que permite enunciar certas experiências e impede o surgimento de outras. Diante do produto dessa relação social – que é o relato, o depoimento, a narrativa biográfica, etc. – “o trabalho do sociólogo consiste”, de acordo com Lahire, “em tentar reconstruir as formas de relações sociais que estão na origem da produção de informações liberadas no âmbito de uma forma de relação social especial: a entrevista”. (1997, p.75).

4.2 Contexto da Pesquisa e Os Casos Selecionados

O material empírico utilizado foi produzido no contexto da pesquisa “Desemprego: aspectos institucionais e biográficos. Uma comparação Brasil, França e Japão” realizada entre os anos de 2001 e 2005, no Centro de Estudos da Metrópole, com o apoio da FAPESP

e CNPq, e coordenada por Nadya Araújo Guimarães. Os casos que serão analisados foram selecionados de um banco de dados formado por meio da pesquisa domiciliar “Mobilidade Ocupacional”, levantamento por amostra representativa da população em idade ativa da Região Metropolitana de São Paulo, que foi conduzida como módulo suplementar à PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, que foi a campo entre abril e dezembro de 2001. Os entrevistados foram selecionados por sorteio dentre os respondentes a este questionário domiciliar e que tinham uma característica em comum: eram migrantes nordestinos vivendo na Região Metropolitana de São Paulo a , no máximo, três anos e que estavam à procura no momento da pesquisa. Os indivíduos assim selecionados foram abordados em suas residências., no intervalo de seis meses a um ano, depois de terem respondido ao *survey*. As entrevistas foram conduzidas por uma equipe de pesquisadores formada por um entrevistador principal e um assistente – ambos credenciados como pesquisadores a serviço da Fundação Seade – a fim de realizar uma entrevista em profundidade sobre as suas condições de trabalho¹⁰.

Os migrantes com pouco tempo de residência eram, na pesquisa sobre o desemprego, apenas um dos grupos de risco, que foram alvo do levantamento qualitativo subsequente. Quatro outros grupos foram também analisados:

a) operários/operárias - chefes-de-família, com idade igual ou maior que 35 anos e com experiência longa (igual ou maior que cinco anos) na última ocupação no setor industrial na Região Metropolitana de São Paulo, e que houvessem sido demitidos por iniciativa da empresa;

b) mães – mulheres que tentavam o reingresso no mercado depois de terem dele se retirado para ter e criar filho(s);

c) jovens – rapazes e moças, entre 16 e 24 anos, que tentavam seu primeiro ingresso no mercado de trabalho com uma escolaridade não tão elevada que os fizesse imperdíveis, mas nem tão baixa que os tornasse inadequados;

d) gerentes e chefias intermediárias - , homens e mulheres, com considerável experiência de comando nos serviços que foram desempregados de suas funções pelos processos de intensa reestruturação produtiva;

¹⁰ Os entrevistas foram conduzidas por Nadya Araújo Guimarães e Mônica Pedro, com apoio de Marcus Faebelow e meu próprio.

Para cada um desses cinco grupos foram selecionados cerca de 24 casos, sendo 12 titulares e 12 de reposição. Ao final, 60 indivíduos puderam ser reencontrados e entrevistados. No caso dos migrantes nordestinos recentes, doze casos foram inicialmente pré-selecionados a partir de sorteio doze casos. No entanto, dada a sua elevada mobilidade espacial na metrópole, corriqueira entre aqueles com pouco tempo de residência na região, foi possível reencontrar e entrevistar somente quatro daqueles inicialmente pré-selecionados. Entretanto, a grande presença dos nordestinos na composição do mercado de trabalho paulista, permitiu que localizássemos outros onze migrantes “antigos”, ou seja, com mais de 10 anos de residência na metrópole; eles se distribuem entre os entrevistados de três outros grupos-alvo, os “operários”, as “operárias” e as “mães”¹¹.

A despeito de se ter adotado um procedimento aleatório de seleção dos casos, observam-se algumas similaridades entre os casos selecionados que são convergentes com aspectos destacados na literatura sobre migração interna. A primeira que salta aos olhos é o padrão de incorporação dos migrantes no mercado de trabalho metropolitano: a construção civil e o emprego doméstico são as suas grandes portas de entrada no mercado de trabalho paulistano. Outro dado interessante é a idade com que esses migrantes decidem deixar o local de origem; quase todos chegaram em São Paulo ainda jovens, com 18 a 21 anos de idade, o que sugere a pista de que a principal motivação era, de fato, a busca de uma ocupação. Por fim, dada a predominância de migrantes antigos no conjunto de casos selecionados, grande parte deles é originária de áreas rurais e trabalhava em atividades agrícolas antes de se deslocarem para São Paulo. Embora, como dito, não tenhamos nenhuma pretensão de que os casos selecionados representem a diversidade e a complexidade dos fluxos migratórios de nordestinos para São Paulo, esses primeiros achados deixam antever que os casos sorteados para o estudo qualitativo reproduzem algumas das características marcantes e que foram destacadas pela literatura relativa à experiência migratória.

¹¹Dado que o sorteio dos casos foi realizado aleatoriamente chama atenção a ausência de migrantes nordestinos no grupo de gerencia e chefias intermediárias e no grupo dos jovens. Ainda com relação à similitude dos perfis encontrado, Guimarães destaca que “a imensa maioria dos nossos entrevistados era formada por indivíduos que viviam em condições de pobreza e privação que muito os distanciava dos que os entrevistavam” (Guimarães, 2005 a, p.12).

Ari: “A história do Lula lá em São Bernardo, também faço parte dela aqui em São Paulo”

Ari nasceu na cidade de Mombassa – Ceará no ano de 1949. Cresceu na fazenda do seu avô, onde seu pai era responsável por uma pequena gleba de algodão, além de manter um pequeno roçado para cultivo dos alimentos de subsistência, que ficava sob a responsabilidade de sua mãe. Trabalhou durante toda a infância e parte da adolescência na lavoura. Quando contava com nove anos de idade, Ari perdeu seu pai, por ser o filho mais velho, teve que assumir, junto com a mãe, a responsabilidade pela sobrevivência da família.

É, eu não tinha pai; quer dizer, eu a partir dos meus 9 anos eu já colocava minha rocinha lá pra colher arroz, feijão, algodão, batata, gergelim, amendoim, essas coisas, sabe. A partir dos 9 anos, já comecei. (Ari)

Ari trabalhou na agricultura até os 18 anos de idade, dividindo-se entre o cultivo do roçado e a colheita do algodão: “quando eu vim pra São Paulo, eu tinha 16 tarefas de algodão selvagem, pronto pra ser colhido”. Munido somente da certidão de nascimento e com alguns rudimentos de educação formal, Ari migrou em direção à capital paulista em busca de melhores condições de vida, logo que atingiu a maioridade. Ao chegar, em 1967, morou por oito meses na casa de uma tia que havia migrado para São Paulo na década de 1950. Passado menos de dois anos, foi a vez de sua mãe migrar, trazendo com ela dois dos seus cinco irmãos. Em poucos anos, toda a sua família estava residindo em São Paulo, todos na região de Santo Amaro, zona sul da cidade.

Nos primeiros meses de estada em São Paulo, Ari trabalhou como servente de pedreiro fazendo sarjetas e guias de ruas para empreiteiras clandestinas que empregavam temporariamente trabalhadores sem registro e direitos trabalhistas, os famosos “gatos”. Ficou nessa ocupação o tempo suficiente de conseguir o dinheiro para tirar os documentos, “eu fui um João-de-barro lá na construtora”, ironiza Ari.

Daí por diante a sua trajetória ocupacional tomou outro rumo; passou primeiro a participar do mercado formal e logo entrou no setor industrial onde teve uma sucessão de vínculos, relativamente longos, até se aposentar em 2002. Para seguir os termos de

Guimarães (2005), diríamos também que esta é uma trajetória típica de operário do sexo masculino, brasileiro, no período fordista, marcada por uma recorrência de empregos.

O primeiro emprego registrado do Ari foi uma empresa de transporte aéreo, em 1969, na função de serviços gerais. Nove meses depois, entrou em uma indústria de cosmético onde trabalharia por três anos e oito meses. Ari enfatiza que essa foi a única empresa da onde fora, de fato demitido, segundo ele, devido a uma desavença com a chefia:

A partir daí comecei a ficar mais esperto, sabe (risos), assim... a gente quanto não tem experiência, você trabalha que nem um burro de carga e quando você dá uma respiradinha, o chefe olha pra sua cara assim... e fala: 'esse cara é vagabundo' (Ari).

Nesse momento, Ari faz de vez a conversão para o mundo operário. Com menos de um mês desemprego, Ari é admitido pela Telefunken, empresa de aparelhos eletrônicos, onde trabalharia os próximos nove anos. Nessa empresa ele teve a sua primeira experiência de mobilidade dentro do mercado de trabalho industrial: entra na empresa como ajudante geral e logo é promovido a auxiliar de supervisão. A passagem pela Telefunken é estratégica para se entender a trajetória ocupacional do Ari, pois, ali ele entraria em contato com a Pastoral Operária, organização sindical clandestina apoiada pela Igreja Católica, com sede na Vila Joaniza, na região de Santo Amaro.

Esse foi o momento mais controverso da entrevista, já que Ari e Marina, sua esposa, que também trabalhou na Telefunken e participou com ele das reuniões da Pastoral, divergem sobre a importância que teve a participação política nessa empresa na formação da “consciência política” do casal, termos utilizados por eles próprios. Para Ari, a participação na Telefunken foi apenas um momento preparatório para a sua verdadeira atuação política como um organizador de greve, que teve lugar na empresa em que viria a trabalhar ao ser desligado da Telefunken. Para Marina, por sua vez, a militância na Pastoral Operária foi marcante para a sua atividade política, para a do Ari e da família de um modo geral. Ela consegue identificar uma linha de continuidade entre a participação deles dois na

Pastoral Operária e a participação dos seus filhos atualmente na Pastoral da Juventude: *Oh, Ari, a Pastoral Operária é como agora a Pastoral da Juventude!*¹²

Ari saiu da Telefunken em 1982, devido à mudança da empresa para a Zona Franca de Manaus. Essa foi sua primeira experiência de desemprego. Ele ficou durante onze meses procurando um novo trabalho, e não é de espantar, pois esta foi uma conjuntura econômica difícil, de crise e retração das oportunidades de trabalho. Isto causou uma piora no padrão de vida da família:

Quando eu saí de lá [da Telefunken] eu fiquei 11 meses desempregado. Gastei toda a indenização de 9 anos de trabalho. Graças a Deus, só não faltou comida em casa, mas foi embora toda. Não comprei nem um par de sapato com a indenização de 9 anos. Com uma indenização de 9 anos, dava até pra dar uma entrada numa casa, comprar um carro. Não comprei um sapato. O sapato que eu tinha eu furei andando, eu saía daqui e ia parar lá na ponte João Dias, nas empresas que tinha por ali. Pelo menos uma vez por semana, eu fazia isso. (Ari).

Foram as redes de apoio mútuo, forjadas na Telefunken por intermédio da atividade sindical, que possibilitaram a sobrevivência da família em uma experiência tão longa de desemprego. Elas ajudaram a ultrapassar o período sem chegar a uma situação de extrema penúria ou, por outra, sem entrar no mercado de trabalho informal e dispensar o capital humano acumulado no último emprego. Hirata e Humprhey (1989), em uma pesquisa realizada com trabalhadores demitidos do setor metalúrgico durante a crise de 1981-1983, constataram que, conquanto desempregados, esses trabalhadores mantiveram-se ‘metalúrgicos’ - metalúrgicos desempregados - ou seja; sua origem ocupacional seguia sendo provedora de auto-reconhecimento e de reconhecimento pelos outros. Nesse sentido, a crença na possibilidade de retornar ao “setor de origem” permitiu que aqueles trabalhadores com alguma experiência no setor industrial resistissem ao setor informal e

¹² É possível dizer que, com o afastamento da Marina do mercado de trabalho sua atividade política continuou informada pela Igreja Católica. Como veremos adiante, essa via alternativa de militância fez com que mobilizasse um outro tipo de capital político se comparado com o do Ari, mais ligado às relações comunitárias estabelecidas no âmbito do bairro e não mais da fábrica:

Marina – A gente se encontrava na Igreja com a Pastoral e, na Pastoral, a gente tirava as idéias do que a gente iria fazer dentro dos sindicatos. Fazia bem assim um agrupamento dentro da Pastoral, porque era quase todos da Pastoral e quase todos dos sindicatos. Mas eu não cheguei a participar diretamente de greve, dessas coisas não.

Ari – Ela saiu fora...

Marina – É, como eu entrei e pela gravidez eu sai; aí, eu não participei.

criassem estratégias de sobrevivência alternativa baseada em uma solidariedade de classe. Entretanto, não é um exagero dizer que a situação de desemprego do início da década de 1980 foi o primeiro ato de uma retração econômica que, com oscilações, se prolongaria até o momento da entrevista. Esse fato não passou despercebido a Ari:

Já era o desemprego começando. Foi o começo do embalo do desemprego que tá hoje. Foi o começo, então, juntou as duas coisas. Foi uma dificuldade tremenda. Só não passei fome porque nós, cutistas, a gente era muito unido. Quem dava as ordens, quem ainda hoje dá as ordens metalurgicamente aqui em São Paulo ainda é a Força Sindical. Mas nós se sentia, era cutista; dentro do movimento sindical a gente era cutista, politicamente tentando derrubar a Força Sindical, mas sempre num grupo menor. Ai, dentro desse grupo cutista, através de um amigo, a gente formou um Fundo de Solidariedade, né. Ainda hoje eu tenho a carteirinha aí. Quando... depois de cinco meses desempregado, eu comecei a pegar cesta básica desse fundo, porque quando eu tava empregado, eu contribuía e aí aonde que eu comecei a gastar um pouco menos da minha indenização, começou a diminuir a uma velocidade menor. Quando eu comecei a trabalhar, o meu depósito bancário era exatamente o suficiente pra fazer a compra do mês seguinte. Com mais um mês que eu ficasse desempregado, eu não tinha mais o que comer. Por muito pouco a gente não passa fome. Nove anos de trabalho e depois ... é uma frustração, a gente no sonho da casa própria, com 9 anos de indenização, opa, é agora. E foi tudo embora. Demorou muito pra gente ter a uma nova chance de comprar a casa. (Ari)

Em abril de 1984, Ari entra na Elebra como operador de máquina operatriz. Nessa empresa ele completará o segundo grau [atual ensino médio] e implementará a sua formação profissional no Senai. Em vários momentos da entrevista Ari chama atenção para o fato de ter chegado em São Paulo “quase analfabeto” e de ter conseguido obter quinze diplomas do Senai. Na Elebra, Ari também protagoniza como uma liderança política, organizando as atividades sindicais dentro da empresa, tendo chegado a organizar um movimento reivindicatório pelo reconhecimento profissional dos funcionários, momento que descreve com riqueza de detalhe:

Nessa época aí, tinha aqui na nossa região através de uns amigos, né, uns movimentos sindicais se preparando pra se levantar contra a ditadura. A história do Lula lá em São Bernardo, também faço parte dela aqui em São Paulo. Então, a gente através do padre Maurílio, um dos idealizadores da Pastoral, que fazia essas reuniões da Pastoral Operária e aconselhava a gente como agir. Lembro que nessa época eu trouxe pra Pastoral Operária que todo mundo na Elebra era operário de

máquina; e eu me sentia (e como eu os meus outros colegas) capacitado a ser torneiro, oficial torneiro, fresador, daí por diante, ferramenteiro. E lá na carteira estava como operador de máquina operatriz. O salário era metade do que deveria ser, ou menos da metade. Aí, por orientação da Pastoral Operária, depois eu fiquei sabendo que ia ter uma reunião de salubridade do pessoal da Futura, então, eu fui lá, como da usinagem, na reunião. Aí, expus o problema na reunião e um mês depois, foi eu e mais três; 15 dias depois, foi eu e mais 10; vinte dias depois foi eu e mais 50. Aí preparamos a greve, né? A partir da Pastoral Operária idealizada aqui na nossa região pelo padre Maurílio, a gente conseguiu fazer a greve. Aí, todo mundo pegou as suas classificações: torneiro, fresador, prensista, ferramenteiro, tudo que tava dentro do corpo da usinagem mecânica, a gente conseguiu. Só que todo mundo, como era acordo sindical e é pesado muito nos cofres da empresa fazer essa mudança radical, né, todo mundo entrou como 1/2 oficial da sua própria função. Daí a poucos meses, não lembro quantos meses, passava-se a oficial, e com isso eu consegui, eu consegui oficial fresador, que era operador de máquina operatriz, passou pra 1/2 oficial fresador; daqui a pouco, pra oficial fresador. Todos os colegas nesse mesmo ritmo. Quer dizer, eu consegui esse benefício. (Ari)

Ari pede demissão da Elebra em 1987, pois percebe a possibilidade de entrar em uma empresa melhor, a Sandivick. No entanto, devido a crises econômicas sucessivas que marcaram a dinâmica do mercado de trabalho na década de 1980, o projeto do Ari não se concretizou e ele ficou seis meses desempregado.

Boa empresa e tal... Eu tinha um amigo lá dentro e eu tinha muita vontade de trabalhar lá. Pedi a conta, pedi a conta não, levei meu chefe no papo, ele me mandou embora, depois de cinco anos, na Elebra, pra mim entrar na Sandivik. Só quecomo....estava acontecendo uma modificação na estrutura interna lá e esse meu amigo não sabia, quando ele veio ficar sabendo dessa... dessa nova modelação, que estava acontecendo internamente, eu já estava demitido da outra. Aí foi lá e veio cá, foi lá e veio cá... e pedi a conta e fiquei na rua. (Ari).

Estava ficando cada vez mais evidente que se tratava de um novo contexto socioeconômico, em que as possibilidades de mobilidade dos trabalhadores nos mercados interno e externo de trabalho, mesmo para aqueles trabalhadores qualificados, estavam cada vez mais restritas. Já no caso de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional, como era o caso da maior parte dos migrantes que chegaram à metrópole paulista nos anos de 1980, a possibilidade de mobilidade estava bloqueada, para usarmos o termo de Faria (1992). Nesse momento, assiste-se o início do processo de reestruturação produtiva no Brasil, em ritmo mais moderado do que se assistiria na década seguinte, mas

com fortes efeitos nas empresas de grande porte, com o enxugamento das funções de chefias, desverticalização da estrutura organizacional e o princípio de uma informatização do processo produtivo.

Passados os seis meses de desemprego, Ari trabalhou os seis meses seguintes em duas empresas “fundo de quintal”, palavras dele próprio (e sobre as quais não falou muito), até retornar a uma “empresa de verdade”, uma empresa de grande porte e bastante conceituada “metalurgicamente falando”, principalmente, no campo da organização sindical, que era a Villares. No primeiro encontro que tivemos com Ari, ele nos contou que havia conseguido o emprego na Villares por indicação de um “amigo que nem conhecia”. Estranhamos a declaração, mas não aprofundamos o assunto na ocasião. No segundo encontro, Marina, que estava ausente na primeira entrevista, contou-nos como Ari realmente conseguiu seu emprego na Villares:

E _ E como o senhor conseguia esses empregos, o senhor via placa, jornal?

Ari – É eu via as placas, mas nesse ponto aí a minha capacidade teórica principalmente era muito boa. Como eu falei pra você, eu tinha 12 certificados do Senai, então eu já saía na frente.

Marina – Não, olha, ela ta perguntando pra você bater na porta, quem te indicava?

E – Como é que o senhor procurava?

Ari – Então, eu via placa lá, me submetia as prova...entrava na competição e ganhava a competição lá e...

E – Ah, tá, então, o senhor ia, olhava as placas, via no jornal...

Marina – Na Vilares foi diferente.

E – Como é que foi na Vilares?

Marina – Na Vilares, quando as crianças começaram a fazer pré-escola e eu cheguei na porta...

Ari – Via amigo, né.

Marina – Tava no comecinho das aulas, né. Aí, eu sou muito tagarela e não tô nem aí pra nada, aí, cheguei e gritei no meio de todo mundo: “oh, quem tá com o marido trabalhando aí, se surgir uma vaga de metalúrgico, me avisa, que o meu tá desempregado?”. Tinha uma colega muito caladinha assim, sem falar nada, aí, viu

que tinha duas crianças na pré-escola, sabia do problema de bronquite daquele menino, que já tava lá, era mais velhinho, acho que...

Ari – Que é o terceiro, né.

Marina – Já tava um ano que tava lá, né, aí, tava entrando a outra. Não, era o começo dele também, mas ela já sabia porque logo na primeira semana, ele ficou internado. Aí, ela ficou calada. Isso era onze horas da manhã. Quando foi três horas da tarde, o marido dela foi buscar a menina. Aí, ele também perguntou. A gente não se conhecia, não sabia de nada, quem era quem: ‘quem é a mulher que tava pedindo emprego pro marido?’.

E – Ah, meu Deus. Que interessante.

Marina – Aí, eu falei: ‘fui eu’. Aí, ele falou assim: olha, teu marido tem que ir lá agora comigo. Me colocou no carro dele e veio até em casa. Chegou, carregou, fez a ficha, tava precisando justamente, tava precisando, mas era aquela tal coisa, não podia colocar uma placa, porque se colocasse uma placa, porque senão fazia uma fila de Km, né. Então, só quem sabia era as pessoas internas. Ele como era um líder de seção, tinha um cargo elevadíssimo lá dentro, ele sabia dessa vaga, que era em uma outra seção, tá e foi aonde ele chegou e falou: ‘quem é a mulher e tal’. Eu falei: ‘sou eu’. Vamos lá que eu vou levar teu marido. Na hora, ele foi em casa comigo, ele [Ari] até se assustou, porque chegou da rua e encontrou uma pessoa desconhecida dentro de casa. Aí, eu disse: ‘esse rapaz vai te levar na Vilares’.

Esse depoimento ilustra, entre outras coisas, a inserção da Marina do espaço público do bairro onde vive. Como adiantamos, Marina participou da Pastoral Operária quando trabalhava na Telefunken em 1973. Ela é dispensada dessa empresa no ano seguinte, depois de sete meses de casada e quatro de gravidez, devido a um procedimento, informal mas efetivo, de gestão de pessoal da empresa que não permitia a permanência de casais no quadro de funcionários, prática que não se restringia a Telefunken:

E – Antes de casar a senhora trabalhava?

Marina – Até sete meses depois de casada. Na primeira gravidez, ainda era ditadura militar; ou ficava o marido trabalhando na empresa ou ficava a mulher. E não tinha essa que tava grávida e não podia ser mandada embora. Podia sim e fui mandada embora com 4 meses de gestação.

E – Vocês se conheceram na mesma empresa?

Marina – Não, a gente se conhecia antes, casamos e trabalhamos na mesma empresa. Aí, ou ficava um ou ficava o outro. É óbvio que eu não ia ficar lá. Não

tinha direito nenhum como grávida, como gestante, como nada. Eu era uma funcionária normal. Então, ficava o marido, que pelo menos tinha mais estabilidade, né. Eu precisava cuidar da criança depois.

Desde então, Marina retirou-se do mercado de trabalho, ao qual só retornaria apenas em 2000, quase trinta anos depois. Entretanto, durante esse longo intervalo que ficou fora do mercado, Marina realizou uma série de atividades remuneradas, via de regra realizadas em seu próprio domicílio, o que a literatura costuma denominar como trabalho domiciliar por conta própria (Bruschini e Ridenti, 1993), com vistas a incrementar a renda familiar. Refletindo sobre a sua própria trajetória ocupacional, Marina nos disse:

“Eu não ficava desempregada, mas também não parava no emprego. Naquela época quase não se registrava em carteira. Então, você entrava e saía, entrava e saía, até que eu entrei na Telefunkon, fiquei lá sete meses, por conta da minha gravidez eu sai e fui ser dona de casa. Só que neste meio tempo aí, eu vendia roupa, vendia sapato, se uma criança pedia um doce eu tinha, vendia sorvete, fazia unha, me formei em cabeleireira, trabalhava como cabeleireira informal, mesmo que não dava pra trabalhar a semana inteira, trabalhava no final de semana... Nunca, assim pra falar, “fiquei parada, esperando cáí do céu”, não. Então, eu ia assim, pulando, cuidava da casa e cuidava dos servicinhos...sempre me virei muito bem”. (Marina).

É notável a variedade de serviços e produtos que Marina comercializa e todos eles visando como mercado consumidor a sua vizinhança. Esse caso enquadra-se perfeitamente no que Sassen (1998) denominou de uma “subeconomia de bairro” que consiste em um conjunto de atividades direcionadas a satisfazer a demanda de produtos e serviços para uma população de baixa renda, moradora de bairros relativamente homogêneos do ponto de vista da composição social¹³; nesse mercado, a formação da clientela, as formas de pagamento, a organização do trabalho e a manutenção do empreendimento são fortemente dependentes das redes sociais estabelecidas localmente.

Tal como registrado na literatura sobre trabalho domiciliar feminino, fica evidente no caso de Marina que o seu engajamento nesse tipo de atividade foi determinado por sua posição no grupo familiar. Ao “decidir” tornar-se dona de casa, Marina estava ao mesmo

¹³ Sassen está se referindo aos bairros de imigrantes e negros nos Estados Unidos onde o nível de renda dos moradores fica muito aquém da média do país. Tal fato, leva esses grupos a recorrer a mercados alternativos de bens e serviços, quase sempre informais e menos custosos. Para uma interessante descrição da diversidade do mercado informal direcionados aos trabalhadores mexicanos moradores do Vale do Silício, em São Francisco, ver Zolniski (2000).

tempo assumindo as responsabilidades das atividades reprodutivas, tais como cuidar dos filhos e da casa. Dessa forma, qualquer outra atividade que viesse desenvolver tinha que ter em conta certa flexibilidade de tempo que possibilitasse compatibilizar a realização das duas tarefas. Entretanto, a administração do trabalho doméstico e do trabalho domiciliar só é possível devido ao auxílio de parentes, vizinhos e amigos com os quais se estabelece uma rede de mútua colaboração.

Nessa época as crianças eram todas pequenas, a Alessa e o Alison vieram com 11 meses de diferença. Ele tinha 11 quando ela nasceu. E mesmo assim, tinha dia que as minhas clientes de unha, sentava, fazendo a mão e com o pé balançando o carrinho de alguém. E eu fazendo a unha. Aí, um fazia a mamadeira, outro lavava a fralda. Enquanto eu fazia a unha de um, outro trocava a fralda de outro. A cliente trocava a fralda do filho, pra que eu pudesse fazer a unha dela depois, uma dava banho, outra fazia mamadeira, outra limpava a casa, passava a vassoura aqui e eu ia fazendo unha. Tinha Natal que chegava onze e meia da noite, os clientes se cumprimentavam e entravam o Natal. (Maria).

O caso do Ari coloca alguns questionamentos para os estudos de estratificação social que tomam a posição sócio-ocupacional como informação definidora da posição da família em uma dada escala social. No caso em questão, ainda que Ari tenha uma história de trabalho que pode ser considerada típica do trabalhador da era fordista – experiência de mobilidade social ascendente, poucos vínculos de emprego, aposentadoria, casa própria, etc – não é possível entender o seu nível de renda e o padrão de vida da família observando somente o desempenho econômico do chefe. Como bem destacou Marina, “*Tinha mês que na minha economia informal, eu tirava o mesmo salário que ele. Colocava na ponta do lápis e a gente tirava o mesmo salário*”. Fica evidente, assim, que as atividades dos outros membros da família são determinantes para a manutenção e reprodução do grupo, de sorte que posição social, padrão de consumo e mobilidade dificilmente seriam compreensíveis se nos atvéssemos apenas ao chefe provedor e esquecêssemos-nos daqueles que estão fora do mercado formal de trabalho. Nas palavras de Bruschini e Ridenti, “a subsistência diária e intergeracional das famílias, mesmo em economias caracteristicamente capitalistas, está longe de se resumir ao recebimento dos salários, já que depende também de outras relações de trabalho e também de relações puramente sociais” (1993, p. 90).

Nesse sentido, embora Ari considerasse como suplementar a renda auferida por Marina, fica claro que o rendimento da esposa não era dispensável quando se armava a equação da manutenção do padrão de vida da família. Pelo contrário, na medida em que a maior parte do rendimento da Marina era gasta com alimentação e com utensílios para casa, a participação dela na renda familiar possibilitava a diversificação da cesta básica, o aumento no consumo de eletrônicos e eletrodomésticos e, principalmente, permitia à família poupar parte da renda para adquirir bens mais caros os quais, no caso das famílias das classes mais baixas, seriam principalmente a casa própria (ou o terreno para auto-construí-la) e o automóvel.

Marina retornou ao mercado de trabalho em 2000 para trabalhar como agente de saúde comunitária no Programa Saúde da Família da Prefeitura Municipal de São Paulo. Coincidentemente, nesse mesmo ano, Ari saiu definitivamente da Villares, depois de trabalhar 11 anos nessa empresa, sendo que os dois últimos anos já na condição de aposentado. Agora, ele atua como temporário, na função de motorista para empreiteiras contratadas pela Prefeitura de São Paulo, para realizar obras no Programa Tapa-Buraco. Nesse momento, as trajetórias ocupacionais do Ari e da Marina tornam a se cruzar. Ambos utilizam-se do capital social acumulado na atividade política sindical, partidária e comunitária a fim de conseguir uma ocupação em um momento de crise econômica e de alta seletividade no mercado de trabalho que desfavorece aqueles com mais idade. No caso de Ari, por exemplo, o conhecimento da região e o contato com funcionários da Prefeitura tornam-se um trunfo de grande valia no vai-e-vem das empresas contratadas:

E – O senhor conseguiu esse trabalho como, seu Ari?

Ari – É, esse trabalho, a gente já tem um certo conhecimento no tipo de serviço, aí, interessa às pessoas. Pela experiência que eu tenho no serviço. Por exemplo, eu tava na Era Técnica [nome da empresa], aí, a outra ganhou a concorrência dela... ‘Oh, eu gostaria de uma pessoa que...’; aí, me chamam. Vai que essa perde a concorrência e eu tenho experiência, conheço bem a área e tô na Sub-prefeitura de canto a canto, aí, interessa. Digamos que essa não ganha a concorrência e a outra ganhar; então, àquela outra interessa que eu continue na frente do trabalho, não interessa se é essa empresa, se é aquela ou aquela. Tá entendendo?

E – E aí quem indica? É alguém da Prefeitura que indica? Ou são as pessoas que conhecem?

Ari – Quando eles ganham a concorrência, o cara às vezes é lá de Taboão, é lá do Rio Grande da Serra; a empresa, ela vem e ganha a concorrência aqui em São Paulo; o cara fica desesperado “e agora, onde que eu vou arrumar caminhoneiro, onde que vou arrumar os operário, onde é que vou arrumar um líder que possa”. Aí, já apela por causa disso, né?

E – Mas, aí quem indica é a própria prefeitura, que fala que “aquela empresa tem a pessoal tal...”

Ari – Não, não, não. Ele... eu também dou uma de esperto, vou lá e “eu tenho experiência, conheço a área e aí?” Você tá entendendo?

No caso da Marina, o acesso à vizinhança facilitou a tomada de decisão de retornar ao mercado de trabalho depois de tanto tempo; trata-se de um ambiente que ela conhece bem. Além disso, nesse momento, todos os quatro filhos estavam crescidos e “encaminhados”, em busca de uma posição no mercado de trabalho. Marina deixa registrado na entrevista que o seu envolvimento com o Programa Saúde da Família, além de ser uma fonte de renda, passa pela militância política:

E – A senhora continua trabalhando como agente de saúde?

Marina – Continuo. Tem mais um ano pra Marta ficar aí e tem mais um ano pra o agente comunitário permanecer; porque o próximo ano, o próximo governo que entrar, ninguém garante nada.

E – A senhora acha que é possível que sejam dispensados os agentes?

Marina – Eu acho, eu acho. Eu acho assim, não vai acabar, não vai extinguir. [...] O pessoal fala “mas é uma lei federal”. É uma lei federal? É, é uma lei federal. Então, por que os outros não implantaram? Não era obrigatório implantar? Não. Por exemplo, Vitória da Conquista tem a oito anos, porque o governo de lá também é petista. Desculpa, mas eu... a verdade é essa. Em Araraquara também. Em Ribeirão Preto também. Por que São Paulo não tinha? Por que não tinha? Porque não tinha um governo que queria. E se o próximo que entrar falar “eu não quero pegar o PSF, não quero pegar o Programa de Saúde da Família”, ele deixa morrer. Aí, vai ficando ruim, vai faltando as coisas, vai isso, a população começa a reclamar, o agente comunitário começa a trabalhar descontente, o médico da equipe também, a enfermeira também e vai sabe assim mingando...

A maior preocupação do casal agora é a colocação dos filhos no mercado de trabalho. Eles têm quatro filhos, todos adultos, sendo que o mais velho tem 28 anos e a

mais nova 16 anos de idade. Desses, somente o mais velho tem um emprego registrado; os outros estão trabalhando como temporários ou estagiários. O fato de morarem em uma região com alto índice de violência na cidade de São Paulo também era uma fonte de preocupação; o cuidado para que os filhos não “desviassem para o lado do mal” levou os pais a se empenharem em envolver os filhos nos grupos de jovens organizado pela Igreja Católica, a Pastoral da Juventude, na qual Marina milita ativamente junto com os filhos.

Chegando a São Paulo no final dos anos de 1960, Ari pertence a uma geração de migrantes que realizou sua trajetória ocupacional onde o crescimento econômico, impulsionado sobremaneira pela indústria, trazia as marcas de uma norma fordista. Por outro lado, a medida em que nos aproximamos do período da aposentadoria, percebemos com mais força os efeitos da reestruturação econômica na trajetória do Ari. Perguntado sobre o sentido do seu longo percurso de trabalho em São Paulo, Ari responde de maneira lacunar, com pouco entusiasmo e certo alívio por ter conseguido se aposentar. Na mesma hora, Marina complementa a resposta do marido de maneira categórica, enfatizando a importância de terem constituído uma família de trabalhadores, de terem passado para os filhos valores por eles cultivados, o que para ela é mais importante do que ter feito uma mobilidade social ascendente mais pronunciada:

E – Somando tudo isso, eu queria que o senhor falasse o que significa depois de tanto tempo está aposentado, agora.

Ari – Não é grande coisa não, mas pelo que eu vejo pelos outros que tão chegando nessa fase que eu cheguei, tão numa situação bem pior do que a minha. Então, eu tenho que dar graças a Deus por ter conseguido.

Marina – Agora, tem uma coisa assim que eu considero, não sei se eu sou diferente de todo mundo, mas eu considero que a nossa vida tanto a dele que veio do Nordeste, sofreu o que ele sofreu, eu conseqüentemente sofri também porque você sofre quando a cabeça de uma pessoa não é aberta, termina sofrendo hoje, né, o que nós conseguimos foi montar uma família. A gente não tem grande coisa, a gente não tem nenhum advogado, nenhum médico, mas a gente não tem nenhum bandido na família. Isso nós aqui, essa casa, tá. Tenho um de 30 anos que não fuma e não bebe, tem esse aqui que bebe uma cervejinha no domingo num churrasco, tem o outro que tem o terceiro colegial na mão, entrando num cursinho, tem ela que fez tudo que eu falei pra vocês e tá bem dentro de casa, não fuma, não bebe, não usa droga. Então, o mais importante de toda essa luta nossa foi constituir uma família honesta e uma família de valores, sem contar que esses dois mais novos pertencem a uma pastoral de igreja. (...) Apesar das rasteiras que a gente levou do tal Collor de Melo, do Fernando Henrique, da ditadura militar,

depois de todas essas rasteiras que a gente levou, a gente conseguiu, como se diz, levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima e continuar com a vidinha de pobre, né, sofá rasgado, casa caindo aos pedaços, mas a família tá inteira.

Ramos: “São Paulo aqui hoje, pra quem quiser ouvir, podem até achar ruim, mas acabou São Paulo”

Ramos é natural de Inhambu, interior da Bahia. Aos 54 anos de idade, reside no bairro do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. Ramos chegou à capital paulista no ano de 1965. Pertencendo a uma família numerosa (19 irmãos), decidiu, aos 17 anos, vir para o sudeste a fim de “aliviar” seu pai com as despesas familiares. Ramos vivenciou um momento de franca expansão da economia paulista e de grande oferta de emprego. Dessa forma, a chegada de Ramos em São Paulo foi marcada por uma mistura de estranhamento e entusiasmo. Estranhamento, pois a distância que marcava as formas de sociabilidade entre o lugar de origem e a de destino eram grandes; mas, ao mesmo tempo, de entusiasmo, na medida em que esses migrantes eram recepcionados com oportunidades de trabalho, mesmo que, na grande maioria das vezes, de má qualidade:

Eu estive [no centro da] cidade; foi antes de ontem, sexta feira. O que a gente vê de mendigo, não tá escrito. Pobre coitado! Eu fico só analisando. Quando eu cheguei aqui em São Paulo, ali no Brás, chegavam os caminhões do norte. Nessa época a rodoviária era na rua da Cantareira. O pessoal vinha esperar a gente pra arrumar trabalho; os donos de construção, os donos de restaurante.[...] Então eles queriam trabalhar, mas só com nortista, né? Entendeu? Então eles chamavam pra trabalhar. Já pegava e levava pro acampamento; “quer trabalhar? Vamos.”. A gente na rodoviária e já ia trabalhar. E hoje? Eu cheguei em São Paulo dia 5 de junho de 65, quando foi dia 6 já tava trabalhando. (Ramos).

E foi assim que Ramos conseguiu seu primeiro trabalho, na construção civil, como servente de pedreiro. Passados três meses, por intermédio de um amigo que era copeiro, Ramos começou a trabalhar como auxiliar de garçom e depois como garçom em um restaurante, onde ficou por três anos. O tempo em que trabalhou nesses dois empregos pode ser considerado como um período de adaptação à cidade, momento em que adquire os códigos da vida urbana, que envolve desde tirar os documentos pessoais até estabelecer redes de contatos que viabilizem informações sobre novas oportunidades de emprego. Além

disso, nesses dois primeiros empregos, Ramos residia no local de trabalho, estratégia comumente utilizada pelos migrantes recentes no processo de inserção ao ambiente urbano, por contribuir para a redução dos custos de vida na metrópole. Quando perguntado sobre os motivos que o levaram a sair do restaurante, Ramos, sem hesitar, diz:

É porque nessa época aí eu arrumei negócio de casamento, né? Aí eu casei e fui trabalhar em fábrica.[...] É melhor [na fábrica], porque garçom trabalhava sábado, domingo, feriado, e fábrica não trabalhava com esse tipo de coisa, fábrica é até sexta-feira, né? (Ramos).

Durante 32 anos, Ramos trabalhou em várias empresas metalúrgicas – Benfica, Lafonte, Monark, Metal Leve, Ita Magnésio, Imabi, Metalúrgica Rica – todas na região de Santo Amaro, antigo aglomerado industrial da cidade de São Paulo, fortemente atingido pelo processo de reestruturação produtiva dos anos 1990.

Ramos organiza seu discurso em dois grandes momentos: um em que havia empregos e outro, o atual, em que há um desemprego generalizado. Ele aposentou-se em 1996, por tempo de serviço e até esse momento não havia vivenciado uma situação de desemprego. A passagem de uma ocupação para outra era quase sempre motivada por decisão dele próprio e o acesso a um novo posto era facilitado pelo “poder da carteira de trabalho” e pela disponibilidade de empregos; em síntese, sua trajetória ocupacional fora marcada até ali pela recorrência de emprego (Guimarães, 2005a). Com evidente nostalgia, Ramos recupera esse período:

E- Ao sair da Metal Leve o senhor arrumou rápido [outro emprego] na IMABI?

Ramos- Menos de 15 dias. [...] naquela época lá, você só não trabalhava se não quisesse. Não exigia estudo, era só fazer a ficha e tendo saúde, o resto a firma completava. Eles queriam trabalho, não queriam estudo. Naquela época pra arrumar emprego [o que importava] era experiência e outra, tinha emprego. Quando mandei o meu currículo pra Ita Magnésio eu mandei também para Alcoa, lá em Cotia. As duas mandaram me chamar com quase uma semana. Mas como a Ita Magnésio era mais perto, eu preferi ficar aqui, que era aqui na [Av. Nossa Senhora dos] Sábara. (Ramos)

A avaliação de Ramos acerca do mercado de trabalho é, ao mesmo tempo, uma avaliação da cidade de São Paulo. Ramos questiona a “locomotiva do país”, cujo fracasso

sinaliza a derrocada de todo um projeto de desenvolvimento que elegeu São Paulo como “berço da modernidade”, uma cidade que, nas palavras de Ramos, passa de “pai da Nação” para “pai da miséria”.

Quando você mandava a carta lá pro norte pra sua mãe e seu pai, falava “eu tô trabalhando”. Aí, o pai logo falava assim “bem que eu queria um serviço” (rindo). E hoje? Ave Maria! Você sabe que hoje você sai pra arrumar trabalho e já sai desanimado? Eu saio de casa sem esperança, né. Porque não tem outra alternativa, né. Hoje, tá louco, Deus me livre. Hoje, eu tenho dó dos paulistanos. Porque quem era São Paulo antigamente? Era o lugar pra empregar o pessoal. Dizia que aqui era o “pai da nação” e hoje tá sendo o “pai da miséria”. (Ramos).

Ramos deixa claro, em diversos momentos, que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, e na sociedade de um modo geral, mais do que resultado de uma crise cíclica da economia, refletem uma transformação estrutural, que ele marca com precisão no tempo histórico da cidade, “*Rapaz, aqui, mais ou menos de 65 até os anos 80, aqui era o céu*”. Os anos de 1990 são um verdadeiro torvelinho, tornando incerta a história ocupacional de grande parte da população, atingindo tanto os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional, quanto aqueles ocupados em posições de chefias médias. Ramos insiste na idéia de que o processo de precarização das condições de vida nas últimas décadas é resultado de transformações econômicas, mas, principalmente, fruto de um novo momento político que abandona o projeto de ter São Paulo como o epicentro do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, processos como o de reestruturação produtiva e de desconcentração industrial são por ele percebidos como restringindo as possibilidades de uma vida digna para parte considerável da população.

Esse nosso governo [referência ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso] é o pior governo que nós tivemos até hoje. Eu tô aqui em São Paulo desde 65; esse foi o pior governo que eu vi até hoje, em termos de trabalho. Você acha que esse negócio de bandidagem é por que o cara quer? Porque não arruma emprego. Não é porque o cara quer, não é; eu vejo, não é porque o cara quer. Porque eu vejo aí, cara que tem estudo, não arruma trabalho. Agora, veja uma coisa, quem é culpado, não é o governo? Se as firmas tão indo embora de São Paulo, o culpado não foi ele? Que nem a Metal Leve tá em Mogi-Guaçu, eu trabalhei lá. A Carter Pilar tá em Piracicaba. A Wallita tá pra Minas Gerais. Essas firmas aí pegavam por mês, era uma média de 1000 funcionários por mês. E hoje? Agora, onde é que esse pessoal vai viver, hoje, pelo amor de Deus? (Ramos)

A face mais obscura desse novo momento do mercado de trabalho é o desemprego, um problema social:

E – Aqui tem muita gente desempregada na rua?

Ramos – Aqui, acho que a rua todinha. Só tem acho esse menino que trabalha na Ford, esse outro trabalha de cobrador. Eu vejo aqui tá tudo desempregado, porque não tem alternativa. Porque hoje se você perder o emprego, não vai arrumar mais outro. Hoje em dia, eles querem cara novo, que sabe falar aí vários idiomas, né.[...] Se ele for um cara que não tiver um colegial, eles não pega. Eu vejo. Eu vejo lá, cara novo, lá onde eu trabalho, andando de mendigo na rua, pedindo comida pra comer. Você acha que é porque eles querem?

Ramos sobrevive, atualmente, com diferentes fontes de renda. Além da aposentadoria, ele trabalha como camelô “vendendo CD original” no famoso Largo Treze na região central do distrito de Santo Amaro. Recebe ainda uma quantia por alugar uma de suas casas. Certamente, Ramos não está vivenciando uma situação de pobreza extrema; por outro lado, não é possível dizer que ele tenha experimentado um movimento de descenso da classe média. Idealmente, Ramos realizou a sua trajetória operária/migratória com sucesso: constituiu família, adquiriu uma casa própria, comprou uma pequena propriedade no Nordeste, conseguiu aposentar-se. No entanto, o que lhe traz a consciência da precariedade das condições de vida, da vulnerabilidade ocupacional são as condições de vida dos seus dois filhos que na época da entrevista tinham respectivamente 30 e 27 anos de idade. Ambos estavam desempregados, sendo que um deles possui formação universitária, mas, ao que parece, dependia de auxílio financeiro do pai para sobreviver.

Naquela época, você podia dizer que iria arrumar sua vida [em São Paulo], e hoje? Agora, hoje, um rapaz solteiro não consegue comprar um terreno e construir uma casa pra arrumar uma família. Eu tô com dois filhos solteiros, você acha que eles não casaram porque querem? Porque não pode. Vai casar desempregado? E hoje não tem alternativa. Não tem. É o que eu falo, não tem outra alternativa. (Ramos)

Como relação ao futuro, Ramos pretende voltar para Bahia, onde tem um sítio e viver “mais sossegado” com o que recebe de aposentadoria. Porém, para finalizar sua

trajetória aqui em São Paulo resta-lhe um último desafio: *eu não fui pra Bahia morar definitivo ainda, porque meus filhos não casaram tudo ainda, mas na hora que eles casarem tudo...*

Em uma comparação entre as trajetórias de Ari e Ramos sobressai a semelhança da posição social dos dois casos: período de chegada em São Paulo, motivos da migração, fácil acesso ao mercado de trabalho, trabalharam no setor metalúrgico, conquistaram a aposentadoria, adquiriram casa própria, etc. No entanto, as trajetórias desses dois trabalhadores migrantes divergem consideravelmente em relação aos níveis de profissionalização e de escolaridade. Fatores que serão decisivos na negociação de uma nova posição no mercado de trabalho no momento de reconversão desse mercado nos anos de 1990.

Quando chegaram em São Paulo, tanto Ari como Ramos tinham pouca escolaridade e nenhuma experiência em trabalhos industriais, mas isso era uma realidade para maioria da força de trabalho industrial. Ademais, num momento de franca expansão industrial, era “moeda corrente” entre os trabalhadores que as possibilidades de inserção e mais ainda de mobilidade no setor industrial eram maiores quanto mais qualificada fosse a carteira de trabalho (mensurado por meio de um cálculo que levava em conta o tempo dos vínculos empregatícios, o porte da empresa anterior e o nível salarial) e maior fosse o conhecimento profissional (cujo retorno, para a maioria dos trabalhadores com poucos anos de estudos formal, era mais imediato do que o aumento da escolaridade). Nesse sentido, torna-se inteligível que Ari tenha obtido quinze diplomas do SENAI; tratava-se de uma estratégia de mobilidade que estava dada no chão de fábrica. Por outro lado, tudo nos leva a crer que o investimento do próprio Ari na escolaridade explica-se, em grande medida, pela sua participação no sindicato. Agier e Castro (1995) analisando a trajetória de operários da Petroquímica de Camaçari, em Salvador, identificaram que aqueles que se tornaram lideranças sindicais tiveram um percurso social marcado por uma maior escolarização, comparado com a escolaridade média do operariado, conseqüência do jogo político onde as credenciais escolares são ativos importantes nos momentos das negociações.

Entretanto, no momento de reestruturação do mercado de trabalho, como foram os anos 1990, o “poder da carteira de trabalho”, ou seja, o acúmulo de experiência em uma empresa fordista, deixa de ser um trunfo e passa a ser um demérito – principalmente para o

trabalhador com mais idade. Pois, segundo rezam os preceitos dos novos modelos de gestão do trabalho, reverter a capacitação desses trabalhadores com uma longa trajetória nas empresas tradicionais às novas condições de trabalho seria um investimento bastante custoso. Além do mais, aqueles trabalhadores já estariam contaminados com os “maus hábitos” do passado, adquiridos nos enfrentamentos de interesses que marcaram as lutas sindicais de então. (Ramalho e Santana, 2006).

Por outro lado, no novo mundo do trabalho, é a escolaridade que possibilita aumentar o poder de barganha no mercado, embora o retorno seja bem menor hoje do que fora antes. Nos casos tratados até aqui, percebe-se que Ari consegue, bem ou mal, negociar sua experiência pregressa no novo mundo de trabalho; o seu nível relativamente alto de escolaridade, combinado com o capital político adquirido na atividade sindical, permitiu a ele permanecer, ainda que de maneira instável, no mercado de trabalho. Quanto aos quinze diplomas do SENAI, Ari é enfático ao dizer que foi uma perda de tempo, deveria ter feito uma faculdade. Ramos, por sua vez, após aposentar-se como metalúrgico, vislumbra duas possibilidades de prosseguir a sua trajetória ocupacional: uma é recomeçar como vendedor ambulante, a partir da base da estrutura ocupacional e pela via do mercado informal, onde as exigências profissionais e escolares são mínimas; a outra é realizar a migração de retorno para o Nordeste, onde o menor custo de vida e a ausência das obrigações familiares permitiriam a ele retirar-se de vez do mercado de trabalho.

Luiz: “*Tem hora que dá vontade até de morrer*”

Luiz nasceu em 1950 na cidade de Maranguape no estado da Paraíba. Viveu nessa cidade até os 21 anos de idade. Ali trabalhou na roça com o “negócio de cana”, plantando e cortando cana-de-açúcar para as usinas da região. Não chegou a frequentar escola. Em 1971, Luiz deixa Paraíba pela primeira vez em direção ao Rio de Janeiro. Durante seis anos repete esse trajeto, “da Paraíba pro Rio, do Rio pr’aqui”, sempre se ocupando como trabalhador temporário da construção civil. Nessa época, Luiz já era casado com Sebastiana, que ficava na Paraíba. Na verdade, o principal objetivo desses sucessivos deslocamentos era angariar algum pecúlio a fim de poder comprar uma pequena propriedade no local de origem; segundo Sebastiana: “*Ele trabalhava um ano no Rio e eu*

lá no Norte, né? Eu já era casada. Ai, ele trabalhava, me mandava dinheiro, lá eu comprei terreno, lá eu comprei gado... não, eu comprei cabrito”.

Em 1979, Luiz chegou a São Paulo e logo começou a trabalhar como carpinteiro em uma empresa de construção civil. Decidindo ficar nessa cidade, pediu à esposa que vendesse o terreno e os animais e viesse juntar-se a ele.

Entretanto, Luiz não teve muita sorte em seu novo destino. Com menos de dois anos de estada em São Paulo ele sofreu um sério acidente; foi atropelado quando retornava do serviço, sofrendo várias lesões por todo o corpo, o que o impossibilitou de trabalhar regularmente. Luiz ficou afastado do emprego por três anos, pago pelo INSS. Terminado o período de afastamento, ele deu início ao processo de solicitação da aposentadoria por invalidez. Em 1986, dois anos depois, ele finalmente consegue aposentar-se.

No entanto, devido o baixo valor da aposentadoria e o tamanho da sua família, Luiz se viu obrigado a continuar no mercado de trabalho. Depois de aposentado, ele teve uma série de vínculos de trabalho em ocupações diversas - carpinteiro, ajudante geral, vigilante, todos sem registro em carteira.

Em 1996, Luiz perde, sem motivo aparente, seu direito à aposentadoria, fato que o deixou em condição bastante vulnerável. À época, Luiz estava trabalhando como ajudante geral em uma pequena empresa, com o rendimento muito baixo que não cobria os custos econômicos e/ou os tramites sociais necessários para reaver o direito perdido.

A situação pra mim tá muito difícil, muito difícil mesmo porque eu acidentei faz muitos anos e eu era aposentado e faz seis anos que cortaram minha aposentadoria, seis anos que cortaram minha aposentadoria. Então ficaram me enrolando aí o INSS;; sai de hoje, sai de amanhã – porque eu fui corrigir, né? – quando foi o ano passado foi que a moça lá do INSS, falando mesmo assim, “ oh, eu sinto muito, mas o seu documento foi extraviado, foi extraviado, e agora você tem que procurar um outro laudo... arrumar um advogado, pro advogado entrar com o pedido”. Aí, arrumei um advogado, mas tá meio enrolado aí porque ela tá querendo que eu pegue um, um laudo médico pra poder o juiz o liberar.... Como é que eu vou conseguir esse laudo médico que foi apresentado em 80, eu fui aposentado em 8..., no dia 6 de outubro de 86. (Luiz).

A perda da aposentadoria deixou a família do Luiz em uma situação bastante vulnerável. O emprego de ajudante geral em uma pequena empresa próxima a sua casa não lhe rendia mais do que um salário mínimo mensal, impedindo, dessa forma, honrar com as suas obrigações de chefe da família, situação que lhe causava desespero, dado o número

grande de dependentes que viviam sobre sua custódia. Como Luiz trabalhava sem registro em carteira, os canais de reivindicação de aumento de salário consistiam em apelar para a relação de cumplicidade do patrão com ele, o que, no caso, não funcionou:

Eu disse pra ele [referindo-se ao patrão], “eu tenho duas netas, tenho minhas filhas, tem a mulher, tem que ajudar meu pai, que meu pai já tá velho e não pode também, eu tenho um homem que é doente também [um filho com problemas mentais]. O que eu faço com um salário desse? Não dá nem pra comprar o arroz pro mês” ... Ai ele falou... falou assim: “o que eu tinha pra acertar com o senhor eu já acertei” . (Luiz).

Três anos depois de ter perdido a aposentadoria, Luiz foi dispensado do seu emprego de ajudante geral, pois a empresa mudaria para o interior do Estado. Como não era registrado, o antigo patrão, ao fechar a empresa, relutou em pagar seus direitos referentes a sete anos de trabalho, obrigando Luiz a entrar na Justiça para reavê-los, ainda que em parte.

Luiz - Eu fui aqui num... grupo de advogado que tem aí, um tal de Dr. Sirval, né? Aí conversei com ele; aí ele me passou pra advogada, expliquei tudo direitinho. Na mesma hora a advogada descobriu onde é que ele [o patrão] tava. Puxaram lá uma ficha.... Quando ela telefonou conversou com ele lá, a advogada tal, tal, tal, conversaram. O pobre sempre... é lá embaixo, né? Eu sei que, as hora-extra, o meu tempo e as hora-extra que tinha dava 16, 16 mil e pouco.

Sebastiana- Nunca recebeu uma férias, nunca! Nunca recebeu um décimo terceiro, nunca!

Luiz- 16 mil e pouco, dava. Eu pra num perder meu direito, sabe quanto que eu recebi? Mil e quatrocentos paus... Pode confiar como é isso. Na hora assim o juiz assim, assentado, a juíza, o advogado dele e o meu, eu falei assim “ doutor, eu só vou aceitar, eu só vou aceitar, porque minha família tá passando necessidade...”. O juiz ainda falou assim: “Olha Luís... ó é melhor você ... ó você pode corrigir, mas vai passar muito tempo, você pode ganhar e pode perder, né?” O juiz falou assim pra mim ...Aí eu digo, que justiça que nós temo no Brasil, né ?

No momento da entrevista Luiz estava há três anos desempregado, fazendo “bicos” eventuais e pouco rentáveis e vivendo em uma situação de extrema penúria. A manutenção da família era provida, basicamente, pela contribuição do filho mais velho. Mas, como lembrou Sebastiana, esse filho era casado e não podia fazer muito por eles por ter suas próprias obrigações. Sebastiana realizava alguns trabalhos como empregada doméstica diarista, porém, devido à tendinite, não conseguia trabalhar regularmente. No caso de Luiz

a situação de desemprego tem um custo material, mas também emocional muito alto, para o indivíduo e sua família. A tal ponto que a recomposição da própria história de vida torna-se, para ele, uma tarefa insuportável. Em certa altura, Luiz sai da sala, deixa os entrevistadores e a esposa, que também participava da entrevista, e vai para cozinha chorar.

Luiz não tem muita esperança de retornar ao mercado de trabalho. Sabe do acúmulo de desvantagens que lhe é inventariado toda vez que sai em busca de um novo emprego: a idade avançada, os problemas de saúde, a falta de escolaridade, a longa experiência de desemprego, muito tempo fora do mercado formal. Nessas condições, o presente nebuloso se estende pelo futuro, o que lhe reduz ao mínimo as possibilidades de formular um projeto de continuidade, seja num suposto retorno ao Nordeste, como no caso do Ramos, seja num investimento na projeção dos filhos, como no caso de Ari, ou qualquer outro projeto. No seu caso não parece restar sequer a espera; o tom é de desespero:

Agora, desempregado, porque cê vai na porta de uma firma e não arruma emprego mais. Vai ali, vai acolá e não arruma emprego. Aí fica: um biquinho pra ali, um biquinho pra acolá. Tem vez que a pessoa paga, tem outros que fica pagando de picadinho em picadinho, pronto, na maior necessidade do mundo. Tem hora que dá vontade até de morrer. (Luiz).

Irina: “Eu criei meu bom dinheiro, meus três filhos. Eu me sinto bem costurando”

Irina nasceu na cidade de Pesqueira, em Pernambuco, em 1951. Ela estudou somente até a 4^o série do ensino fundamental, antigo primário; para continuar estudando, teria que mudar de cidade e deixar a casa da sua avó: “*Eu não podia continuar estudando, porque pra continuar estudando, eu tinha que ir pra uma cidade vizinha e eu não queria ir. Eu morei com a minha vó, né, eu fui criada pela minha vó e não queria ir, pra não largar a minha vó. Imagina que eu largava minha vó, por nada desse mundo*”.

Irina deixou a casa da avó somente quando do seu casamento, aos 17 anos de idade. Joaquim, seu marido, também residia em Pesqueira. No entanto, tinha uma “mania”, adquirida antes mesmo do casamento, de ir para São Paulo trabalhar como temporário, ficar poucos meses nessa cidade, e retornar só com o dinheiro da passagem, sem nenhum pecúlio. Nas palavras da Irina, tratava-se de um homem que não parava quieto no lugar.

Mesmo depois do casamento, o vai-e-vem do marido continuou. Ele partia para São Paulo com a promessa de retornar somente para buscar toda a família para morar com ele no Sudeste. No entanto, passado alguns poucos meses, lá estava ele em Pesqueira, tendo acumulado somente o dinheiro suficiente para a viagem de volta. Foi quando, em 1976, Joaquim cumpre a protelada promessa e retorna para Pernambuco com o objetivo de levar Irina e as crianças para morar com ele na cidade de São Bernardo dos Campos, na Região Metropolitana de São Paulo. Irina, um tanto a contragosto, acompanha o marido, com receio de ficar desamparada em uma cidade desconhecida, tendo que criar os dois filhos ainda crianças, sem o apoio dos familiares que ficaram em Pernambuco.

E - A senhora veio pra cá de Pernambuco, a sra veio por quê?

Irina - Porque ele [o marido] veio na frente. Ele tinha mania, ele veio de solteiro, ele tinha mania. Ele vinha, passava dois, três meses aqui e voltava pro Nordeste e sempre me convencendo de que ele tava vindo, ia trabalhar e depois mandava buscar a gente. Só que meu sonho nunca foi de vir para São Paulo. Ainda hoje tem gente no Norte que diz “Ah, se eu não for em São Paulo, eu morro”. Nunca disse isso. Ele sempre fazia isso, só que em vez dele mandar buscar a gente, a gente nem esperava, ele chegava lá. [...] Daí, a última vez que ele veio, falou que ia mandar buscar e mandou mesmo. Eu ainda resisti bastante pra vir, mas depois acabei vindo. Aí, durante três anos foi difícil eu acostumar aqui, depois... [...] Nem a família dele, nem a minha queriam que eu viesse, porque eles sabiam que se a minha vida lá já era difícil. Eles achavam assim que era difícil, mas que eu tinha o apoio das duas famílias. Já aqui em São Paulo, sabe Deus o que ia acontecer...

Chegando em São Paulo, Joaquim arrumou um emprego como pintor e Irina passou a trabalhar como costureira em seu próprio domicílio. Irina aprendeu esse ofício quando ainda era criança dentro do espaço doméstico e chegou a realizar, esporadicamente, trabalhos remunerados como costureira em Pernambuco. No entanto, foi em São Paulo que ela começou a trabalhar com maior regularidade no ramo:

E - E desde quando que a sra trabalha com costura?

Irina - Ah..., faz muitos anos, olha, pra falar a verdade, eu costuro desde os 12 anos (interrupção) se fosse o caso de eu ter trabalhado registrada, acho que eu já tava aposentada, faz tempo, desde os 12 anos[...] Sabe por que eu comecei a costurar? Porque minha mãe tinha muitos filhos e ficava difícil pra ela comprar roupa. Na época, era uma tia minha quem fazia, ela era costureira, fazia quando podia, né. Então, o meio que eu tive de ajudar a minha mãe foi a costura e com aquilo ali, eu

tanto costurei pra família inteira que comecei a ganhar o meu dinheiro já costurando pras vizinhas... daí, quando eu vim aqui pra São Paulo, continuei...

Um aspecto que se destaca na história de trabalho da Irina e que diversos estudos apontam como uma marca distintiva da experiência feminina no mundo do trabalho (Hirata,2002) é a forte imbricação entre a trajetória familiar e a trajetória ocupacional e, o que é mais importante, a sobredeterminação da primeira sobre a segunda.

Logo, quando chegou em São Bernardo do Campo, o rendimento de Irina como costureira funcionava como um incremento ao salário de Joaquim. Embora continuasse trabalhando com contratos temporários como pintor e realizando (sozinho) sucessivas viagens para o Nordeste, a participação dele na renda familiar permitia que Irina se dividisse com maior tranqüilidade entre a costura e o trabalho doméstico, além do cuidado dos três filhos:

Quando eu cheguei aqui eu tinha um casal, aí, depois veio mais um, temporão, que é de menor agora... Ai, pronto, foi minha vida toda, só que era assim, um determinado tempo eu trabalhava, outros eu parava, porque naquele tempo eu tinha marido, né, não valia nada, mas, tendo ou não tendo, eu não esquentava com a minha vida pra pagar água, luz e essas coisas, e aluguel, mas faz nove ano que eu separei, aí, tive que trabalhar direito, aí, nunca mais eu tive tempo de parar, quando eu paro é um sufoco, quando eu paro assim é porque não acho serviço. (Irene).

Com a separação, Irina teve que reorganizar seu empreendimento com a compra de novas máquinas e o aumento do número de serviços realizados para as empresas contratantes; conseqüentemente, aumenta também o tempo de trabalho despendido na costura. Na verdade, pode-se dizer que, ao assumir a posição de chefe de família, Irina viu-se obrigada dar um sentido de profissionalização à sua atividade como costureira, cujos rendimentos superavam em muito a média de salário do mercado formal. Isso permitiu que Irina, mesmo sem a ajuda do marido, mantivesse o padrão de vida da família, auxiliasse os filhos - os dois mais velhos - com o pagamento das mensalidades dos seus estudos universitários e comprasse a casa onde reside atualmente.

“ Eu criei meu bom dinheiro, meus três filhos. Eu me sinto bem costurando, adoro, é a coisa que eu mais gosto de fazer. Eu tô com a cabeça a mil com esse tipo de serviço hoje, mas eu enfio a cara na máquina e eu esqueço de todo mundo”.

“... anos atrás eu me dei muito bem com a costura, naquele tempo eu sustentava minha família, eu nem tinha casa própria, pagava aluguel, água, luz, mantinha meus dois filhos na escola, dava tudo para eles, fazendo costura, mas ultimamente eu não consigo...”. (Irina).

No nosso primeiro encontro com Irina, em abril de 2002, ela estava passando por um momento crítico em termos de trabalho, a reestruturação que atingia as firmas do setor de vestiário fora tão intensa que passou a colocar outros parâmetros de produtividade e de organização da produção para as costureiras a domicílio; os efeitos imediatos foram a intensificação do processo de produção e a redução drástica do rendimento. Com efeito, a partir da segunda metade da década de 1990, pode-se perceber as transformações do setor têxtil brasileiro, decorrentes das políticas de abertura comercial e a valorização da moeda nacional, que desorganizaram as empresas nacionais, expostas à competição de produtos e insumos importados.

Irina vivenciou essa passagem de maneira bastante aguda, pois foi atingida de modo repentino e intenso. Durante o período em que tais transformações estavam em curso, ela teve a “sorte” de manter contrato com uma única empresa durante seis anos, entre 1993 e 1999, o que lhe garantiu uma relativa estabilidade.

E- Quer dizer, todo o tempo em que a sra trabalhou assim, como costureira a domicílio, pra firmas, nunca teve vínculo regular com uma em especial?

Irina - ... teve uma firma, uns tempos atrás que eu me dei bem. Trabalhei seis anos com ela. Nossa, foi muito bom, muito bom, assim, aqui em São Bernardo mesmo. Não porque eu ganhava bem; ganhava centavo. Mas pelo menos foi uma coisa que eu tive por muito tempo, tranqüila, aquela confiança que eu tinha aquele serviço, que eles não falhava comigo, qualquer uma das costureiras podia ficar sem, mas eu não ficava com aquela tensão, de ficar parada, porque eles sabiam da minha situação. Mas também nunca registraram... mas no tempo que eu trabalhei com essa firma, eu também trabalhei para outras empresas, também bastante tempo, eu digo que foi a última que tive mais tempo, a última experiência, mas dava pra gente ficar bastante tempo. O problema é que fechou muita, muita firma...

Com o fechamento da principal empresa para quem trabalhava, em 1999, Irina viu-se às voltas com um mercado de trabalho reestruturado, de “cabeça pra baixo” como ela bem colocou. De acordo com Irina, boa parte das empresas de São Bernardo saiu da região

ou simplesmente deixou de existir. Por outro lado, houve uma concentração das oportunidades de trabalho na cidade de São Paulo, o que dificultou ainda mais as suas condições de trabalho não só pelo custo de locomoção, mas, e principalmente, pelo volume mínimo de peças a serem retiradas e pelo reduzido prazo de entrega concedido pelas empresas:

“Antigamente a gente é que dava o tempo da gente. A gente pegava o tanto que queria, o tanto que dava tempo, aquele prazo pra fazer Na primeira semana eles davam a chance da gente fazer o teste de quanto a gente tinha condições de fazer. Só que agora não, eles dão o prazo tão mínimo que você vira um dia, uma noite e não consegue fazer o que eles querem.... Eles falam ‘o total é x, quer?’. Mesmo transporte, antes eles vinham trazer e vinham buscar... A quantidade de serviço agora também é muito grande. Vamos supor, eu tenho cinco ou seis máquinas, eles querem que eu tenha 12, 15. Então, é uma quantia grande que, pra trabalhar em tempo, eu precisaria contratar gente pra trabalhar comigo e isso eu não quero. Sem falar que eu tenho várias conhecidas que fizeram essa tentativa e se deram mal, depois as pessoas botam no pau, então, eu não gosto...”

A descrição acima mostra com riqueza de detalhes que as transformações ocorridas na últimas décadas na estrutura produtiva brasileira tiveram efeito até mesmo em redutos do trabalho precarizado como a costura a domicílio, e não se restringiram às grandes empresas que garantiam o trabalho aos homens de que tratamos antes. Trata-se de contradições que perpassam todo o mundo de trabalho, das empresas de alta tecnologia ao trabalho a domicílio no setor de confecção. Esse é o caso, por exemplo, da contradição que marca o que Antunes (2005) denominou de (des)sociabilidade contemporânea do mundo produtivo: quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada ‘empresa moderna’, quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das ‘competências’ da chamada ‘qualificação’, da gestão do ‘conhecimento’, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho.

No caso do setor de costura a domicílio, a pressão pela inversão em tecnologia e novas máquinas, realizadas pelas empresas contratantes combinada com a queda drástica do preço pago por peça produzida (reduzidas a centavos de real) fez com que as novas relações de trabalho nas oficinas (clandestinas ou não) fossem marcadas por um nível exacerbado de exploração dos trabalhadores. Esse não é apenas o caso de Irina, mas tem sido documentado nas oficinas localizadas nas regiões Central e Leste da cidade de São Paulo,

onde trabalhadores bolivianos são submetidos a uma longa jornada de trabalho, que chega a 16 horas diárias, sendo que o rendimento raramente atinge a um salário mínimo. Os proprietários dessas oficinas são predominantemente coreanos e bolivianos, mas também é possível encontrar brasileiros na dianteira desses empreendimentos, muitas deles funcionando clandestinamente, dadas as condições aviltantes de trabalho e a situação não-regulamentada dos trabalhadores imigrantes. No entanto, essas oficinas atendem a um amplo mercado consumidor que vai do varejo informal para população de baixa renda às famosas redes de lojas do prêt-à-porter.

Silva (2006), antropólogo estudioso da comunidade boliviana em São Paulo e ativista da Pastoral do Migrante, mostra em suas pesquisas que o engajamento nas oficinas de costura é percebido por muitos trabalhadores bolivianos como uma fase transitória necessária para a realização de um movimento de ascensão social, seja no sentido de construir sua própria oficina ou algum comércio direcionado a atender própria comunidade, seja no sentido de acumular algum pecúlio e retornar à Bolívia e construir a vida no país de origem. No entanto, as promessas de oportunidades que atraem jovens de ambos os sexos, solteiros e com escolaridade mediana, por vezes, se transformam em frustração e humilhação quando se instalam no Brasil.

A reestruturação do setor têxtil que se deu na década de 1990 alterou substancialmente as condições de trabalho das costureiras a domicílio, principalmente daquelas que resistiram em montar oficinas com costureiras contratadas, como foi o caso de Irina. O padrão de produtividade e o nível de rentabilidade impostos pelas novas condições do setor tornavam cada vez mais difícil para Irina manter seu empreendimento tal como ela o organizava. A percepção desse impasse foi lenta e sofrida, pois, estava em questão a sua condição como trabalhadora, detentora de um conhecimento que lhe possibilitaria constituir sua família:

E - Eu gostaria que a senhora falasse um pouco sobre a situação atual de trabalho da senhora.

I- Horrível, é o bastante?

E- Eu vou lhe perguntar: horrível, por quê? como é que é o horrível?

I- Porque não tem campo de trabalho pra gente. No meu caso, que trabalhei tantos anos pra costura, me empenhei bastante, quase morri de trabalhar, me equipei de máquina e hoje tenho que sair à luta atrás de costura e não encontro, e quando encontro é uma humilhação e um sufoco tão grande...

E- Nesse momento a sra tá trabalhando fazendo costura a domicílio pra alguém que monta...

I- É... eu sempre faço isto, trabalho pra alguma firma. Mas é difícil a gente encontrar aqui em São Bernardo; e quando encontra, é fora, é em São Paulo. E é muito difícil também encontrar, eles dar pra São Bernardo, é muita dificuldade trazer aqui em São Bernardo... Ou não querem vir trazer ou só querem se eu montar uma oficina grande, com funcionário, que pra mim já não é vantagem, porque eu gosto de trabalhar sozinha, eu faço o meu horário; até porque, se eu botar alguém pra trabalhar ninguém vai querer acompanhar meu pique. Eu não tenho hora pra terminar, levanto 6:00 hora, pego na máquina e vou até Deus sabe a hora da noite. E quem vem costurar com a gente não quer acompanhar esse espírito... Sinceramente, tô zozza de sono, de dormir de madrugada e acordar 6:00 horas da manhã. Aí, a semana que vem não tem mais, aí, pára mais duas ou três semana. Eu tenho que pegar e abraçar esse serviço. Tem hora que eu paro e penso em mandar elas [as intermediárias responsáveis em distribuir o serviço da empresa contratante] pegar o serviço delas e procurar uma outra costureira, mas eu paro e penso que eu dependo disso. Às vezes, elas sai e a lágrima fica pingando. Eu trabalho dentro de casa, com as máquina da gente, o espaço da gente, pra ainda trabalhar num sufoco desse? É duro! Isso é viver? Não é brincadeira...

Passado um ano e meio do primeiro encontro, quando da segunda entrevista, Irina havia montado um pequeno comércio de produtos de limpeza. Ela nos disse que o “negócio da costura” havia piorado ainda mais no período em que se passou entre a primeira e a segunda entrevista, chegando a receber encomenda com o valor de 0,10 centavos a peça: “É eu me.... eu me humilhei em fazer... Porque eu sentia aquilo como uma humilhação, eu chorei em cima da máquina, porque eu precisava”.

O comércio ainda não estava dando lucro, o que era motivo de angústia, pois significava que o filho solteiro mais velho estava sendo o responsável por pagar as contas da casa. No entanto, aos poucos Irina estava diversificando a oferta de produtos, transformando o empreendimento em um pequeno armazém. Por outro lado, ela não havia abandonado por completo a costura. No canto do salão onde funcionava o comércio, Irina não resistiu e colocou duas máquinas de costura com o objetivo de realizar pequenos consertos para a vizinhança e fregueses: “eu trouxe a máquina porque senão eu já tinha

enloquecido... Eu faço consertos, com os consertos dá pra eu tirar uns trocadinhos para ir ao sacolão, coisa assim, coisa mínima...”.

O caso da Irina coloca em cena a relação entre migração feminina e mobilidade social na sociedade de destino. Embora Irina tenha migrado para São Paulo por insistência do seu marido, dessa forma, um exemplo daqueles indivíduos que migram “por razões familiares”, o deslocamento para São Paulo criou uma situação de distanciamento das redes familiares que a auxiliavam na organização da vida doméstica, principalmente com as urgências na criação dos filhos, e que, ao mesmo tempo, reproduzia uma condição de dominação que reservava a ela a condição de esposa e dona de casa. Não sem razão, quando instada a identificar os grandes momentos de sua vida, Irina foi categórica: “...o primeiro grande momento da minha vida, foi quando eu cheguei aqui. Depois de três anos que eu comecei a visar aqui como se fosse a minha terra, eu comecei a viver intensamente, a lutar, a batalhar e conseguir as coisas, com o meu próprio suor”.

Ao chegar a São Paulo, Irina deparou-se com a necessidade de incrementar a renda familiar, dada a instabilidade do rendimento do seu marido, o que a levou a utilizar suas habilidades como costureira, adquiridas durante a infância, como uma forma de inserção no mercado de trabalho. A medida que ia aumentando as responsabilidades no provimento da família – principalmente depois do divórcio – mais ela aumentava o nível de profissionalização do seu empreendimento. Como é sabido, a força de trabalho do setor de confecções é composta majoritariamente por mulheres e o trabalho de costura a domicílio – onde as mulheres também são a imensa maioria – é o último elo de uma complexa e heterogênea cadeia de relações de trabalho que compõe esse setor. No entanto, sendo mais restritas as chances das mulheres-mães migrantes se inserirem no mercado de trabalho, principalmente nos setores mais dinâmicos, o engajamento no setor de confecção na condição de trabalhadora a domicílio permitia, em alguns casos, não apenas conciliar papéis familiares e ocupacionais, mas também elaborar uma estratégia de mobilidade social, em razão, principalmente, da possibilidade de acumular vínculos – quase sempre informais – com diversas empresas. Dessa forma, mesmo que as condições de trabalho dessas costureiras em domicílio fossem marcadas por jornadas extenuantes de trabalho, com uma imbricação entre o tempo de trabalho e de não trabalho, vida familiar e vida ocupacional, local de trabalho e de moradia, algumas trabalhadoras conseguiam angariar

um rendimento superior à média vigente no mercado formal de trabalho. Irina foi bem sucedida no “negócio da costura” até o momento em que se viu submetida a uma lógica de produção que não lhe garantia nem ao menos a sobrevivência, em razão das mudanças nas condições de competição e na organização da produção do setor têxtil.

Vale destacar que essa nova forma de organização de produção está associada à entrada de “novos migrantes” no setor de confecção e a um aumento da precarização das condições de trabalho - já aviltadas - da costura em domicílio, sugerindo uma íntima relação entre migração e o provimento de força de trabalho para as ocupações mais precarizadas do setor têxtil, de resto, como já haviam apontado Abreu e Sorj:

“Em muitos países industrializados o trabalho a domicílio concentra-se nas grandes cidades e envolve principalmente mulheres imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas. As barreiras da língua, a situação muitas vezes ilegal, o baixo nível de formação educacional, as práticas discriminatórias do mercado de trabalho, a solidiedade familiar como prática defensiva diante de uma sociedade estranha e muitas vezes hostil fazem do trabalho a domicílio um fenômeno bastante comum nas grandes metrópole e centros urbanos. Na verdade, nesses casos, o trabalho a domicílio feminino faz parte de uma estratégia de ascensão social mediante investimento na educação dos filhos, que desenvolvem uma trajetória ocupacional diferente da dos pais. É por essa razão que se percebe uma renovação do trabalho a domicílio a cada nova onda migratória nas grandes cidades, como em Nova Iorque e Paris (judeus que dão lugar aos japoneses ou iugoslavos, que por sua vez cedem lugar aos coreanos ou chineses, e assim sucessivamente)”. (1993, p.14).

Maria: “*Eu sempre trabalhei em casa de família*”

Maria é casada com Antonio e mãe de três filhos – Eduardo de 2 anos, Roberto de 6 anos e Edson de 14 – reside no município de Itaquaquecetuba, Região Metropolitana de São Paulo, em uma casa própria construída há 15 anos atrás em um terreno de propriedade da prefeitura.

Nascida no ano de 1964, na cidade de Inhambu, interior do estado da Bahia. Segunda filha de uma família composta pelos pais e mais sete filhos, Maria viveu toda a infância e adolescência nessa cidade, até migrar para São Paulo, em 1985. Concluiu somente três anos de estudo, segundo ela, devido ao intenso trabalho na roça, ajudando os pais que eram pequenos agricultores.

E - Aliás, você começou a trabalhar na roça com quantos anos Maria?

Maria - Olha, com sete anos, a gente na roça, lá na Bahia todo mundo já trabalha.

E - Sete anos, né.

Maria - Sete anos, todo mundo já trabalha.

E - E sempre nas roças dos pais?

Maria - Na roça dos pais, eu sempre fui na roça dos meus pais, ele trabalhava assim pra fora, na roça dos outros e eu com meu irmão mais velho ficava na roça da gente, assim carpindo mandioca, feijão, carpindo, o que fosse preciso.

A participação dos filhos na manutenção da unidade doméstica é um traço marcante na organização familiar camponesa no Brasil. Os filhos só são desobrigados de participar das atividades agrícolas a partir do momento em que abandonam a unidade doméstica, o que ocorre ou por meio da migração ou do casamento, quando o filho forma ele próprio uma nova unidade familiar. Como bem destacou Heridia, Garcia e Garcia Jr.:

“O abandono da unidade doméstica por parte dos filhos significa o reconhecimento da maioridade por parte dos pais, enquanto, ao contrário, durante o tempo em que permanecem com integrantes do grupo doméstico, e independente da idade que tenham, essa maioridade não é reconhecida, ou, o que dá no mesmo, continuam submetidos à autoridade paterna”. (1984, p.34).

O caso da Maria não foge a regra. Ela casou-se com Antonio quando completou 21 anos de idade e logo depois migrou com ele para São Paulo a fim de tentar uma nova vida na cidade. Nesse sentido, pode-se dizer que Maria realizou uma dupla “estratégia” de saída da casa dos pais. Esse é um ponto importante pois, parcela considerável dos estudos migratórios, principalmente aqueles baseados em *survey*, deriva as motivações e as trajetórias das mulheres migrantes das informações obtidas junto aos homens migrantes. Tais estudos assumem dois pressupostos, implícitos muitas vezes, mas nem sempre corretos; primeiro, de que como grande parte das mulheres migra na condição de acompanhantes – como esposas ou filhas; segundo, de que a participação delas no mercado de trabalho é relativamente menor que dos homens. Assumindo-os, crêem que seria possível determinar as condições de adaptação dos migrantes (homens e mulheres) nas

metrópoles estilizando as informações obtidas dos homens migrantes. No caso da Maria essa hipótese é relativizada, pois, ainda que ela tenha vindo acompanhando o marido, migração para São Paulo era parte de um projeto pessoal, provavelmente, só realizável com o casamento:

E - Você veio pra São Paulo sozinha, Maria?

Maria - Não, vim casada já.

E- Ah, vocês se conheceram na Bahia?

Maria - É, a gente se conhecia já, aí casamos e viemos pra cá.

E - Tá certo. E quando você veio, você veio por causa do seu marido ou você também veio procurar emprego, como foi?

Maria - Eu também vim procurar emprego, eu sempre tive vontade de trabalhar, né, porque a gente trabalha na roça, e serviço de roça não é fácil...Por isso eu sempre quis sair, né. Daí eu casei e vim pra cá.

Nota-se no depoimento da Maria que as motivações da migração estavam associadas, principalmente, às condições de trabalho na agricultura e as possibilidades de conseguir um emprego na cidade. E assim foi, desde que chegou em São Paulo, em 1985, Maria não ficou sem trabalhar. Nos primeiros meses trabalhou como babá em uma casa de família sem registro em carteira. Depois, por intermédio de um amigo, Maria conseguiu seu primeiro emprego com registro em carteira como passadeira em uma confecção no Brás. Ficou nesse emprego somente por um ano até ser demitida em 1987. A partir daí a trajetória ocupacional da Maria foi marcada por uma sucessão de trabalhos nos serviços domésticos; mesmo quando trabalhou em empresa, esteve ligada ao setor de limpeza. Maria associa o “insulamento” nesse setor ocupacional à sua falta de escolaridade: *É por que o meu estudo é pouco, então eu não posso partir para outra só para isso mesmo faxineira, diarista, essas coisas, limpeza geral.*

Maria, diferentemente dos outros casos antes tratados, chega a São Paulo em outro contexto: não o de expansão industrial dos anos 1960 e 1970 (quando aqui chegaram Ari, Ramos, Luiz e Irina), mas o da crise e retração de oportunidades que conferiram aos anos 1980 o título de “década perdida”. Ademais, a entrada da Maria no setor de serviços

domésticos coincide com o nascimento do seu primeiro filho; talvez o trabalho como diarista lhe permitisse compatibilizar as atividades remuneradas, fora de casa, com as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, conquanto isso não se explicita na entrevista.

Seja como for, quando analisamos a trajetória ocupacional da Maria, percebemos que a participação dela no mercado de trabalho precário foi menos resultado de uma estratégia profissional que vislumbrasse tais atividades como um “trampolim” para inserir-se depois em ocupações de maior prestígio no mercado, e mais uma consequência do baixo rendimento do seu marido no mercado de trabalho formal. Essa situação impelia Maria ao trabalho mesmo que em condições precárias. Embora a renda dele fosse a parte principal na composição da renda familiar, o salário da Maria tinha uma função bem definida na organização familiar: o de melhorar o padrão de vida da família, principalmente em termos de consumo. Em outras palavras, a saída da família do nível da sobrevivência dependia da entrada da esposa no mercado de trabalho:

“... Quando a pessoa trabalha você tem o seu, a pessoa se sente mais, né, a pessoa tendo o seu não tem que ficar pedindo, eu preciso disso, porque eu já sei que com o salário dele, ele paga as compras, vai ao mercado, e já não sobra nada mesmo, nem pra mim nem pros meninos né... É muito difícil, então se tivesse o meu, como era antes, aí não precisava pedir nada pra ele, eu já ia... se ele não tivesse eu dava pra ele, quando eu não tinha ele dava pra mim, assim...era uma coisa mais igual, você vive mais tranqüila, sem precisar demais do outro, né. [...] Ah, ter um trabalho é muito bom, quer dizer que você já tem aquele compromisso em levantar, aí eu vou trabalhar, né, com fé me Deus vou trabalhar, a tarde eu tô aqui de novo, ou a noite, sei lá que hora for... É muito bom isso aí, cê levantar, cê saber que amanhã você vai trabalhar.... Você pode fazer uma prestação mais sossegada, você pode ir no mercado mais a vontade, porque quando a gente num trabalha você vai no mercado, ali tudo..., né, regulado ali, os menino quer pegar umas certas coisas, não, não pode levar isso, não pode levar aquilo. Então aquilo também tanto é constrangedor pra eles como pra mim que fico tirando aquilo deles, tirando, tirando, tirando. E quando eu tô trabalhando é melhor pra todos, todos os sentidos acho que é melhor. É uma coisa que entra mais dentro de casa, uma ajuda, uma força a mais em todos os sentidos”. (Maria).

No momento da entrevista, Maria estava há três anos desempregada e inscrita em um programa estadual de Frente de Trabalho. Seu último emprego havia sido como auxiliar de limpeza em uma empresa de contabilidade, cujo dono era o então prefeito da cidade. Ela

trabalhou nessa empresa por dois anos, sem registro em carteira, até que, em 1998, por um motivo bastante usual, ainda que ilegal, foi dispensada:

E - E você sabe por que, que eles te mandaram embora?

Maria - Eu tava grávida, ... aí, eu comentei com uma menina que trabalhava comigo né, que eu estava grávida, aí na outra semana, aí eles me despediram, aí não sei se foi por causa disso ou o quê que foi. Eu fui, ainda procurei um advogado, mas eu perdi a questão... eu perdi.

Desde então, Maria não conseguiu retornar ao mercado de trabalho, realiza somente alguns bicos, cada vez mais escassos, como empregada doméstica diarista. Entretanto, o caso da Maria nos permite observar, com riqueza de detalhes, um aspecto marcante do desemprego feminino, qual seja, que a experiência de privação do emprego não é de modo algum equivalente à experiência da privação de trabalho, na forma dos afazeres domésticos (Segnini, 2006; Viera e Pedro, 2006), que obrigam a uma extenuante da jornada de trabalho doméstico não-remunerado e levam, com frequência, ao insulamento no espaço do lar, de mulheres capturadas pelos papéis sociais de gênero (Guimarães, 2005). Maria, diferentemente de Irina, carece que capital profissional que tenha valor de mercado e que lhe permita produzir deslocamentos na sua trajetória ocupacional:

E - Bom, como é que é o seu dia a dia Maria, como é que, você acorda, o quê é que você faz, como é que é a sua manhã, como é que é a sua tarde, sua noite, como é que é?

Maria - Eu não sei, eu levanto 5:30 junto com ele [o marido] né, aí eu faço café, ele toma e vai para o serviço.

E - Você serve o café?

Maria - É, aí eu vou, chamo o Messias, o mais velho, que é o mais velho, né? Ele entra na escola 7 horas, eu também sirvo o café pra ele, ele vai pra escola aí eu já fico com esses dois. Aí dá 8 horas, 9 horas, esses dois já acordam, aí torno arrumar café pra eles de novo, aí eu vou lavo louça, lavo roupa, lavo banheiro, arrumo as coisas assim que tem pra fazer. Aí quando chega a tarde a mesma coisa: um chega primeiro e almoça, outro chega e almoça, volto faço as mesmas coisas, volto, faço janta aí à noite arrumo, os outros dormem pra lá e assim é o meu dia a dia. É assim, nunca saio assim pra conversar com alguém, também não tenho tempo, não sou de ficar na rua também conversando com ninguém, só se precisa eu vou, converso alguma coisa, alguém vem aqui também, mas é difícil...

E - E esse trabalho, o que é que ele significa pra você?

Maria - ...Ah, é bom, tô cuidando da minha casa, cuidando dos meus filhos, cuidando do meu marido, significa bom também, melhor do que tá rua falando dos outros, que quem tá na rua só fala da vida dos outros, não é? (risos) Então dentro de casa eu tô cuidando da minha vida.

O paradoxal do desfecho é que Maria, que almejava o emprego livre do extenuante trabalho que aprisionava à roça, faz um percurso que, ao final, a deixa aprisionada no domicílio e aos afazeres domésticos. Paradoxal também se comparado com Irina, que resistiu a sair do ninho familiar e comunitário no Nordeste, veio pela obrigação familiar de acompanhar o marido, mas aqui “ficou de pé”, sofre, mas se realiza na costura.

Na história de trabalho da Maria, a almejada migração para São Paulo é percebida menos como uma ruptura com a sua trajetória anterior e mais como uma espécie de ritual de passagem para vida adulta. Em vários momentos Maria se refere à experiência como trabalhadora agrícola como um período de socialização para o trabalho, de sorte que o trabalho durante a infância aparece constantemente como um certificado da sua condição de trabalhadora:

Maria- Com fé em Deus que essa força que eu tenho pro trabalho veio comigo da Bahia... Foi de lá, porque eu cheguei e continuei na mesma coisa, fazendo faxina, isso, aquilo outro. E eu limpo minha casa também, no dia que eu limpo, eu limpo direitinho também. Então, eu não tenho pena de mão, não tenho pena de nada, não, o que eu souber fazer fica feito. Graças a Deus nunca ninguém reclamou também do meu serviço”.

E - Maria, o que..., você se considera uma trabalhadora?

Maria - Sim, eu me considero.

E - E porque que você se considera uma trabalhadora?

Maria - É porque eu sou filha de gente trabalhadora, né, gente que sofreu muito pra criar a gente, pra nos criar, então eu me considero uma trabalhadora, porque eu não tenho medo de serviço como acabei de falar.

E - Tá certo.

Maria - Porque eu tenho o trabalho em casa e se eu achar fora também eu trabalho, pode ser de dia, pode ser de noite, eu não tenho exigência pra exigir assim horário de serviço.

Joilson: “Poxa, quando eu crescer eu vou a São Paulo”

Joilson estava com 21 anos de idade no momento da entrevista, havia migrado de Monte Horebe – interior da Paraíba – para São Paulo em 1998. Ele era um dos entrevistados que compunham o grupo dos “migrantes recentes” da pesquisa original. Deslocou-se sozinho, mas, chegando a São Paulo, foi recebido por uma extensa rede de amigos e parentes cuja experiência migratória remonta aos anos de 1950.

Um traço marcante da trajetória de Joilson é que a migração aparece como uma experiência antecipada, fortemente enraizada na organização familiar. É certo que, no caso dele, a migração para São Paulo não pode ser encarada como um evento corriqueiro (como era para Joaquim, marido de Irina); entretanto, Joilson foi socializado em um contexto em que a migração não só era presente como tinha uma abrangência comunitária¹⁴. Nesse sentido, migrar para São Paulo é, ao mesmo tempo, um evento familiar e uma etapa na formação pessoal, pois, também no caso em questão, e assim como pareceu ter sido para Maria, de quem tratamos antes, o deslocamento para o Sudeste confunde-se com a passagem para a vida adulta. Mas, diferente de Ramos e de modo similar a Irene, no caso de Joilson havia alguém que, vindo antes, abriria caminho.

E- É o que mais te motivou a vir pra São Paulo?

Joilson - Ah, eu... eu, desde, desde a infância eu tinha essa vontade... meu pai teve aqui dez vezes aqui a trabalho, ele vinha, trabalha, ficava seis meses e depois voltava pra lá novamente, pras roça, né. E deixava eu e meu irmão tomando conta, nós tomava conta e ele voltava pra cá de novo. E assim ele ficou dez anos nessa batalha.

E- E sua mãe vinha com ele?

Joilson- Não, ficava com a gente. Ele vinha só, a trabalho, pra melhorar um pouco a situação da gente, porque lá é meio dura a vida lá, não é fácil. Então ele vinha aqui, trabalhava um pouco né, dava para arrumar um dinheirinho, pra chegar lá e comprar um gadinho, alguma coisa, né, e manter a família. Aí, eu e meu irmão

¹⁴ Pelas declarações de Joilson, pode-se supor que a cidade de Monte Horebe é uma região que poderia ser considerada pelos demógrafos como área de evasão populacional.

ficava por lá, nós dois cuidando das roças. Dessa época eu fiquei com essa idéia na cabeça: “Poxa, quando eu crescer eu vou a São Paulo”. E foi o caso, (risos) assim que eu completei a idade, 18 anos, eu vim.

No discurso de Joilson, a representação sobre a experiência migratória está intimamente relacionada com a incorporação em um novo contexto social e um novo momento da sua trajetória de vida. Contrariando o pressuposto de parte da literatura sobre migração, principalmente aquela de viés estritamente econômico, de que o diferencial de renda é o fator decisivo do deslocamento populacional entre regiões, o caso em questão sinaliza para existência de outros interesses envolvidos na decisão de migrar. Joilson deixa claro que a sua principal motivação para vir para São Paulo foi a possibilidade de constituir uma família, a vontade de viver em um ambiente urbano, a possibilidade de reencontrar os amigos e familiares com os quais viveu a durante a infância.

E- você quis vir para São Paulo pra...

Joilson- Então, o objetivo meu era, eu sempre pensei no meu futuro, desde de pequeno, desde de novo, eu sempre tive o objetivo assim: “Eu quero encontrar uma pessoa que eu gosto, ter uma família.” Então o objetivo era esse, construir um padrão que desse pra mim poder me casar, ter uma família e... na forma que eu pude eu tô conseguindo, conquistando, graças a Deus.

E- E você acha que lá você não iria conseguir?

Joilson- Lá, conseguiria, mas seria bem mais difícil. Eu já até cheguei a comentar com ela : “Será que se estivesse lá hoje , nós estaríamos aqui felizes, graças a Deus” , assim construindo a vidinha da gente?”. Eu acho que não, eu penso que não porque, quando ela foi embora, eu fiquei assim, “Poxa, o que que eu vou fazer?”. Agricultura é pouco, se chover você tira, se não chover você não tira , então a coisa é muito difícil. E agora que a gente tem essa nova experiência de vim pra cá, a gente acha mais difícil ainda, voltando pra lá [...] vê aquilo lá, a gente fica, “poxa, é difícil!”.

No entanto, moradia e trabalho constituíram fatores decisivos para a realização de uma trajetória migratória “bem sucedida”. No caso da moradia, duas são as características que marcam o período de acomodação à cidade: a intensa mobilidade no espaço urbano e a variedade de arranjo domiciliar sendo que, na maioria das vezes, elementos como privacidade e conforto são sacrificados.

Em 1998, ao chegar a São Paulo, Joilson foi morar com uma irmã - que era casada - e um irmão em São Mateus, zona leste da cidade. Passado seis meses, “depois que se fixou num serviço”, Joilson e seu irmão deixam a casa da irmã e alugaram um “quarto e cozinha” em São Caetano do Sul. Nessa casa, Joilson vai morar por dois anos e meio, sendo que nos últimos oito meses já estava casado com Maria. Em 2002, com a chegada de mais duas irmãs da Paraíba, Joilson decide com Maria alugar uma casa no bairro de São João Clímaco, na zona sul da cidade de São Paulo, porém próximo à cidade de São Caetano do Sul. Chama atenção o fato de que, ainda que a mobilidade espacial seja intensa, essa não se dá de forma errática pelo espaço urbano; ao contrário, os deslocamentos são lastreados por uma malha de relações sociais que informam os lugares possíveis dentro da região metropolitana:

E - E como é que vocês vieram parar nesse bairro?

Joilson - Aqui a gente... a gente tem , tem primos que mora aqui do lado, tal e eu trabalho aqui em cima, como vocês viram eu chegar, então, eu sempre passei todos os dias por aqui né. E vi essa plaquinha de aluga-se e por coincidência a dona dessa imobiliária é vizinha da gente lá no Norte. Pra vocês ver como são as coisas. Tudo, tudo se encaixa, pra você ver como é que é, né.

E- Ela é vizinha do sr. lá?

Joilson - Os pais da gente mora pertinho, bem pertinho mesmo, vizinho, o mesmo sitio lá. Então como ela tinha essa imobiliária , então eu fui até ela e aluguei com ela mesmo esta casa aqui.

Seguindo a trajetória de grande parte dos migrantes, a primeira atividade do Joilson no mercado de trabalho paulista foi como servente de pedreiro, emprego conseguido por intermédio do irmão, que o informou dessa oportunidade de trabalho quando ainda estava na Paraíba. Fica nesse emprego por quatro anos, sem registro em carteira, sem benefícios sociais e trabalhistas. Devido a um acidente, um atropelamento, Joilson passa seis meses fora do mercado de trabalho, sem receber nenhum auxílio financeiro, dependendo unicamente do seu irmão. Em 2002, ele conseguiu um emprego com carteira assinada, por intermédio do marido “paulista” de uma prima, como ajudante geral em uma empresa de autopeças. Seis meses depois foi demitido por conta de uma crise na empresa provocada por uma crise de energia elétrica que ocorreu em meados de 2002, que ganhou o codinome

de “Apagão”. Mais quatro meses de desemprego. Outro emprego como ajudante em uma metalúrgica. E retorna, no início de 2003, à empresa de autopeças. A trajetória migratória de Joilson parece muito mais informada por uma motivação de restabelecer uma rede de sociabilidade do que por uma expectativa de mobilidade ocupacional/social. Em relação ao mercado de trabalho, todo o esforço de Joilson está direcionado a alcançar uma posição que lhe garanta, antes de tudo, estabilidade. Projeto, em certa medida, ambicioso, considerando as condições do mercado de trabalho que encontra na São Paulo dos anos mais recentes – e Joilson tem consciência disso:

“Eu só pretendo um dia voltar pro Nordeste, um dia sei lá quando eu, isso é que eu pretendo, não sei se vou conseguir, eu até falo às vezes, o pessoal fala assim: “Poxa, será que você vai conseguir”. Eu falo : “Eu só quero voltar pro Nordeste quando eu me aposentar por tempo de serviço”. Era 35 anos de, de, de trabalho, não sei se ainda é por que as leis mudam todo dia, então será que eu consigo né, se eu conseguir beleza, parabéns pra mim, né (risos)? Mas esse aí que é o meu objetivo”. (Joilson).

Neide: “Eu vim pra São Paulo enganada.”

Neide nasceu na cidade de Feira de Santana, Bahia, em 1979. Seu pai é agricultor e trabalha, ainda hoje, como meeiro em uma grande propriedade, plantando alimentos para auto-subsistência nos períodos de descanso das terras. Neide perdeu sua mãe quando tinha apenas onze anos de idade. Como sua família era grande, dez filhos ao todo, sendo quatro homens e seis mulheres, o pai da Neide decidiu “dar” as filhas para serem criadas por famílias conhecidas. Foi assim que, em 1990, Neide saiu da casa do seu pai para morar com um casal vizinho que não tinha “filha mulher”. Ela morou com essa família por seis anos até que, por conta de desavenças, decidiu ir embora. Nos dois anos seguintes, Neide passou a morar com seu irmão mais velho. Em 1998, devido aos sucessivos desentendimentos com a cunhada, deixa a casa do irmão em Feira de Santana e se muda para Salvador indo morar com uma tia. Nessa nova casa, Neide vai trabalhar como acompanhante da sogra de sua tia, uma senhora de 85 anos de idade e com a saúde debilitada. Por esse trabalho, ela recebia um salário módico, que lhe garantia alguma estabilidade, ou, pelo menos, uma vida mais

confortável do que a que levaria após a migração: “*era pouco, mas, pelo menos, eu pagava as coisas que eu comprava e mandava alguma coisa pro meu pai. Como eu não pagava nada na casa dela, compensava, né?*”.

No final do ano de 2000, uma amiga do seu pai que já residia em São Paulo foi a Feira de Santana e propôs que poderia levá-la para São Paulo, prometendo arrumar um emprego para a jovem. Neide, mesmo sem ter nenhum parente morando em São Paulo e sem saber ao certo que tipo de trabalho lhe havia sido reservado, decidiu assumir os riscos e os custos da viagem. Em abril de 2001, Neide deixa Salvador em direção a São Paulo. Nessa cidade, foi morar com a amiga de seu pai em uma casa de dois cômodos que já abrigava oito pessoas (e que passaria abrigar nove com Neide). Descobre logo que não havia emprego algum e que, na verdade, o objetivo da tal “amiga” era de que ela fosse babá dela para que essa pudesse trabalhar. No entanto, o plano não deu certo, pois, no intervalo de tempo entre o convite e a vinda da Neide, a amiga ficaria grávida novamente, e, por conta disso, seria dispensada do emprego.

Sem emprego, mal alojada, sem recursos que lhe permitissem retornar à Bahia, sem nenhum familiar que pudesse acolhe-la, os primeiros meses de adaptação da Neide em São Paulo foram bastante penosos:

E- Como é que foi conhecer São Paulo? Como é que você se adaptou aqui?

Neide – No começo eu me sentia mal, assim... não foi bom, não....

E- Por que?

Neide – Eu fiquei doente logo que cheguei aqui, fiquei com pneumonia. Acho que foi o clima, porque lá era quente e aqui era frio, não podia vestir essa roupinha como eu vestia. Fiquei com pneumonia um tempo, pensei que ia ficar parálitica... É fiquei mal mesmo. Meu pai logo que ficou sabendo ligou de lá desesperado, falando “vem embora, vem embora”. Por ele, eu tinha ido e por mim também, só que não tinha como pagar minha passagem de volta. Aí o jeito foi ficar por aqui mesmo”.

Diferentemente do caso de Joilson, a experiência migratória da Neide é marcada pela ausência das redes familiares que lhe auxiliasse tanto no momento da partida, como no acolhimento ao local de destino, fato que dificultou, sobremaneira, a adaptação à nova realidade e diminuiu as possibilidades de inserção no mercado de trabalho paulista. No entanto, isso não significa dizer que Neide não estabeleceu sua rede de solidariedade em

São Paulo. Pelo contrário, além das pessoas que viviam com ela na mesma casa, Neide conviveu com conterrâneos que moravam na vizinhança. A questão é que a rede de sociabilidade estabelecida não era forte o suficiente a ponto de criar um sentimento de compromisso mútuo que lhe proporcionasse recursos para alvos tão custosos como habitação e emprego (ainda mais em um contexto onde a taxa de desocupação atingia a marca de 20%).

Passado seis meses de estada em São Paulo, Neide começou a namorar um vizinho, Eduardo. Com três meses de namoro, Neide ficou grávida; quatro meses depois, Eduardo e Neide terminaram o relacionamento. No sétimo mês de gravidez, a amiga que a trouxe para São Paulo disse que não teria como mantê-la, com a filha, vivendo em sua casa, pois o tamanho diminuto da residência não comportaria mais um berço. Diante a situação, Neide recorreu à ex-sogra e avó da sua filha, Dona Del, em busca de morada.

No momento da entrevista, Neide e a filha Gabriela estavam morando com Dona Del. Neide continuava procurando um emprego registrado, mas não estava desocupada, pois ajudava Dona Del na oficina de costura que esta tinha improvisado no quintal da casa. Não chegava a receber sequer um salário pelo trabalho; a ex-sogra “pagava o que dava”. Por insistência de Dona Del, a jovem havia retomado os estudos, e estava prestes a completar o ensino fundamental. Havia retirado o restante da documentação necessária para procurar com mais afinco uma vaga no mercado de trabalho. Na semana anterior à nossa entrevista, Dona Del havia acompanhado Neide ao Centro de Solidariedade do Trabalhador (agência de emprego pública administrada pela Força Sindical) para que ela fizesse o seu cadastro de demandante de emprego. Enfim, com o nascimento de Gabriela, Neide restabeleceu laços de sociabilidade familiares em São Paulo, fato que lhe permitiu sair das condições de extrema precariedade que estava vivenciando e adquirir algumas das credenciais necessárias para inserir no mercado de trabalho e tentar novas formas de incursão na cidade de São Paulo:

E - Quando você chegou em São Paulo, como que se deu sua relação com as pessoas?

Neide – Vixe, foi meio difícil, né.

E - Por que?

Neide - Fazer amizades com as pessoas mesmo. [...] É difícil você chegar num lugar e fazer logo assim... Eu comecei a fazer amizades com as pessoas depois que eu tive ela [a bebê]. Eu conversava mais com o pessoal da casa lá, de lá mesmo e com outras pessoas que já morava aqui da Bahia também.

À luz do caso da Neide percebemos que, dado um contexto de baixo crescimento econômico, elevadas taxas de desemprego, de expansão do setor informal, de aumento das exigências escolares e/ou profissionais para entrada no mercado de trabalho, a mobilidade espacial em busca de uma oportunidade de emprego torna-se uma empreitada bastante arriscada, na medida em que, ao lado das dificuldades de adaptação ao novo destino e de inserção no mercado de trabalho, os eventuais contratempos que são presentes na experiência migratória de vários indivíduos – tais como doenças, desemprego, falta de moradia – mostram-se mais recorrentes e, para superá-los, os migrantes dependem de redes de ajuda mútua que, na maior parte das vezes, são formadas por familiares bastante próximos.

Nesse sentido, o caso do Joilson é o extremo oposto do que descrevemos sobre a Neide; a experiência migratória daquele jovem esteve sempre ancorada em redes familiares, do momento da decisão da partida até o momento em que ele constitui uma nova família na cidade de destino. Senão vejamos: ao chegar a São Paulo, Joilson e o irmão moraram na casa da irmã que era casada, ele arrumou um emprego de servente de pedreiro via outro irmão, o mesmo que financiará sua viagem para São Paulo; depois de alguns meses alugou uma casa com um dos irmãos, esse que o sustentaria meses depois quando ficaria desempregado por conta de um atropelamento; no momento em que duas de suas irmãs decidiram sair Paraíba para São Paulo, Joilson, que já estava casado na época, decidiu alugar uma casa e ir morar com a esposa.

No caso da Neide, por outro lado, a ausência de laços sociais fortes no local de destino a deixou em uma situação de vulnerabilidade que não foi somente laboral, mas também habitacional, alimentar, física, o que chegou a comprometer em alguma medida a sua sobrevivência:

“Chegando aqui eu queria voltar pra casa e ela [a amiga que a trouxe] não cedia nem pro meu sustento... eu cheguei a passar dificuldade na casa dela, eu grávida dela [Gabriela] ou bem antes mesmo, passei muita dificuldade na casa dela ... Por lá a família é grande e é ela paga aluguel, paga água, paga luz, paga tudo e até

mesmo... assim, o que sustenta eles na casa são as cestas básicas que ela recebe do governo...eu cheguei a passar fome na casa dela também...”. (Neide).

Ademais, os novos contornos da migração interna no país alteram consideravelmente as condições de incorporação dos migrantes recentes na metrópole paulista, o que põe em suspenso pressupostos caros aos estudos clássicos sobre movimentos migratórios. O fato de Neide ter sido socializada em uma área urbana não lhe garantiu uma adaptação facilitada a São Paulo, como faziam crer os estudos informados por uma teoria da modernização¹⁵. No caso, se compararmos o processo de adaptação da Neide com o do Ramos (que também migrou para São Paulo sem ter nenhum familiar morando em São Paulo) nota-se que esse último, embora nunca tivesse estado em uma cidade antes da migração, encontrou não apenas uma farta oferta de trabalho, mas se deparou com uma série de instituições e mediadores prontos para receberem os milhares de migrantes que chegavam todos os dias nas rodoviárias paulistas: agenciadores de emprego, pensões e pensionatos públicos e privados, centros de triagem e encaminhamento de trabalhadores, etc.. No momento em que Neide decide migrar, o deslocamento de nordestinos para São Paulo, embora volumoso, não era tão pujante como o foi até década de 1970: a queda no ritmo de expansão do emprego e o aumento da desocupação na Região Metropolitana de São Paulo estimularam um movimento emigratório na região, com destaque para a migração de retorno; as instituições e serviços públicos direcionados a atender a população migrante ou foram desativados ou mudaram de público-alvo (população carente, morador de rua, albergado).

Enfim, embora a experiência migratória interna no Brasil continue mobilizando sonhos, projetos de vida, decepções, fracassos de milhares de pessoas, atualmente esse deslocamento populacional não conta com o arranjo institucional que tinha anteriormente; em outras palavras, as migrações internas deixaram de ser pensadas como um eixo das políticas de desenvolvimento do país. Nesse sentido, não é de se espantar que grande parte dos migrantes alegue que os compromissos familiares sejam o principal motivo para a migração (Ântico, 1997; Oliveira e Jannuzzi, 2005), hoje mais do que antes, as migrações

¹⁵ Como vimos anteriormente, argumentava-se em estudos como os de Lopes, Cardoso e Rodrigues, que a falta de socialização dos migrantes rurais para lidar com instituições e normas sociais característicos do ambiente urbano seria um impeditivo para que eles constituíssem uma classe operária consciente de sua condição histórica.

são resultados de projetos de vida formulados no cotidiano, de sonhos, vontades cujo sentido encontra-se na história familiar, no convívio da comunidade local, no dia a dia de homens e mulheres “feitos de carne e osso”. Dona Del, que veio de Alagoas para São Paulo ainda criança, e que agora tem a incumbência de orientar a ex-nora, Neide, nas novas condições da metrópole paulista, assinala, com perspicácia, a distinção entre os tempos da migração:

E - A senhora acha que tem um tratamento diferente pra quem vem de outros estados para São Paulo?

D. Del - Eu acho que sim. Tem sim.

E - E como é que é isso? A senhora...

D. Del - Exploração, no caso. As pessoas que vem da roça no caso, sabe, são pessoas que, como dizem, são pessoas que têm dificuldade pra falar, pra se expor, não sabe realmente o que quer. Não são todas as pessoas, mas, enfim, tem pessoas que exploram, que se aproveitam dessas pessoas. A gente vê isso sempre. Quantas vezes eu vejo reportagem dessas pessoas que vêm de lá... Porque o sonho de quem vem lá do nordeste é o que? É chegar aqui e construir um futuro, um trabalho, ficar rico na verdade é o sonho das pessoas. (risos). Não é? É eu lembro, porque quando a gente veio pra cá, eu era criança, mas meu pai já vivia aqui há muito tempo. E pra gente, naquela época, a gente ia ficar rico vindo pra São Paulo. A gente não esperava chegar aqui e encontrar dificuldade, ter que agüentar aquele tempo horrível, frio, chuva. Você passar por tudo aquilo, era uma mudança para uma vida totalmente diferente, sabe. Não tinha mais a enxada a roça pra enfrentar o calor, toda aquela dificuldade. A gente queria chegar e encontrar uma vida decente, ter um lugar pra morar, mas a realidade do que a gente vê hoje em dia é bem outra. Claro que a gente não passou por isso, né, mas o que a gente vê hoje em dia, quem vem lá do nordeste vive jogado na rua, né, pessoas que imploram pra encontrar o dinheiro, pedindo pra que alguém pague o dinheiro da passagem pra eles voltar pra terra...

M- Se a senhora pudesse comparar pra gente a situação de migração que foi da família da senhora e a da Neide, a senhora acha que na época dos pais era melhor do que na época da Neide?

D. Del - Eu acredito que na época que meu pai veio pra cá em termos de trabalho era mais fácil. Porque assim, você estava trabalhando e saia do seu emprego, você não ficava uma semana sem outro trabalho. Quinze dias era o máximo que você ficava desempregado... A não ser que você quisesse mesmo descansar um pouco mais, aí você ficaria parado. Hoje não, hoje você vê que as pessoas batem dois, três anos que as pessoas atrás de um emprego. Ficam desempregadas, procurando dia-a-dia e não consegue encontrar nada. Em termos de trabalho, eu

acho que na época da gente, que a gente veio pra cá antes, eu acho que era bem mais fácil.

Feito este caminho, como refletir tendo em perspectiva as trajetórias aqui retomadas, associando-as aos achados da literatura que extensamente foi discutida? Este será o objeto das considerações finais que serão apresentadas no capítulo subsequente.

5. Considerações Finais

5.1 Migração e Mobilidade Social: um paradigma em questão?

Num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos de 1980, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos 1970, o Brasil passou por uma profunda e intensa transformação na sua estrutura produtiva, com reflexos evidentes na sua organização sócio-espacial. Se no período imediato ao final da Segunda Grande Guerra, o país poderia ser considerado eminentemente rural e agrícola - ainda que os pilares da transformação social em curso tivessem sido erguidos nos anos de 1930 - na década de 1980, apenas trinta anos depois, o Brasil era indubitavelmente um país urbano e contava com um complexo parque industrial, um setor terciário nada desprezível e uma burocracia estatal em plena expansão. Como bem qualificou Faria:

“De fato, entre 1947 e 1980, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média de 7,1 por cento ao ano, taxa esta superior à do conjunto dos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos [...] esse crescimento foi comandado pela indústria de transformação que, no conjunto, cresceu a uma taxa de 8,5 por cento ao ano” (1983, p.122).

Um crescimento de tal magnitude, ocorrendo a ritmo tão acelerado na periferia do capitalismo não se poderia dar sem que tivessem lugar profundas transformações qualitativas e quantitativas na estrutura espacial, demográfica e social. Nesse sentido, uma das principais expressões dessas mudanças sociais foi, como vimos em capítulos anteriores, o volumoso deslocamento populacional das áreas rurais do país para os centros urbanos, principalmente para os dois maiores, localizados no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro. O impacto social dessa transposição foi tão intenso que grande parte dos estudiosos da dinâmica socioeconômica brasileira destacou a coincidência entre o deslocamento populacional de milhões de trabalhadores rurais e os níveis elevados de mobilidade social ascendente (intra e inter-geracional) de grande parte da população brasileira; nos termos do debate, a mobilidade espacial e social seriam a face e a contra-face de um mesmo processo.

“A mobilidade geográfica induz a mobilidade vertical. Os indivíduos que vivem em um lugar diferente de onde nascerá tendem a alcançar um status ocupacional mais alto do que os indivíduos que permanecem no mesmo lugar. A migração é um elemento de promoção tanto dos migrantes como dos naturais e opera como equalizador da estrutura social [...] Em suma há várias indicações de que a migração tem atuado como mecanismo de compensação da enorme disparidade regional que subsiste no Brasil. Estancar a migração implica em aumentar os efeitos da disparidade” (Pastore, 1979, p.184-5).

Entretanto, o pressuposto de uma relação virtuosa entre migração rural-urbana e mobilidade ascendente deve ser tomado nos termos históricos que especificam a complexa experiência brasileira de então. Com efeito, a passagem da atividade agrícola para o terciário precário, por exemplo, talvez não pudesse ser rigorosamente considerada um movimento ascensional; ou, por outra, é difícil acreditar que milhares de trabalhadores rurais que migraram para os grandes centros tivessem apenas como objetivo último acumular algum pecúlio a fim de restabelecer a condição de camponês no lugar de origem. Contudo, não é possível desconsiderar que dada a complexidade da estrutura urbana das metrópoles (redes de transporte, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, comércio e serviços, etc.) e a ampliação dos serviços públicos decorrente do aumento populacional (sistema de saúde, educação, habitação, etc.), o deslocamento para os grandes centros urbanos representava, de fato, a possibilidade de ter acesso aos bens e serviços que estavam diretamente ligados à concepção de vida moderna.

Na maior parte das vezes, os próprios migrantes compartilhavam da opinião de que eles realmente haviam ascendido socialmente: a saída da agricultura de subsistência, da produção “da mão para boca”, e o ingresso no trabalho urbano assalariado, com registro em carteira assegurando os direitos trabalhistas, representavam uma mudança substancial nas condições de vida de milhões desses trabalhadores migrantes. Entretanto, a entrada no mercado de trabalho formal esteve longe de ser uma regra no contexto brasileiro. Mesmo nos principais centros urbanos era grande o número de trabalhadores, migrantes e não-migrantes, realizando toda sorte de expedientes para conseguir sobreviver; havia ainda aqueles que, devido às oscilações da dinâmica econômica, viam-se obrigados a entrar no mercado informal, dada a incipiência das políticas de seguridade direcionadas aos trabalhadores desempregados; por fim, vale destacar que mesmo os migrantes que

conseguiram inserir-se no mercado formal de trabalho, quase sempre o faziam em ocupações precárias e pouco qualificadas. Mello e Novaes (1998), em um ensaio cujo título, “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”, dá a medida das contradições que marcam a modernidade brasileira, sintetizam bem como se constituiu a saga dos migrantes rurais, na sua maioria de origem nordestina, em busca de condições de vida dignas:

“A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá, em geral, para os homens, na construção civil, e, para as mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de ‘aceitar qualquer serviço’, pois ‘não têm desembaraço’, ‘são acanhados’, ‘afobam-se’, ‘nunca têm esperteza de quem já está na capital’, ‘não entendem a linguagem da cidade’, não sabem mexer com as máquinas’. [...] Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador de automóvel. A passagem ao trabalho na indústria ou nos serviços organizados já era um avanço [a despeito dos baixos salários]. Antes de tudo, porque representava o acesso aos direitos trabalhistas, garantidos pela legislação estabelecida basicamente no primeiro governo Vargas: a jornada de oito horas, férias remuneradas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, lei de acidentes, salário mínimo, indenização por dispensa, etc.” (1998, p.598-9).

Da década de 1980 em diante, o cenário altera-se consideravelmente. As novas condições de funcionamento do mercado de trabalho e a reorganização espacial da estrutura produtiva que formou novos pólos industriais pelo país alteraram, como vimos, a relação entre a dinâmica econômica e os movimentos migratórios. De acordo com os dados censitários de 1991 e 2000 foi possível identificar novos destinos migratórios, inversões de fluxos em áreas que tradicionalmente “perdiam” população, uma predominância da migração entre áreas urbanas, crescimento das cidades de médio e pequeno porte, compondo um panorama diferenciado em relação ao processo de metropolização e concentração populacional que caracterizaram a expansão urbana brasileira. Nesse sentido, embora os grandes traços que marcaram a dinâmica populacional nos cinquenta anos anteriores (tais como o intenso fluxo de nordestinos para a metrópole paulista) continuassem predominando, era preciso reconhecer que a relação paradigmática entre mobilidade social e migração parecia estar perdendo o poder explicativo.

Por um lado, a reestruturação produtiva - que começou de maneira conservadora nos anos de 1980, restrita a empresas de grande porte e com processos produtivos complexos, e

que se tornaria mais sistemática na década seguinte - alterou profundamente os conteúdos e os processos de trabalhos com reflexos evidentes na estrutura social. Como destacou com propriedade Jannuzzi:

“... a desestruturação do mercado de trabalho paulista e nacional tem sido tão intensa que a própria identificação da mobilidade social com a mobilidade ocupacional parece perder a validade que lhe era inerente no passado. As relações de trabalho, a forma de inserção no processo produtivo, a vinculação setorial das atividades ocupacionais passaram a assumir nuances tão variadas e conjunturais que colocam desafios adicionais para a identificação da natureza ascendente ou não das trocas de posição ocupacionais no mercado. A redefinição dos conteúdos e funções precípuas de ocupações existentes, o surgimento de novas, ou, mais genericamente, a ‘pós-fordização’ das relações de produção – estão provocando mudanças substantivas no espectro ocupacional, alterando posições relativas de status e rendimentos até então muito estáveis entre as profissões. Ser médico, professor, torneiro mecânico ou perueiro, ter carteira assinada ou não, ser ou não conta-própria configura hoje situações menos esclarecedoras que no passado sobre a possível situação do indivíduo” (2000, p.29).

A eloqüência das mudanças nas regras de funcionamento do mercado de trabalho, combinada com os novos contornos da dinâmica migratória interna que não suplantaram, ao contrário, se confundiram com os fluxos migratórios tradicionais tornam cada vez menos profícuos modelos interpretativos que derivam a explicação da dinâmica migratória recente da análise de determinantes macro-estruturais. Ântico (1997), assim como Oliveira e Jannuzzi (2005), na contramão dessa perspectiva, procuraram determinar os novos condicionantes da migração interna no país por meio de investigações que perscrutaram as motivações que levaram os migrantes a empreender o deslocamento espacial nessas últimas duas décadas.

De um modo geral, os resultados desses novos estudos sugerem que embora o pressuposto básico de grande parte dos estudos migratórios de que as desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos persista como um bom ponto de partida, já não parece ser suficiente para explicar a complexidade do fenômeno migratório atual (e talvez não tivesse sido antes!).

Ântico (1997), analisando um *survey* sobre trajetória migratória e ocupacional (PRAD) de indivíduos que se deslocaram para o estado de São Paulo ou dentro do próprio estado entre as regiões metropolitanas (São Paulo, Santos e Campinas) e o interior do estado no intervalo de 1980 e 1993, verificou que os fatores profissionais, familiares e de moradia representavam, respectivamente, 40,6%, 25,1% e 12,8% do total dos motivos declarados pelos migrantes da amostra. Em seguida, apresentam-se os motivos relacionados ao conhecimento anterior do local de destino (7,1%), ao maior acesso à infra-estrutura e serviços (4,7%), à segurança e qualidade de vida (3%) e ao custo de vida (2%). Tem-se então que mais da metade das razões para migrar refere-se a motivos não diretamente relacionados ao emprego; além disso, a autora apresentou variações na estrutura de decisão dos migrantes de acordo com a idade e a condição social (mensurada a partir de uma estrutura social do tipo classe A, B, C e D), sugerindo uma maior participação de diferentes grupos sociais na dinâmica migratória paulista. Em síntese, argumenta a autora:

“Atualmente, os clássicos estudos sobre os fatores de expulsão ou de atração de uma determinada localidade, na análise dos movimentos migratórios, parecem não mais comportar, sozinhos, as explicações dos deslocamentos populacionais. Mesmo as definições de origem e de destino ganham novos contornos, diferentes daqueles utilizadas, em décadas anteriores, para a análise dos deslocamentos massivos, em que a maioria das pessoas migrava por razões econômicas, tornando central a relação entre migração e pobreza. Mais recentemente, as questões ligadas as migrações vêm adquirindo maior complexidade, à medida que os movimentos e perfis dos migrantes se diversificam. Os motivos e as características dos migrantes, aqui levantados, apontam para essa diversificação, indicando uma estrutura de escolha diferenciada para chefes migrantes em diferentes grupos sociais, idades, áreas de destino, tipos de movimentos e número de mudanças” (Ântico, 1997, p. 112).

Oliveira e Jannuzzi (2005) acrescentam novos aspectos à discussão, analisando os resultados da PNAD 2001, com amostra representativa para o Brasil, enquête que incluiu no seu questionário básico uma questão sobre os motivos da migração. Os autores também apresentaram evidências que contradizem a premissa, tão cara aos primeiros estudos migratórios, que atribui aos desequilíbrios espaciais de natureza econômica a determinação básica dos fluxos migratórios. De acordo com Oliveira e Jannuzzi, o motivo de “acompanhar a família” é o mais mencionado por mais da metade (51,1%) dos migrantes

entrevistados na pesquisa, seguindo-se, aí sim, dos motivos relacionados ao trabalho, apontado por pouco menos de um quarto (23,1%) dos entrevistados como principal razão do último deslocamento no país. A predominância das motivações referentes às relações familiares como principal móvel para migrações internas brasileiras, explica-se, em grande medida, pela composição da amostra que incluiu, além dos chefes, os cônjuges e os filhos. Nesse sentido, percebe-se que entre as mulheres, 63% declaram migrar pela necessidade de acompanhar a família, enquanto entre os homens a cifra correspondente reduz-se a 39,6%. No entanto, os autores registram que, mesmo entre os homens, os deslocamentos motivados por trabalho situam-se abaixo daqueles justificados pela necessidade de acompanhar a família (34,7%). Mais uma vez, esses resultados refletem, em grande medida, a presença dos filhos na amostra, haja vista que, entre os migrantes de 25 até 49 anos de idade o trabalho é claramente o motivo mais importante¹⁶.

Oliveira e Jannuzzi destacam ainda que o padrão motivacional altera-se de acordo com a região de origem dos migrantes, ratificando os achados apresentados pioneiramente por Martine e Peliano (1976) e depois por Jannuzzi (2000) de que a estrutura sócio-econômica da região de origem é, em boa medida, determinante do tipo de movimento migratório predominante em uma dada região. No caso do estudo em questão, os autores demonstraram que 36% dos migrantes que se dirigiam do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo mencionaram o trabalho como principal motivação – mais de dez pontos percentuais acima da média nacional –, ainda que 44% deles destacassem o acompanhamento aos familiares como principal motivação. Por outro lado, entre os migrantes da RMSP, por exemplo, a mudança induzida por uma busca de moradia em local mais aprazível ou de custo mais baixo é significativamente mais alta, seja pelos fluxos voluntários de saída da classe média dos grandes centros, seja pela expulsão involuntária da população de baixa renda dos distritos centrais da metrópole em direção às periferias¹⁷.

¹⁶ Esse estudo aponta para uma variação bastante interessante entre a posição no ciclo de vida e as motivações para migração. Sobre os migrantes jovens e os idosos dizem os autores: “De fato, entre os jovens na faixa de idade dos 15 aos 24 anos, além do trabalho e da necessidade de acompanhar a família, a migração motivada por estudo também se mostra relativamente importante. Entre os migrantes mais idosos, a migração forçada por contingências familiares passa a ter papel mais importante que o trabalho. Migração motivada por questões de saúde e moradia (morar com parentes, morar no interior, etc.) também passam a ser mais importantes”. (Oliveira e Jannuzzi, 2005, p.136).

¹⁷ Sobre o deslocamento populacional dos moradores da RMSP veja também, Baeninger, 1999 e Torres, 2004.

Os dados apresentados nesses dois estudos enfatizam que diante das mudanças na composição da estrutura produtiva do país, combinadas com a forte retração no ritmo de crescimento e com o conseqüente recuo na expansão da oportunidade de emprego, novos fatores teriam passado a estimular os deslocamentos populacionais no Brasil; ou seja, os migrantes não estariam respondendo tanto aos estímulos econômicos, como oportunidades de emprego no local de destino, e sim estariam migrando principalmente por razões relacionadas aos laços comunitários de tipo familiar. Nesse sentido, estaria resolvida uma das grandes incógnitas colocadas pelos resultados do Censo 2000, qual seja, o recrudescimento da migração de nordestinos para a Região Metropolitana de São Paulo em um momento de acentuação da crise econômica e aumento da taxa de desemprego e do tempo de procura por um novo emprego (Cunha e Dedecca 2000, Dedecca e Cunha, 2002); esse deslocamento seria provavelmente explicado por fatores supostamente não-econômicos, como a existência de uma sociabilidade nordestina na metrópole paulista e a uma tradição migratória em determinadas áreas do Nordeste (argumento sustentado, principalmente, por Brito, 2000). Não se trata aqui de desconsiderar a importância das redes sociais na empreitada migratória, mas sim de desconfiar de sua pretensa novidade e de sua oposição congênita às motivações econômicas.

5.2 Olhares sobre a Migração e os Migrantes: modelo e movimento

Dado o ritmo dos processos de industrialização e de urbanização, acentuando a desigualdade regional que marca o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, seria esperado que a possibilidade de emprego na cidade aparecesse como principal motivação para o enorme êxodo rural¹⁸. No entanto, vale a pena se perguntar em que medida a predominância de uma interpretação que vislumbre o migrante somente como um trabalhador é tributária de uma representação bastante sedimentada da funcionalidade do fenômeno migratório na constituição das sociedades capitalistas contemporâneas. Como vimos anteriormente, parte considerável da problemática da migração de trabalhadores

¹⁸ Ademais, como vimos no capítulo 1, esse deslocamento populacional foi, em grande medida, estimulado por políticas públicas que visavam aumentar a oferta de mão-de-obra no Centro Sul do país e mitigar os conflitos sociais em curso no campo, principalmente, no Nordeste.

nacionais, principalmente nordestinos, deu-se em torno dos efeitos da participação (ora displicente, ora deletéria, ora redundante) desse contingente populacional na composição da força de trabalho urbana, considerada, na época, o motor do processo de modernização em curso. Dessa forma, entendia-se que o migrante de origem rural era, antes de tudo, um trabalhador, nem sempre bem-vindo, mas sem dúvida, necessário. A esse respeito, Sayad, estudando as condições de vida dos argelinos na França, observou que o trabalho era o fator que legitimava a presença estrangeira dos migrantes no local de destino. Nas argutas palavras do autor:

“Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. [...] E esse trabalho, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o ‘mercado de trabalho para imigrantes’ lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes. Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio migrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que cria a ambos” (1998, p.54-5).

A representação do migrante como sendo eminentemente uma força de trabalho persiste também nas duas principais correntes interpretativas dos estudos migratórios: a perspectiva neoclássica e a perspectiva histórico-estrutural.

Na abordagem neoclássica, os movimentos migratórios são entendidos a partir de uma teoria do equilíbrio do mercado de trabalho. Dessa forma, as regiões com escassez de mão-de-obra tendem a oferecer salários mais elevados e, portanto, tendem a atrair um maior número de migrantes originários de áreas com excessos de mão-de-obra onde os salários são mais baixos. Assim, o equilíbrio salarial dar-se-ia na medida em que o migrante fosse equalizando o contingente populacional ao número de vagas disponível no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, os migrantes são encarados como um somatório de indivíduos autônomos e racionais que decidem migrar após fazerem um cálculo de tipo custo e benefício, vislumbrando a possibilidade de retorno e tendo como critério principal as diferenças salariais, e, em alguns autores, a possibilidade de obter emprego no local de destino. Ainda que os pesquisadores que partilham dessa perspectiva (em sua maioria economistas, mas não só) tenham o mérito de considerar o migrante como um agente

interessado e de destacar o retorno econômico como elemento determinante na decisão da migração, essa abordagem assenta-se em certos pressupostos pouco condizentes com a experiência empírica. Em primeiro lugar, os migrantes não respondem mecanicamente a diferenciais de renda ou emprego; em segundo lugar, os indivíduos são heterogêneos quanto às suas preferências e motivações, agem em contextos diferenciados e nem sempre são capazes de elaborar e maximizar de forma ótima sua função de retorno esperado para medirem o benefício da migração. Além disso, há uma série de outros pressupostos dessa abordagem que vêm sendo questionados pela própria teoria econômica: ausência de assimetria de informação, a existência de mercados perfeitos, quantificação monetária das amenidades, etc.

A presença da abordagem histórico-estrutural foi marcante nos estudos populacionais latino-americanos em geral, e brasileiros em especial, notadamente entre os anos 1970 e 1980. Isso porque, como podemos perceber no seminal ensaio de Singer (1973) “Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”, essa abordagem teve o mérito de combinar os principais avanços da teoria demográfica sobre os deslocamentos populacionais (Ravenstein, Lee, Myrdal) com uma interpretação alternativa que contemplasse o processo de desenvolvimento socioeconômico que teve lugar em grande parte dos países da América Latina no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, segundo a abordagem histórico-estrutural, a migração é um fenômeno eminentemente social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos pertencentes a grupos (classes) sociais determinados. Aqui, o processo migratório reflete uma mudança estrutural na organização produtiva da sociedade num determinado contexto histórico que é condicionado, principalmente, pela industrialização e pela urbanização. Em outras palavras, tratava-se de um objeto privilegiado para se entender a passagem de uma sociedade rural-agrária para uma sociedade urbano-industrial. E nesse sentido, com bem destacaram Patarra e Cunha (1987), o estudo das migrações tornou-se o estudo da inserção da população em espaços econômicos em transformação; migração e emprego passavam a ser duas faces da mesma moeda nesse objeto de estudo, tal como predominante entre esses teóricos. A abordagem histórico-estrutural teve, assim, o mérito de ir além da mera descrição dos fluxos migratórios ao associar as migrações a um processo de desenvolvimento econômico e social latino-americano, que diferia, sobremaneira, da forma como tal processo tinha se

dado na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, a ênfase estrutural que singularizava essa abordagem reservava aos indivíduos migrantes um papel lateral, já que a solução teórica do quebra-cabeça histórico estava longe do seu alcance. Em outras palavras, os movimentos de trabalhadores e os deslocamentos das populações eram vistos como reflexos do movimento do capital, que era o verdadeiro e único protagonista nessa abordagem.

“O mais provável é que a migração seja um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo. Quando se deseja investigar processos sociais, as informações colhidas numa base individual conduzem, na maioria das vezes, as análises psicologizantes, em que as principais condicionantes macro-sociais são desfiguradas quando não omitidas. No caso específico das migrações internas, o caráter coletivo do processo é tão pronunciado que quase sempre as respostas da maioria dos migrantes caem em apenas duas categorias: 1. motivação econômica (procura de trabalho, melhora das condições de vida etc.) e 2. para acompanhar o esposo, família ou algo deste estilo. A forma estereotipada das respostas indica que a indagação não foi dirigida a quem possa oferecer uma resposta capaz de determinar os fatores que condicionam o fenômeno. (...) Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele”. (Singer, 1973, p. 51-2).

A despeito das divergências evidentes sobre as causas e efeitos da migração, ambas as perspectivas têm em comum o suposto de que o migrante desloca-se de seu lugar de origem para trabalhar. Entretanto, em nosso entender, elas apresentam o limite de não considerarem as condições de vida desses trabalhadores/migrantes, de não abordá-los como “indivíduos de carne e osso” (Garcia Jr., 1989): ora o migrante é tido como um protótipo de indivíduo que responde mecanicamente aos diferenciais de renda e emprego, ora ele é concebido como um receptáculo movido de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

Novamente de acordo com os resultados de Oliveira e Jannuzzi (2005) vimos que parte considerável da novidade dos dados apresentados deveu-se, em grande medida, à mudança do foco analítico, ou seja, ao tomar como unidade de análise a família como um todo e não somente o chefe da família, os autores estão deixando de conceber os migrantes

como mera força de trabalho e concebendo-os como grupos humanos. Comumente os estudos migratórios tinham como referência de migrantes homens, jovens, solteiros e dispostos a trabalhar. As mulheres migrantes raramente eram objeto de reflexão nos estudos acerca do padrão de adaptação dos migrantes rurais e nordestinos nos grandes centros urbanos; nas vezes em que apareciam, eram identificadas como força de trabalho secundária. O mesmo acontece com as crianças migrantes, cuja presença na cidade impulsionou uma série de movimentos sociais na periferia dos grandes centros nas décadas de 1970 e 1980 pela expansão de serviços públicos como a construção de novas escolas, creches, postos de saúde, etc..

No caso específico da migração de nordestinos para São Paulo é possível identificar alguns padrões estabelecidos historicamente que desafiam as interpretações derivadas das duas perspectivas analíticas comentadas acima – neoclássica e histórico-estrutural. De início vale dizer que esse deslocamento não foi composto por indivíduos isolados em busca de otimizar seu capital humano; por outro lado, conquanto a maioria dos migrantes compusesse a ampla base da estrutura social brasileira, não era possível identificá-los como uma classe social em movimento, muito por conta da diversidade das condições de saída (diversidade que persiste mesmo tomando o Nordeste como referência, vale dizer!). Na verdade, a migração nordestina aproxima-se bastante do tipo migratório denominado pela literatura¹⁹ como migração em cadeia. De acordo com a formulação clássica, por migração em cadeia entende-se “o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores” (MacDonald e MacDonald, 1964, apud Truzzi, 2008, p.202).

Durham (1973) já havia enfatizado o fato de que, dados os custos da viagem e os riscos do deslocamento, a migração de trabalhadores rurais para cidade caracterizava-se por ser uma empreitada familiar. Mesmo considerando o caso típico de migrante nordestino que chega nos grandes centros sozinho ou com amigos - homem, jovem e solteiro – quando atentamos para a sua trajetória migratória, logo percebemos que a decisão de migrar fazia parte de uma estratégia do grupo familiar, em que a saída de um ou mais membros era uma

¹⁹ Para uma avaliação recente das tipologias dos movimentos migratórios ver o sugestivo artigo de Truzzi (2008).

alternativa para evitar a desestruturação da unidade doméstica: seja devido o tamanho diminuto da propriedade, seja devido ao questionamento da autoridade paterna, seja devido à incapacidade dos filhos constituírem eles próprios uma nova família, etc. Há casos que os chefes de família migram sozinhos primeiro a fim de encontrar uma oportunidade e enfrentar o período mais crítico de adaptação. Nesse entremeio, eles enviam remessas de dinheiro para a família que ficou no local de origem, onde as esposas ou reorganizam as condições de vida (geralmente por meio da compra de terrenos, casas, animais, etc.) para que o marido possa retornar, ou poupam o dinheiro enviado pelo esposo e aguardam o melhor momento (quase sempre esse momento coincide com a conquista de um emprego formal) para reunir novamente a família em outra localidade. No caso das mulheres, o mais comum é que elas se desloquem acompanhando os pais ou marido; no entanto, como vimos nas trajetórias analisadas, de modo algum esse fato significa falta de agência por parte delas, principalmente se olharmos do ponto de vista do mercado de trabalho, posto que diversos estudos mostram que a taxa de participação das mulheres migrantes é maior dos que as das mulheres não-migrantes.

Com Wood (1982), compartilhamos o ponto de vista de que analisar a migração como uma estratégia familiar permite satisfazer as principais limitações das correntes interpretativas antes comentadas: do prisma da perspectiva neoclássica é possível identificar fatores não-econômicos como determinando a tomada de decisão dos migrantes, além de ser mais sensível às eventualidades históricas na determinação ou estancamento dos fluxos migratórios; por outro lado, do prisma da perspectiva histórico-estrutural é possível perceber como os indivíduos, mesmo em condições sociais parecidas reagem de formas distintas aos constrangimentos macro-estruturais. De acordo com o autor:

“...migration is an activity firmly embedded in, and conditional upon the success or failure of, the initiatives undertaken by the household as it interacts with the social, economic and political environment. Compared to equilibrium and the historical-structural perspectives, the study of household sustenance strategies, interpreted within the political economy of household is a part, provide a more holistic approach that potentially identifies the complex interactions between the structural and behavioral factors that determine patterns of population movement”. (Wood, 1982, p.314).

No entanto, vale assinalar que não se trata de entender a unidade doméstica como um grupo monolítico; a posição que determinado indivíduo ocupa dentro da família é decisiva na determinação da parcela que lhe cabe na distribuição dos recursos produzidos pela família, principalmente quando esses recursos são escassos. No caso da experiência migratória tem-se enfatizado que a posição na família é decisiva para decidir quem migra, quem não migra, quem vai primeiro, quem migra por último, etc. Ser jovem, ser mulher, ser homem, ser o filho mais velho, ser o filho mais novo, solteiro ou casado, define sobremaneira as possibilidades e as condições de migração e, principalmente, é fator decisivo no processo de adaptação na região de destino.

Assim, estar atento à diversidade das posições assumidas ou impostas aos indivíduos dentro unidade familiar é precondição para se compreender o deslocamento de milhões de nordestinos para São Paulo nos últimos setenta anos como um fenômeno social complexo em que as pertencas de gênero e de geração possibilitam vislumbrarmos facetas diversas de um mesmo processo social.

5.3 Migrante Nordestino, Trabalhador Paulista, Operariado Brasileiro

Que lugar poderíamos reconhecer para nossos achados exploratórios alinhados até aqui? Retomemos o fio do argumento, tentando sistematizar alguns elos que conectam nossas idéias à discussão da literatura.

Nesta dissertação estudamos as condições de inserção dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo em um contexto de reestruturação econômica e baixo crescimento das oportunidades de emprego. Nosso desafio era entender o recrudescimento do deslocamento de migrantes nordestino em direção à metrópole paulista em um contexto economicamente desfavorável, especialmente para os indivíduos com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, características compartilhadas pela maioria dos indivíduos que compunha esse fluxo migratório (Jannuzzi, 2000).

Para tanto procuramos, de início, contextualizar a migração dos nordestinos para São Paulo dentro da dinâmica migratória nacional e sublinhamos a importância dessa experiência migratória na construção de uma sociedade urbana e industrial no Brasil. Nesse

sentido, destacamos que mais do que uma mera alocação ótima de fatores de produção entre regiões economicamente desiguais, o deslocamento de nordestinos para São Paulo é um fenômeno social construído por diversos atores, dentre eles, o poder público. Em diversos momentos da história o Nordeste foi pensado como um reservatório de força de trabalho a ser mobilizado a bem do desenvolvimento e integração da nação. Ainda que o estado de Minas Gerais fosse uma região igualmente populosa e com altas taxa de emigração, principalmente em direção a São Paulo, foi no Nordeste que a migração ganhou estatuto de política pública. Na diversificação da agricultura paulista nos anos 1930, na construção de Brasília nos anos 1950, nas políticas de expansão das fronteiras durante os anos 1960 e 1970 era nordestino o migrante idealizado por essas políticas.

No entanto, na história dessa experiência migratória, os migrantes não foram meros expectadores. A mera presença de milhões de nordestinos em São Paulo, maior centro industrial do país, suscitou uma série de polêmicas e debates sobre os desígnios dessa região e do país. Apesar dos preconceitos e animosidade enfrentados por esses migrantes, a inserção desses trabalhadores nas industriais modernas não foi limitada – ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde os imigrantes estrangeiros estão em sua maior localizados no mercado secundário de trabalho ou nos enclaves econômicos (Portes e Wilson, 1980). No caso brasileiro, dada a heterogeneidade do mercado de trabalho e a desigual distribuição de renda, as condições de trabalho e renda dos operários, mesmo quando trabalhando em empresas com maiores rendimentos como as automobilísticas multinacionais, são muito distantes da realidade dos trabalhadores de “colarinho branco” e das chefias. Muitos estudiosos afirmavam que haviam dois padrões de mobilidade no país, um padrão estrutural para as posições mais baixas da estrutura social e outro circular, para as posições mais prestigiosas e de maior rendimento. Daí que surge a famosa frase de que no Brasil “muitos sobem pouco e poucos sobem muito”.

É indubitável que os migrantes nordestinos contribuíram para constituir o operariado moderno paulista que surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial. Tanto é verdade que parcela considerável do debate sociológico sobre a formação da sociedade industrial no Brasil deu-se em torno da suposta “apatia” política do novo operariado nacional, que segundo vários autores, poderia ser explicada pela origem rural de grande parte dos trabalhadores, por esses não estariam imbuídos dos valores burocráticos e impessoais

predominantes no ambiente urbano. Essa imagem dos trabalhadores migrantes de origem rural muda radicalmente quando deflagram as grandes greves do ABC paulista no final dos anos 1970 em plena a Ditadura Militar. Daí em diante, os trabalhadores nacionais seriam considerados como sujeitos políticos, cuja história precisaria ser melhor contada se quisermos entender as condições e contradições da sociedade brasileira contemporânea. (Paoli e Sader, 1997).

Nesse sentido, ao tentarmos entender as situação ocupacional dos migrantes nordestinos no mercado de trabalho paulista na década de 1990, nos deparamos com questões que poderiam ser melhor compreendidas se abordadas de uma perspectiva diacrônica. Dado que os migrantes nordestinos estariam ocupados em setores fortemente atingidos pela reestruturação econômica dos anos 1990 – como a indústria, notadamente a têxtil ou a construção civil – vários estudos sugeriram que, na Região Metropolitana de São Paulo, esses migrantes estariam mais vulneráveis à desocupação e à transição ocupacional dos que os não-migrantes. (Dedecca e Cunha, 2000; Cunha e Dedecca 2002; Jannuzzi,2000). Para alguns autores, essa situação justificaria o aumento da migração de retorno de parte dos migrantes antigos, pelo intenso vai-e-vem dos migrantes mais novos, porém, não explicaria a permanência do deslocamento de migrantes nordestinos para a região.

Diante disso, nos colocamos como questão a necessidade de investigar quais seriam as condições concretas que permitiriam que migrantes deixassem a metrópole paulista e retornassem à região de origem, ou continuassem insistindo e procurando estratégias para sobreviver, mesmo em um contexto desfavorável. Indagamos ainda sobre qual seria o real objetivo dos jovens migrantes que se dirigem para uma São Paulo que nem de longe lembrava a realidade dos anos 1970, ricos em oportunidades de emprego e horizontes de mobilidade social. Para refletir sobre essas questões buscamos indicações em trajetórias de migrantes que chegaram em momentos distintos na região metropolitana de São Paulo e tiveram inserção diferenciada no seu mercado de trabalho.

5.4 Gerações Migratórias: “migrantes antigos” e “novos migrantes”

Procuramos ao selecionar os casos de modo a organizar um mosaico que possibilitasse demarcar os grandes momentos da dinâmica migratória inter-regional no Brasil, notadamente o fluxo Nordeste – São Paulo: o primeiro momento inicia-se de forma subvencionada na segunda metade da década de 1930 e estende-se até o final dos anos 1970; o segundo momento inicia-se com a crise econômica nos anos de 1980 e persiste pela década seguinte. Essa demarcação temporal pressupõe que a dinâmica econômica é decisiva na direção e no volume dos fluxos migratórios e nas condições de incorporação dos migrantes nas regiões de destino. Assumimos que essa demarcação temporal seria plausível, na medida em que ela nos permite identificar, na recomposição das trajetórias migratórias e ocupacionais dos migrantes, mudanças nas condições da migração e da inserção na sociedade receptora por meio do acesso ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, podemos ler as trajetórias descritas no capítulo anterior a partir da distinção entre as “gerações migratórias”. No caso, identificamos duas gerações migratórias que denominamos de “migrantes antigos” e de “novos migrantes”. Na geração dos “migrantes antigos” percebe-se que há uma correspondência entre a migração para São Paulo e a possibilidade de mobilidade ascensional por meio da inserção no mercado de trabalho formal. Entre os “novos migrantes” a experiência migratória não conta mais com os suportes institucionais de antes e a mobilidade social via inserção no mercado de trabalho é dificultada pela lenta expansão das novas oportunidades de emprego e o aumento das exigências escolares e profissionais por parte dos contratantes.

Os quatro primeiros casos (Ari, Ramos Luiz e Irina) podem ser considerados como uma geração de “migrantes antigos”. Todos eles chegaram a São Paulo antes da crise dos anos 1980, num contexto de fartas oportunidades de emprego, em que, de acordo com vários dos entrevistados, na metrópole paulista, “só não trabalhava quem não quisesse”. Um, dois, no máximo três dias era o tempo necessário para que os migrantes, com pouca ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional, às vezes nem mesmo com documentação, arrumassem uma ocupação. Como disse Ramos, “na época”, referindo às décadas de 1960 e 1970, “São Paulo era o pai da nação”. De acordo com Luiz, tratava de um momento em que sobrava emprego, mesmo para aqueles que se deslocavam do

Nordeste para São Paulo por motivos outros que não o trabalho. O caso da Irina, por exemplo, ilustra bem essa situação. Ela migrou para São Paulo a contra-gosto acompanhando o marido; no entanto, meses depois, ela estava trabalhando como costureira, trabalhadora em domicílio integrada à indústria de confecções. A sua entrada no mercado de trabalho deu-se, em parte, devido à grande oferta de oportunidades e, em parte ainda, devido à baixa remuneração das classes trabalhadoras cujos salários foram reduzidos consideravelmente durante o período do “milagre econômico”, obrigando as famílias lançarem ao mercado de trabalho o maior número possível dos seus membros a fim de manter as condições mínimas de sobrevivência. Mesmo se considerarmos o caso de Ari, trabalhador especializado da indústria metalúrgica, notamos que as condições de vida da sua família são bastante modestas, a ponto de que qualquer experiência de desemprego, mesmo que por um curto período, fosse suficiente para causar sérios problemas à sobrevivência daquela unidade doméstica. A dificuldade das famílias comprarem uma casa própria também era um bom indício das condições de pobreza desses trabalhadores manuais em São Paulo. A indenização de dez ou doze anos de trabalho não era suficiente sequer para comprar uma casa, mesmo que na periferia da cidade; a possibilidade dos trabalhadores constituírem uma poupança era também restrita e a ausência de políticas habitacionais marcava o processo de urbanização no Brasil, situação que fazia da autoconstrução a estratégia mais viável e rápida para os trabalhadores terem acesso a uma moradia. Enfim, procuramos deixar evidente que não se trata de considerar o período de formação de centro industrial em São Paulo como os “anos dourados” da classe trabalhadora. Pelo contrário, esse período, notadamente durante o “milagre econômico”, foi marcado por contradições que podem ser sintetizadas pela combinação entre **crescimento e pobreza**, para lembrar o título de um estudo de referência sobre o período.

Os três últimos casos (Maria, Joilson e Neide) podem ser considerados como “novos migrantes”. Os três chegaram a São Paulo depois da década de 1980, encontrando um período de modesto crescimento econômico e elevadas taxas de desocupação.

Entre eles, Maria foi a única que chegou nos anos 1980. Essa década foi marcada por acentuadas oscilações econômicas: um período de forte recessão (1981-1984) um período de recuperação da produção (1985-1987) e um período de estagnação (1988-1989), cujos efeitos no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo foram a redução do

emprego industrial, aumento das atividades informais e maior participação da força de trabalho feminina (Sabóia, 1986). Nessas condições, reduziram-se consideravelmente as possibilidades da Maria empregar-se nos setores mais protegidos e organizados do mercado de trabalho. Considerando ainda a sua baixa escolaridade e a ausência de credenciais profissionais, podemos entender a sua inserção precária no mercado de trabalho, marcada por sérias dificuldades para obter um emprego formal e quase sempre retida no emprego doméstico.

Já Neide e Joilson chegaram a São Paulo entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Eles se depararam com um mercado de trabalho que lhes era inóspito, com uma taxa de desocupação próxima da marca dos 20% da população ativa, elevado e crescente tempo de procura de emprego, e com a concentração de quase metade da PEA no setor informal. Enfim, um contexto nada favorável para os novos demandantes de trabalho. Entretanto, nota-se nos dois casos que a motivação para migração, está menos relacionado à possibilidade de mobilidade social, e mais ao desejo de conhecer São Paulo, que ainda mantém a imagem de uma cidade moderna, um lugar sobre o qual se ouve falar durante a infância, onde vivem parentes, amigos ou conhecidos. Joilson, entusiasmado com a nova cidade e com o reencontro com os familiares e amigos de infância da Paraíba, diz: *“Você vive em cidade pequena, você é cego. Eu gostei de conhecer São Paulo”*.

No entanto, ficou evidente na recomposição da trajetória desses jovens que o acesso à cidade passa necessariamente pela entrada no mercado de trabalho. Ambos realizaram atividades precárias, com baixíssimos rendimentos e sem seguridade social. Nos momentos de desemprego foram lançados em uma condição de extrema pobreza. Como comentamos anteriormente, a estabilidade profissional e residencial de Joilson em São Paulo, ainda que penosa, foi facilitada, em comparação com a Neide, pela densa rede de sociabilidade familiar que o auxiliou nos períodos de privação de trabalho. Na ausência dessas redes sociais, a experiência migratória para cidade de São Paulo pode facilmente tornar-se um desencanto. O risco de desocupação e a instabilidade ocupacional, tanto maior para os migrantes recentes, aumentam a centralidade das estratégias de sobrevivência alternativas à venda da força de trabalho.

Nesse sentido, para os novos migrantes, a experiência migratória torna-se parte de um projeto individual, geralmente relacionado com a passagem para idade adulta, cuja

viabilidade depende em grande medida do suporte do grupo familiar que contribui para minorar os riscos da empreitada em um contexto de restrição das possibilidades não só de mobilidade social ascendente como também de acesso a renda.

5.5. Reestruturação Econômica e Trajetórias Ocupacionais

O processo de reestruturação econômica dos anos 1990 teve efeito em todas as trajetórias ocupacionais analisadas de forma a tornar mais precário o engajamento desses trabalhadores no mercado de trabalho. Entretanto, as novas condições de operação do mercado de trabalho atingiram de maneira diferenciada os migrantes estudados a depender da história ocupacional precedente à década de 1990.

Ari e Ramos, por exemplo, tiveram uma duradoura experiência no mercado formal, conseguiram com muito esforço se aposentar, criaram os filhos, adquiriram a casa própria, etc. No entanto, a reestruturação econômica os colocou diante um impasse: por um lado, o valor recebido pela aposentadoria não era suficiente para que eles se retirassem de vez do mercado de trabalho; por outro, a experiência pregressa na indústria metalúrgica não funcionava mais como um ativo na disputa por uma nova oportunidade de emprego. Como vimos, as estratégias por eles elaboradas diante desse dilema variaram de acordo com conhecimentos e habilidades outros que não os profissionais.

Luis, por sua vez, realizou uma trajetória menos regular, em ocupações precárias, mal remuneradas, com vínculos empregatícios curtos, mas, ainda sim, no mercado formal de trabalho. Depois de sofrer um acidente, Luiz se aposenta por invalidez em meados dos anos 1980. Mas o benefício não garante a sobrevivência da família; por isso, Luiz recorre ao setor informal a fim de complementar a renda. Na década seguinte, Luiz perde o direito à aposentadoria; e ao final do decênio, perde também o trabalho informal. No momento em que o entrevistamos, Luiz e sua família viviam em condições de extrema pobreza, sobrevivendo de “bicos”, cada vez mais raros. As possibilidades de Luiz retornar ao mercado de trabalho formal são cada vez menores, dado o acúmulo de desvantagens face às novas exigências do mercado: falta de escolaridade, problemas de saúde, idade avançada, longo período fora do mercado formal.

Nos casos da Maria e Irina notamos uma forte imbricação entre as representações de gênero, posição na família e a trajetória ocupacional.

A história de trabalho da Maria foi, desde a infância, limitada pelas obrigações familiares, o que a impediu de despender seu tempo no processo de capacitação para entrada no mercado, assim como de participar plenamente do mesmo. A entrada precoce no mercado de trabalho e a conseqüente interrupção do processo de escolarização e, depois, o insulamento nas atividades precárias e de curta jornada que possibilitava a ela realizar os afazeres domésticos e cuidar dos filhos, essa necessidade de se dividir entre os compromissos familiares e as atividades remuneradas, impediu que Maria entrasse no mercado de trabalho com os dois pés.

No final dos anos 1990, Maria ficou desempregada. No momento da nossa entrevista, ela estava a três anos nessa situação. Como destacamos anteriormente, a experiência de desemprego também varia de acordo com o gênero. No caso da Maria a situação de desemprego é marcada por uma intensa jornada de trabalho doméstico não remunerado, o que lhe consome boa parte do tempo e da disposição necessários para se tornar uma demandante típica de trabalho. Diante essa situação, é possível dizer que a distribuição dos papéis de gênero dentro do contexto familiar empurraria Maria cada vez mais em direção ao desalento.

O caso de Irene é o que de modo mais eloqüente ilustra o efeito da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho e de rendimento dos trabalhadores. Ela foi praticamente excluída do setor de costura no domicílio, por não conseguir cumprir com os novos patamares de produtividade e não se submeter à drástica redução da rentabilidade do negócio. Devido ao maior suporte financeiro e familiar, Irene investiu parte do que tinha acumulado “na costura” em um pequeno comércio para atender às demandas da conhecida vizinhança. Ela conta ainda com o apóio financeiro dos seus filhos para a manutenção do domicílio.

Por fim, Neide e Joilson vivenciaram as novas condições de operação do mercado de trabalho no momento em que iniciavam as suas trajetórias ocupacionais.

Neide, exemplo, não chegou a ter uma experiência emprego formal. O que não significa ausência de trabalho. Na verdade, as diversas atividades realizadas pela jovem foram, freqüentemente, tomadas como meras “ajudas”, como se fosse uma tarefa que não

merecesse o pagamento de um salário. O prolongamento da situação de “inatividade” fez com que migrasse despreparada para disputar uma oportunidade de emprego em um mercado de trabalho com sobre-oferta de trabalhadores. Joilson, por sua vez, fez um percurso ocupacional bastante parecido com os homens migrantes da geração anterior a sua. Originário do meio rural, trabalhou como servente de pedreiro ao chegar em São Paulo, depois entrou como ajudante geral em uma empresa metalúrgica, pretende retomar os estudos a fim de alcançar uma posição de trabalhador profissional. No entanto, dois aspectos na sua breve história de trabalho trazem à tona a contemporaneidade da sua experiência migratória: a recorrência do desemprego e a instabilidade laboral.

Ao retomarmos conclusivamente os achados desse exercício exploratório nos deparamos com histórias individuais que só são compreensíveis se tivermos em conta o contexto familiar, histórias que se confundem com a história das lutas sindicais, com a história de São Paulo, que retratam as limitações das políticas de seguridade social no país, e registram um momento de reestruturação da indústria no país. Elas nos falam da experiência do trabalho infantil no campo, mostram-nos o quanto é árdua a busca de uma moradia em São Paulo, descrevem-nos a importância dos laços familiares em uma metrópole marcada pela acentuação da pobreza e das desigualdades. Mas, sobretudo, as trajetórias migratórias e ocupacionais dos migrantes nordestinos mostram que, embora a dinâmica migratória seja fortemente influenciada por determinantes econômicos, o agenciamento do deslocamento se dá no âmbito familiar, faz parte de alianças e compromissos assumidos na vida cotidiana, onde as motivações econômicas estão presentes, embora não na forma de uma racionalidade utilitária, mas sim no intuito de buscar uma vida mais digna e menos precária.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A.; SORJ, B. (1993). "Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: uma revisão da literatura recente". In: ABREU, A.; SORJ, B. **O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- AGIER, M; CASTRO, N. (1995). Projeto Operário, projetos Operários".In:GUIMARÃES; AGIER;CASTRO. **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec.
- ANTICO, C. (1997). "Por que Migrar?". In: PATARRA. et. el.. **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana**. Campinas: Ed. Unicamp.
- ARANHA, V. "Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV". **X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. *Anais...* Caxambu, Abep, out. 1996, p.705-724
- BAENINGER, R. (1999). **Região, Metrópole e Interior**: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980-1996. Tese de doutorado. IFCH- UNICAMP.
- _____. (2002). Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais –ABEP**, Ouro Preto.
- BAENINGER, R; MATTOS, R. (2001) Migration and Urbanization in Brazil: Process of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate. **Anais of XXIV General Population Conference**. International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) : Salvador – BA.,
- BALAN, G. (1973). Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil. **Estudos Cebrap**. nº5, pp.7-79.
- BARBOSA, F. (2000). **Trabalho e Residência**. Rio de Janeiro: Eduff.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- BOURDIEU, P.(2004). **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel. (7º Edição).
- BOURDIEU, P.; WACQUANT. L. (2000). The Organic Ethnologist of Algerian Migration. **Ethnography**. Vol 1(2), pp.173-182.

- BRITO, F. (2000). Brasil, final de século: uma transição para um novo padrão migratório. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu: v. 1. p. 1-44.
- BRITO, F. ; FREITAS, A. P. G. ; MARQUES, D. (2004). Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. **Anais do XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: v. 1.
- BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. (1993). “Desvendando o Oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo”. In: ABREU, A.; SORG, B. **O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- CAIN, G. (1976). The Challenge of Segmented Labor Market Theories to Orthodox Theory. **Journal of Economic Literature**. December 1976.
- CAMARANO; ABRAMOVAY,R. (1999). Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Texto de Discussão**. Distrito Federal: IPEA.
- CANO, W. (1995). “Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil”. In: GONÇALVES, M. F. (org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.
- CARDOSO, F.H. (1969). “Proletariado no Brasil; situação e comportamento social”. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Européia de Livro.
- CASTRO, M. (1980). “O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial”. In: MOURA, H. (Coord.). **Migrações Internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste. 1980 pp.807-844.
- COHN, A. (1976). **A Crise Regional e Planejamento: o processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Editora Perspectiva.
- COMIN, A. (2003). **Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.
- COSTA, M. (1975). **Urbanização e Migração no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- CUNHA, J. (2003). Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 17 (3-4).

- CUNHA, J.; DEDECCA, C. (2000). Migração e Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito.. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, SP, v. 17, n. 1/2, p. 97-118.
- CUNHA, J. ; Baeninger, R; Carmo, R.; Antico, C. (2000). “Dinâmica Migratória no Estado de São Paulo” In: HOGAN, D. ;et. al. (org.). **Migração e Ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP.
- DEDECCA,C. (1990). **Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano**. Tese de Doutorado. IE- UNICAMP.
- DEDECCA, C; CUNHA, J. (2004). Migração, Trabalho e Renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos da População**. Campinas: v. 21. n. 1, p. 49-66.
- DEMAZIERE, D; GUIMARÃES, N; HIRATA, H; PIGNONI, M. T & SUGITA, K. (2000), **Chômage: approches institutionel et biographique: une comparaison Brésil, France, Japon**. Projeto de pesquisa, Paris.
- DINIZ, C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua concentração. **Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 1, pp.35-64.
- DOERINGER,P. e PIORE, M. (1971). **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington Books.
- DURHAM, E. (1966). Migração, **Trabalho e Família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.
- _____ (1973). **A Caminho da Cidade**. São Paulo. Perspectiva.
- FARIA, V. (1992). A conjuntura social brasileira; dilemas e perspectivas. **Novos Estudos Cebrap**, n.33.
- FONTES, P. (1997). **Trabalhadores e Cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume.
- _____. (2002) **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese de Doutorado. IFCH- UNICAMP.
- _____. (2004). “Migração nordestina e experiência operária: São Miguel Paulista nos anos 50”. In: BATALHA, C; SILVA, F. T. da; FORTES, A.(org.) **Cultura de Classe**. Campinas: Editora UNICAMP.
- FURTADO (1961). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro : Editora Fundo de Cultura.
- _____. (1969). Desarrollo y estancamiento en America Latina. **Desarrollo Económico**. Vol. 6, No. 22/23. pp. 191-225.

- _____. (1992). **Brasil: uma construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000). **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GARCIA Jr., A. (1989). **O Sul: caminho do roçado**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- GORDON, D. (1972). **Theories of poverty and underemployment: orthodox, radical, and dual labor market perspectives**. Lexington Books.
- _____; Reich, M; Edwards,R. 1973. Dual Labor Markets: A Theory of Labor Market Segmentation. **American Economic Review** 63(2).
- GUIMARÃES, N. (Coord.) (2003). **Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo, Relatório Final. fev. 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>.
- _____. (2004). **Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34.
- _____.(2005). **Brasilianizando o Ocidente? Inteligência**. Rio de Janeiro. Vol. VII. n.28, pp. 92-110.
- _____. (2005a). **Desemprego: experiência e representações. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Colóquio Internacional “Chômage et Mobilité professionnelle”**. Paris. Mimeo. (Acesso: www.fflch.usp.br/sociologia/nadya)
- HABERMAS, J. (1987). A Nova Intransparência. **Novos Estudos Cebrap**. n.18, pp.103-114.
- HASENBALG, C. (1992). “A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil, 1970/1990”. In: Miceli, S. (1992). **Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Sumaré.
- HEREDIA, B.; GARCIA, M. GARCIA JUNIOR, A. (1984). “o Lugar da Mulher em Unidades Domesticas Camponeses”. In: Aguiar, N. **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Ed. Vozes.
- HIRATA, H. (2002). **Nova Divisão Sexual do Trabalho: um olhar voltado para a empresa e sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- HIRATA, H.; HUMPREY,J. (1989). Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 11 (4): 77-84.
- HODSON, R. e KAUFMAN, R. (1982). Economic Dualism: A Critical Review. **American Sociological Review**, vol. 47, no. 6, 727-739.
- IANNI, O. (1977). **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- KALLERRG, A e SORENSEN, A. (1979). The Sociology of Labor Markets. **Annual Review of Sociology**. Vol. 5, pp.351-379.
- KLEIN, H. (1989). A integração dos imigrantes italianos no Brasil, Argentina e Estados Unidos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 25. pp.95-1977.
- LAHIRE, B. (1997). **Sucesso Populat nos Meios Escolares : as razões do improvável**. São Paulo: Àtica.
- _____. (2008). Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. **Educação e Pesquisa**. V.34, n.2, pp.373-389.
- LAMOUNIER, M. (2007). Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 37, p. 353-372, 2007.
- LOPES, J.B.(1964) **Sociedade Industrial no Brasil**. São Paulo: Difel.
- MARTINE. G. (1975). **Esboço de uma Política Migratória**. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório técnico n° 12. p.27.
- _____(1989). As Migrações de Origem Rural no Brasil: uma perspectiva histórica. **Congresso sobre História da População da América Latina**. Ouro Preto, Brasil, p.34.
- _____. (1994). Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectiva para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, n. 11(1), pp.41-60.
- _____; CAMARGO, L. (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 1(1), pp. 99-144.
- _____; FARIA(1986). Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 3 n.1, pp. 1-24.
- _____; NEUPERT, T. (1988). “A produção da ABEP na área de migrações internas. In: BERQUO, E (org.). **ABEP primeira década: avanços, lacunas, perspectivas**. Belo Horizonte. ABEP.
- _____; PELIANO, J.(1978). **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA. (Série Estudos para o Planejamento n.19).
- MATA, M. (1975). Urbanização e migrações internas. In: MOURA, H. (Coord.). **Migrações Internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste. 1980 pp.807-844.

- MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. (1981) **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MONTANGENER, P. ; BRANDÃO, S. (1996). Desemprego: novos aspectos de um velho problema. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: vol.10, n.1. pp.34-45.
- NOVAIS, F; CARDOSO MELLO. (1998). “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo. Cia das Letras.
- NUN, J. (1978). “Superpopulação Relativa, Exército industrial de Reserva e Massa Marginal”. In: Pereira (1978) **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades.
- NUNES FERREIRA, J e RODRIGUES, M. (1986). A absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho da Grande São Paulo. In: **V Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Anais... , Aguas de São Pedro, vol. 2, pp.725-762.
- OFFE, C. (1989). **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVERA, K.; JANNUZZI, P. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 19, n.4.
- OLIVEIRA, F. (2003). **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo.
- _____. (2003a). **A Navegação Venturosa**. São Paulo: Boitempo.
- PACHECO, C.; PATARRA (1997). “Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?”. In: Patarra, N. et. al. **Migração, Condições de Vida e Dinâmica urbana: 1980-1993**. Ed. Unicamp.
- PAOLI, M. ; SADER, E. (1997). “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro”. In: CARDOSO, R. **A Aventura Antropológica**. São Paulo: Paz e Terra.
- PASTORE, J. (1979). **Desigualdade e Mobilidade Social**. São Paulo: T.A. Queiroz.
- PATARRA, N. (1996). Projeções Demográficas: velhos desafios e novas fronteiras. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 10(2): p.12-17.
- _____. (2003). **Momentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Texto para discussão. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 50p.
- PATARRA, N. e CUNHA, J. M. (1987). Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, 1(2), pp. 32-35.

- PAIVA, O. (2004). **Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru.EDUSC.
- PINTO, A. (1976). “Heterogeneidade Estrutural e Modelo Recente de Desenvolvimento” In: Serra . **America Latina- ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIORE, M. J. (1973). “Notes for a theory of labour markets stratification” In: Richard C. Edwards. Et. al. **Labor Market Segmentation**. Lexington, Mass. : D.C. Heath.
- _____. (1979)**Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies**. New York, N.Y.: Cambridge University Press.
- QUIJANO, A. (1978). “Notas sobre o conceito de Marginalidade”. In: Pereira (1978) **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades.
- RAMALHO, J.; SANTANA, M. (2006). Flexibilidade à francesa: trabalhadores na Peugeot Citrörm brasileira. **Tempo Social**. Vol.18, n.1.
- RAVENSTEIN, E. (1980). As Leis da Migração. In: Moura, H. **Migração Interna: textos selecionados**. Recife. Banco do Nordeste
- REVEL, J. (1998). “Microanálise e construção social” In: _____(org.). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro. Ed.FGV.
- ROBERTS, B. (1995). “Socially expected durations and economic adjustment of immigrants”. In:Portes, A (org.). **The Economic Sociology of Immigration**. New York: Russell Sage Foudation. Pp. 86-42.
- RODRIGUES, L. (1970). **Industrialização e Atitudes Operárias**. São Paulo: Brasiliense.
- RODRIGUEZ, O. (1998). Heterogeneidad estructural y empleo. **Revista Cepal**. num. extraordinário.
- SABOIA, J. (1986). Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a crise 1980-1983. **Revista de Economia Política**. 6(3) São Paulo: Brasiliense.
- SALES, T. (1999). “Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA”. In: Reis, R. e Sales, T (orgs.). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo.
- _____. (1989). Migrações Inter-regionais nos anos 80: a não-política para os excluído. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo vol.3,n.3. pp.57-59.
- SALIM, C. Migração: o fato e a controvérsia. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Brasília: ABEP, v.3, p.119-143, 1992.
- SANTOS, M. (1994). **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC.
- SASSEN, S. (1998). **Globalization and its Discontents**. New York: New Press.

- SAYAD, A. (1998). **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp.
- _____.(2000). Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travesia: Revista do Migrante**. Ano XVIII, n. Especial.
- SILVA, S (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados USP**. São Paulo. Vol. 20, n.57.
- SINGER, P. (1973). “Migrações internas no Brasil: considerações teóricas sobre o seu estudo” In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- SOUZA, P. R. (1980). **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucitec.
- TAVARES, M. e SERRA, J. (1976). “Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento” In: Serra (1976). **América Latina- ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TODARO, M. (1980). “A Migração da Mão-de-Obra e o Desemprego Urbano em Países Subdesenvolvidos”. In: MOURA, Hélio A. de (org.), **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza BNB/ETENE.
- TORRES, H. (2004). “A Fronteira Paulistana”. In: MARQUES; TORRES. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac.
- TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. São Paulo: **Tempo Social**. Vol. 20, n.1. pp.199-218.
- VAINER, C. (1984). Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória. **Cadernos PUR, 1(1), pp. 6-43**.
- _____.(2000). Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia - Revista do Migrante**, v. XIII, n. 36, p. 15-32.
- WILSON, K., e PORTES, A. (1980), “Immigrant enclaves: an analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami”, **American Journal of Sociology**, 86 (2), pp. 295-319.
- WOOD, C.(1982). Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, New York, v.16, n.2.
- ZLONLNISKI, C. (2000). Etnografía de trabajadores informales en un barrio de inmigrantes mexicanos en el Silicon Valley. **Revista Mexicana de Sociología**. Vol. 62, n.2.pp. 50-87.